

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

NINAROSA MOZZATO DA SILVA MANFROI

**A HISTÓRIA DOS KAINGÁNG DA TERRA INDÍGENA XAPECÓ(SC)  
NOS ARTIGOS DE ANTONIO SELISTRE DE CAMPOS:  
*Jornal A Voz de Chapecó 1939/1952***

Florianópolis  
2008

NINAROSA MOZZATO DA SILVA MANFROI

**A HISTÓRIA DOS KAINGÁNG DA TERRA INDÍGENA XAPECÓ(SC)  
NOS ARTIGOS DE ANTONIO SELISTRE DE CAMPOS:  
*Jornal A Voz de Chapecó 1939/1952***

Dissertação apresentada como requisito parcial à  
obtenção do grau de Mestre em História  
Cultural, Curso de Pós-Graduação em História,  
Centro de Filosofia e Ciências Humanas,  
Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Lúcia Vulfe Nötzold

Florianópolis  
2008

**A HISTÓRIA DOS KAINGÁNG DA TERRA INDÍGENA XAPECÓ(SC)  
NOS ARTIGOS DE ANTONIO SELISTRE DE CAMPOS:  
*Jornal A Voz de Chapecó 1939/1952***

**NINAROSA MOZZATO DA SILVA MANFROI**

Esta Dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final para obtenção do  
título de

**MESTRE EM HISTÓRIA CULTURAL**

**Banca Examinadora**

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Lúcia Vulfe Nötzold – Orientadora e Presidente – UFSC

Prof. Dr. Sílvio Coelho dos Santos – UFSC

Prof. Dr. Elison Antônio Paim – UNOCHAPECÓ/CEOM

Prof. Dr. Jô Klanovicz – UDESC/CAV

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Bernadete Ramos Flores  
Coordenadora do PPGH/UFSC

Florianópolis, 19 de fevereiro de 2008

## AGRADECIMENTOS

Esta parece ser uma das partes mais difíceis desta dissertação. Não que seja difícil agradecer, pelo contrário, mas pelo receio de esquecer algum nome.

Na trajetória desta existência, muitas pessoas foram encontradas e reencontradas e parece que, no momento dos agradecimentos, prática peculiar do findar de uma etapa, vem à mente a lembrança das pessoas que estão próximas aos olhos, ou daquelas que mais recentemente nos cercaram. Porém, as que já partiram são igualmente merecedoras de gratidão, reconhecimento e afeto.

Dessa forma, dirijo meus agradecimentos aos grupos que foram parte integrante desta pesquisa e parte fundamental do seu desenvolvimento e, também, particularmente, às pessoas que mais influenciaram a trajetória de estudos desta dissertação.

Meu primeiro agradecimento é para os colaboradores em História Oral, os Kaingáng da Terra Indígena Xapecó, que, por meio da oralidade, compartilharam sua história, conhecimentos e aprendizados: os professores e idosos da comunidade, dispostos a relatarem suas memórias; as merendeiras que sempre nos acolheram; a Diretora Anísia Fátima Belino e a Secretária Cristina de Fátima Silva da Escola Indígena de Educação Básica Cacique Vanhkrê que tão prontamente cooperaram com documentos, conversas e respeito pela pesquisa realizada.

Agradeço ao Sr. Raul José de Campos, filho do Dr. Antonio Selistre de Campos, e a sua esposa, Sr.<sup>a</sup> Augusta Machado de Campos, pela recepção cortês e contribuições com materiais e relatos de memória.

Ao Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina/CEOM e sua equipe de pesquisadores e bolsistas; à Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina; à Assembléia Legislativa; ao Conselho Indigenista Missionário/CIMI de Chapecó e Florianópolis representado por Clovis Brighenti; agradeço pela responsabilidade e visão de futuro no presente histórico, ao conservarem o acervo, disponibilizarem documentos e facilitarem a pesquisa.

Meus agradecimentos à Secretaria do Programa de Pós-Graduação em História, aos funcionários e funcionárias da Biblioteca Universitária e da Biblioteca Setorial, e aos Professores, em especial, João Klug, Marcos Fábio Freire Montysuma, Eunice Sueli Nodari e Ana Lúcia Vulfe Nötzold pelo apoio, seriedade na pesquisa, e sugestões em sala de aula.

Agradeço aos meus colegas de pesquisa e do Laboratório de História Indígena – LABHIN - Talita, Helena, Marquinhos, Delta (in memorian), Jackson e Jó pelas trocas de idéias e raciocínio histórico nas discussões de textos.

Ao LABHIN agradeço pela oportunidade do aprendizado diferenciado no trato com as fontes, no respeito àquele que é “diferente, porém igual”, pelo convívio em grupo e pelo aprendizado na partilha dos “achados”.

Devo registrar a riqueza e generosidade das observações feitas durante a Qualificação, composta pelos Professores Dr. Silvio Coelho dos Santos e Dr. Jó Klanovicz, que, posteriormente, integraram a Banca Examinadora juntos com o Professor Dr. Elison Antônio Paim, a quem agradeço as observações e contribuições de seu conhecimento.

Ao NEPI/Núcleo de Estudos dos Povos Indígenas, agradeço pela disponibilização do acervo e à Márcia, prontamente atenciosa.

Agradeço especialmente ao Professor Silvio Coelho dos Santos por compartilhar, de maneira tão despojada, seu conhecimento e seu tempo, sendo um exemplo de que nossos objetivos nos levam em frente, apesar das adversidades.

À Julieta Mendonça, colega e amiga consciencióloga, agradeço a revisão textual.

Dirijo meus agradecimentos também à CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior -, pela bolsa que possibilitou custear as pesquisas de campo; a divulgação desta pesquisa em Congressos, Seminários e por meio de publicações, momento em que a pesquisa recebeu críticas e sugestões.

Ao Grupo Nuclear, família consanguínea que nesta existência me acolheu e ensinou parte do que hoje é a totalidade de mim: princípios, valores e a liberdade de procurar seguir o caminho traçado para esta existência, agradecimentos carinhosos.

Ao meu amado Sé por ter possibilitado e facilitado o prolongamento dos estudos com apoio, amor e alento, agradeço por ser meu porto seguro.

E dirijo especialmente meu reconhecido agradecimento à amiga que tem se mostrado orientadora e educadora que, ainda na segunda fase do curso de graduação em História, apresentou-me à temática indígena. Obrigada Ana Lúcia.

## RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo registrar parte da história dos Kaingáng do Oeste Catarinense, localizados na Terra Indígena Xaçecó/SC, no cruzamento dos rios Xaçecó e Chapecozinho, entre os municípios de Ipuacu e Entre Rios, aproximadamente a 30 km de Xanxerê/SC. Adotou-se a metodologia da Etno-história, com destaque para a história oral, a memória, as fontes escritas e as pesquisas de campo. Entre as fontes estão os artigos do jurista Antonio Selistre de Campos (1881-1957), publicados no jornal *A Voz de Chapecó*, fundado em 1939. Este jornal passou por censuras policiais no período do Estado Novo (1937-1947), interrompendo suas edições dominicais. O recorte temporal, de 1939 a 1952, prende-se ao fato de ser o período de maior número de artigos publicados pelo jurista. Dessa forma, as atuações de Antonio Selistre de Campos em prol dos Kaingáng podem ser compreendidas nas relações que foram estabelecidas entre ele, os Kaingáng e o SPI, em suas diferentes fases de administração, principalmente a partir de 1941, quando o Posto Indígena é implantado pelo SPI no interior da TI Xaçecó. Fica evidente a importância desses artigos, em sua função social, por conterem denúncias públicas abordando a temática indígena, relacionada aos temas da educação, da saúde e da terra; tema ao qual Antonio Selistre de Campos mais se dedicou. Ao término deste estudo, constatou-se por meio das pesquisas de campo e da realização das entrevistas em história oral, que, apesar do empenho de Antonio Selistre de Campos em defender os Kaingáng, algumas situações do passado se repetem na atualidade, embora de forma diferente, mas ainda ligadas aos temas da educação, da saúde e da terra; não só dos Kaingáng, mas dos povos indígenas.

**Palavras-chave:** Kaingáng, Etno-história, História Oral, Memória, Antonio Selistre de Campos, *A Voz de Chapecó*, Periódicos, Oeste Catarinense.

## RÉSUMÉ

Le but de cette recherche est d'enregistrer une partie de l'histoire des Kaingángs de L'Ouest de Santa Catarina, situés dans la Terra Indígena Xapécó/SC [Terre Indigène Xapécó/SC], à la rencontre des rivières Xapécó et Chapecozinho, entre les municipalités d'Iguaçu et Entre Rios, à peu près à 30km de Xanxerê/SC. La méthodologie de l'Ethno-histoire a été adoptée, tout en soulignant l'histoire orale, la mémoire, les sources écrites et les recherches de terrain. Parmi les sources sont les articles du juriste Antonio Selistre de Campos (1881-1957), publiés dans le journal *A Voz de Chapecó* [La Voix de Chapecó], fondé en 1939. Ce journal a subi la censure de part de la police dans la période de l'Estado Novo [l'Etat Nouveau] (1937-1947), interrompant ses éditions dominicales. Les coupures de 1939 à 1952 reflètent la période la plus fertile en concernant les articles publiés par le juriste. Ainsi, les actions d'Antonio Selistre de Campos au nom des Kaingáng peuvent être comprises dans les relations qui ont été établies entre lui, les Kaingáng et le SPI, pendant ses différentes phases d'administration, surtout à partir de 1941, quand le *Posto Indígena* [Poste Indigène] a été établi par le SPI dans l'intérieur de la TI Xapécó. Il est ainsi évident l'importance de ces articles, leur rôle social, alors qu'ils contiennent des accusations sur la thématique indigène, relatives aux sujets de l'éducation, de la santé et de la terre ; thème auquel Antonio Selistre de Campos s'est consacré le plus. A la fin de cette étude, les recherches de terrain et les interviews sur l'histoire orale ont constaté que, malgré les efforts d'Antonio Selistre de Campos pour défendre les Kaingáng, quelques situations du passé se répètent encore aujourd'hui, même que d'une autre façon, mais toujours liées à l'éducation, la santé et la terre ; pas seulement celle des Kaingáng, mais aussi celle de tout peuple indigène.

**Mots-clés:** Kaingáng, Ethno-histoire, Histoire Orale, Memoire, Antonio Selistre de Campos, *A Voz de Chapecó*, Quotidiens, Ouest Catarinien.

## LISTA DE COLABORADORES

Aldonir Jacinto – (1967-). Kaingáng, conhecido como Tuca, morador da TI Xapecó na aldeia Pinhalzinho, responsável pela locomoção dos profissionais da saúde, de Xanxerê para a TI Xapecó, e vice-versa.

Cezario Pacífico Jagaglê (1948-). Kaingáng, morador da TI Xapecó na aldeia/sede Jacu, auxilia no registro de nascimento dos nomes Kaingáng junto ao Posto Indígena da FUNAI na TI Xapecó.

Dalgir Pacífico Ránkán – (1977-). Kaingáng, nascido, criado e morador da TI Xapecó na aldeia/sede Jacu, professor de língua Kaingáng na Escola Indígena de Educação Básica Cacique Vanhkrê. Filho do senhor Cezario Pacífico Jagaglê.

Divaldina Luiz Jacinto – (1945-). Kaingáng, moradora da TI Xapecó na aldeia Pinhalzinho, curandeira, diagnostica a utilização e aplicação das ervas medicinais. É tia de Aldonir Jacinto.

Florianio Belino – (1928-). Kaingáng, morador da TI Xapecó na aldeia/sede Jacu desde 1941/42, vindo da área do Imbu, hoje distrito de Abelardo Luz. Foi cacique da TI Xapecó, no período de 1966/1973. Quando criança conheceu Antonio Selistre de Campos, de quem buscou ajuda, antes de ser cacique, para resolver problemas relativos à terra.

Getúlio Narsizo – (1979-). Kaingáng, nascido, criado e morador da TI Xapecó na aldeia/sede Jacu. É professor Kaingáng na Escola Indígena de Educação Básica Cacique Vanhkrê. Fez a Faculdade de História, porém, não a concluiu. Primeiro indígena concursado como Secretário de Escola.

Matilde Koito – (1953-). Kaingáng, moradora da TI Xapecó na aldeia/sede Jacu, filha do senhor Vicente Fernandes Fókaê (1914-2006), pajé, de quem Dona Matilde recebeu os ensinamentos sobre as ervas medicinais. Curandeira diagnostica a utilização e aplicação das ervas medicinais.



Raul José de Campos – (1920-). Não-indígena, residente em Porto Alegre, filho mais novo de Antonio Selistre de Campos. Formou-se na Faculdade de Direito em Porto Alegre/RS. Foi Prefeito em Lagoa Vermelha/RS e aposentou-se no cargo de Promotor Público Estadual em Porto Alegre/RS.

Silvio Coelho dos Santos – (1938-). Não-indígena, residente em Florianópolis. É antropólogo, professor emérito da Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC e pesquisador sênior do CNPq. Coordenador do Núcleo de Estudos de Populações Indígenas/NEPI/UFSC. Tem vários livros publicados sobre etnologia indígena.

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - ESTADO DE SANTA CATARINA 1907.....	31
FIGURA 2 - CHAPECÓ DÉCADA DE 1940.....	32
FIGURA 3 - GRÁFICA CHAPECOENSE LTDA.....	39
FIGURA 4 - MAPA DE SANTA CATARINA E LOCALIZAÇÃO DA TERRA INDÍGENA XAPECÓ.....	53
FIGURA 5 - MAPA DOS TOLDOS DA TERRA INDÍGENA XAPECÓ, 1944.....	69
FIGURA 6 - ESCRITURA PÚBLICA DO REGISTRO DE IMÓVEIS COMARCA DE XANXERÊ – PI <i>Dr. SELISTRE DE CAMPOS</i> . XANXERÊ, 16 DE OUTUBRO DE 1965.....	82
FIGURA 7 - CARTA CONVITE PARA INAUGURAÇÃO PI <i>Dr. SELISTRE DE CAMPOS</i> .....	83
FIGURA 8 - ORDEM DE SERVIÇO INTERNA Nº 62 – ALTERAÇÃO NAS DENOMINAÇÕES DOS PIs.....	86
FIGURA 9 - VERSO DA FOTOGRAFIA. MANUSCRITO DATADO DE 15 DE FEVEREIRO DE 1939.....	96
FIGURA 10 - ESCOLA DOS ÍNDIOS.....	97
FIGURA 11 - REQUERIMENTO DE APOSENTADORIA DO PROFESSOR FELICÍSSIMO BELINO.....	102
FIGURA 12 - OS ÍNDIOS DE CHAPECÓ.....	108
FIGURA 13 - O SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS PASSA A SER DE PERSEGUIÇÃO AOS INDIOS DE CHAPECÓSINHO.....	119

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>1 JORNAL A VOZ DE CHAPECÓ: DOCUMENTANDO A HISTÓRIA DOS KAINGÁNG</b> .....	27
1.1. O Oeste Catarinense e a Cidade de Chapecó.....	28
1.2. <i>A Voz de Chapecó</i> .....	36
1.3. Antonio Selistre de Campos.....	46
1.4. Os Kaingáng e a TI Xapecó/SC.....	52
1.5. Denominação Kaingáng.....	55
<b>2 ESTRANHAMENTOS E COEXISTÊNCIAS NO OESTE CATARINENSE</b> .....	58
2.1. O XVI Congresso Internacional de Americanistas em Viena/1908.....	59
2.2. A criação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais/SPILTN.....	64
2.3. A história indígena registrada por meio da imprensa: os Kaingáng e o período que antecedeu a instalação do SPI no Oeste Catarinense.....	68
2.4. Posto Indígena Chapecó/Posto Indígena Dr. Selistre de Campos.....	75
<b>3 OS TEMAS EDUCAÇÃO, SAÚDE E TERRA NOS ARTIGOS JORNALÍSTICOS</b> .....	88
3.1. A criação da primeira escola para os Kaingáng.....	92
3.2. Dr. César Sartori: atendimento médico aos Kaingáng.....	105
3.3. Terra: o tema em questão.....	114
<b>ARGUMENTOS PARCIALMENTE CONCLUSIVOS</b> .....	125
<b>FONTES E BIBLIOGRAFIA</b> .....	128

# INTRODUÇÃO

Esta dissertação estuda e contextualiza os artigos do jurista Antonio Selistre de Campos (1881-1957) produzidos sobre a temática Kaingáng, e publicados principalmente, no jornal *A Voz de Chapecó* entre 1939 e 1952 e as relações que foram estabelecidas entre ele, os Kaingáng e o Serviço de Proteção aos Índios/SPI nas diferentes fases de administração. A análise do conjunto desses elementos tem por objetivo contextualizar e entender a iniciativa e atuação de Selistre de Campos na defesa desses indígenas.

Estuda-se aqui os Kaingáng da Terra Indígena (TI) Xaçecó/SC, localizada entre os municípios de Ipuaçú e Entre Rios, a, aproximadamente, 30 km de Xanxerê/SC.

Em Santa Catarina vivem, na atualidade, três povos indígenas: os Guarani, os Xokleng e os Kaingáng<sup>1</sup>. Os Guarani, aproximadamente 70 mil pessoas, ocupam os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul, estando presentes também na Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai.

No Brasil, os Guarani somam cerca de 35 mil indivíduos, sendo 20 mil Kaiova, 8 mil Nhandeva e 7 mil Mbya<sup>2</sup>. Este grupo indígena faz parte do tronco lingüístico Tupi-Guarani.

Os Xokleng estão localizados na Terra Indígena Ibirama/SC, situada ao longo dos Rios Hercílio e Plate, entre os municípios de José Boiteux, Victor Meirelles, Doutor Pedrinho e Itaiópolis, com uma população de cerca de 1.600 pessoas. Dos três grupos indígenas que hoje habitam Santa Catarina, os Xokleng são o de menor população<sup>3</sup>. Os Xokleng e os Kaingáng fazem parte do mesmo tronco lingüístico Jê.

O território geográfico ocupado pelos Kaingáng abrange São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Eles estão entre os maiores grupos indígenas do

---

<sup>1</sup> Adota-se, na antropologia brasileira, o uso corrente de empregar os nomes não aportuguesados de povos indígenas sempre na forma singular, cf. Convenção para grafia de nomes tribais. 1ª Reunião Brasileira de Antropologia, 1953. In: Revista de Antropologia, 1954, vol.2, cap. 2, p. 150-152. apud. MANIZER, Henrich Henrikhovitch. **Os Kaingáng de São Paulo**. Tradução de Juracilda Veiga. Campinas, SP: Curt Nimuendajú, 2006, p. 9.

<sup>2</sup> LADEIRA, Maria Inês; MATTA, Priscila (Org.) **Terras Guarani no litoral: as matas que foram reveladas aos nossos avós = Ka'agüy oreamói kuéry ojou rive vaekue y**. São Paulo: CTI - Centro de Trabalho Indigenista, 2004, p. 6.

<sup>3</sup> WEBER, Cátia. Professoras Xokleng: identidade étnica na perspectiva intercultural e de gênero. Simpósio Temático: Gênero, raça, etnia e escolarização. **Anais do VII Seminário Internacional Fazendo Gênero**. 28, 29 e 30 de agosto de 2006, UFSC, Florianópolis/SC, p. 1. In: [http://www.fazendogenero7.ufsc.br/artigos/C/Catia\\_Weber\\_23.pdf](http://www.fazendogenero7.ufsc.br/artigos/C/Catia_Weber_23.pdf) Acesso em 31 de julho de 2007.

Brasil, com aproximadamente 25 mil pessoas distribuídas em 32 TIs<sup>4</sup>. Em Santa Catarina há quatro Terras Indígenas Kaingáng: Kondá, Pinhal, Toldo Chimbangu e Xaçecó<sup>5</sup>.

Esta pesquisa coroa o estudo realizado durante minha graduação em História, entre 2000 e 2004, na Universidade Federal de Santa Catarina, onde grande parte de meu aprendizado esteve voltado para a temática indígena.

Idealizada no final de 2002, a pesquisa procedeu com o levantamento de fontes e pesquisas a campo junto ao Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina/CEOM<sup>6</sup>, na cidade de Chapecó. No CEOM arrolei fontes históricas relacionadas aos Kaingáng da região.

Ao manusear as fontes, minha curiosidade sobre a personalidade de Antonio Selistre de Campos despertou, em vista de sua dedicação aos Kaingáng, expressa nos diversos artigos publicados no jornal *A Voz de Chapecó*. Na mesma oportunidade, o Museu Municipal Dr. Antonio Selistre de Campos, localizado também em Chapecó, serviu como ponto de ampliação do mapeamento de fontes, que, até aquele momento, estava tímido em relação a pesquisas de campo.

Antonio Selistre de Campos nasceu em Santo Antonio da Patrulha/RS em 24 de abril de 1881. Em 1904, junto com a família, foi morar em Porto Alegre/RS, começando a trabalhar como revisor e repórter policial no *Jornal do Comércio*, a fim de custear seus estudos na Faculdade de Direito na capital do Rio Grande do Sul, onde formou-se em 1909.

Mais tarde, já nomeado para o cargo de Juiz de Direito da cidade de Chapecó/SC, começou a manifestar sua defesa em favor dos Kaingáng por meio da publicação de artigos nos jornais daquela cidade. Antonio Selistre de Campos apresentava articulação facilitada na publicação de seus artigos por ser um dos fundadores do *A Voz de Chapecó*, servindo-se dessa situação para usar a liberdade de

---

<sup>4</sup> SILVA, Marcos Antonio da. De onde veio essa gente que tem a cor da terra? In: NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe; MANFROI, Ninarosa Mozzato da Silva. (Organizadoras). **Ouvir Memórias contar histórias: mitos e lendas Kaingáng**. Santa Maria: Pallotti, 2006, p. ix.

<sup>5</sup>Portal Kaingáng. Disponível em: [http://www.portalkaingang.org/index\\_aldeia\\_principal\\_1.htm](http://www.portalkaingang.org/index_aldeia_principal_1.htm) Acesso em 15 de dezembro de 2007.

<sup>6</sup> O CEOM – Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina é um grande “Centro de Memórias” que reúne vasto acervo documental entre fontes textuais, iconográficas, cartográficas, audiovisuais sobre a história do Oeste Catarinense. Localizado no segundo andar da Estação Rodoviária de Chapecó, tem dentre seus objetivos desenvolver ações para a preservação e valorização do patrimônio cultural do Oeste de Santa Catarina. Publica semestralmente o tradicional “Cadernos do CEOM” – publicação temática visando a divulgação científica e cultural da região. Web Site CEOM: <http://www.unochapeco.edu.br/ceom>

publicação do conteúdo de seus escritos sobre os Kaingáng, tornando esse periódico o principal veículo divulgador dos artigos escritos sobre a temática indígena. O jornal tinha também no rol de fundadores, um advogado, o prefeito da cidade, um vereador e um deputado que representava a cidade de Chapecó junto à Assembléia Legislativa de Santa Catarina, em Florianópolis/SC.

Esses personagens, no desempenho de suas funções, se engajaram na defesa desses indígenas, o que se poderá verificar pelas notícias veiculadas no jornal, a exemplo do empenho em aposentar o professor Kaingáng Felicíssimo Belino e na defesa das terras, em favor dos Kaingáng, discutida na Assembléia Legislativa de Florianópolis.

O jornal *A Voz de Chapecó* circulou na região a partir de 1939, e a história dos Kaingáng do Oeste Catarinense foi sendo registrada por um veículo de comunicação impressa, escrita por um não-indígena, a partir do contato com esse grupo étnico.

A utilização de jornais como fonte de documentação histórica já se tornou prática usual do historiador. O que difere nesta pesquisa é a análise da autoria dos artigos publicados escritos por um profissional jurista e não por um profissional jornalista.

As características atribuídas aos jornalistas se prendem geralmente às manchetes do cotidiano ligadas aos interesses comerciais de vendas e de informação, sendo que novas manchetes se sobrepõem imediatamente às anteriores; a continuidade e acompanhamento dos acontecimentos ficam fragmentados. Já os artigos escritos pelo jurista Antonio Selistre de Campos, além de estarem imbuídos na defesa dos Kaingáng, mantinham a população constantemente informada sobre a temática e suas ocorrências; as matérias se sucediam, dando continuidade e profundidade ao assunto.

Sendo o conteúdo do jornal a fonte principal deste estudo, é possível entender o trabalho de pesquisa histórica com base nos pressupostos difundidos sob a perspectiva adotada pela historiadora Maria Helena Capelato. A autora afirma que

através das análises do conteúdo dos jornais, pode-se acompanhar o dia-a-dia das sociedades através do tempo. O papel da imprensa é o de registrar, comentar e participar da história. Em cada página, aparecem aspectos significativos da vida de nossos antepassados que nos permitem recuperar suas lutas, ideais, compromissos e interesses. Desta forma, pode-se acompanhar, através das análises das notícias divulgadas, como acontecimentos significativos são transmitidos, levando o

público a participar do evento em questão durante o seu desenrolar<sup>7</sup>.

Matérias jornalísticas, entre as fontes, requerem cuidados dos historiadores, quanto a algumas especificidades. Por exemplo: os interesses dos jornais da época na publicação e manutenção de determinada coluna ou matéria veiculada; a motivação de quem redige o artigo; o conhecimento superficial ou não sobre o assunto redigido e as questões de natureza político-partidária, entre outras. Capelato articula que *durante o Estado Novo, os jornais getulistas exaltaram a figura de Vargas como promotor do progresso*<sup>8</sup>, o que fica evidenciado no jornal *A Voz de Chapecó* da época.

Alguns artigos do jornal *A Voz de Chapecó* foram reeditados em jornais das cidades de Passo Fundo e Erechim no estado do Rio Grande do Sul, e da cidade do Rio de Janeiro abordando atuações do SPI e dos Kaingáng do Oeste Catarinense. O acesso a alguns desses artigos foi por meio de citações feitas no próprio jornal *A Voz de Chapecó*.

Ligados à imprensa e à alfabetização, segundo o historiador Jacques Le Goff, os jornais podem ser considerados um elemento importante dentro da fase moderna de processos decisivos da memória escrita<sup>9</sup>. Nesse sentido é entendido que os jornais locais de Chapecó são parte integrante e integradora da memória coletiva dos Kaingáng, devido a abordar os acontecimentos que envolveram essa população indígena no tempo histórico, uma vez que foram nas páginas jornalísticas regionais que se registraram os temas da educação, da saúde e da terra dos Kaingáng.

Ter nos jornais uma fonte primária é um meio que eles, a todo instante, trazem o passado ao tempo presente, sendo, segundo Capelato, *de extrema importância para a compreensão de um período histórico*. Os artigos de Antonio Selistre de Campos são textos de opinião e denúncia, com intencionalidade informativa e social em defesa da causa indígena.

Alguns elementos do discurso serão analisados, por exemplo, o papel social desempenhado pelos personagens, o contexto social e histórico em que se dá a narrativa e, principalmente, o alcance que estes discursos tiveram na época, pois, os artigos de Antonio Selistre de Campos inseriram a temática Kaingáng na pauta a ser discutida pelas autoridades da época, na Câmara dos Deputados.

---

<sup>7</sup> CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/Edusp, 1988, p. 13.

<sup>8</sup> Id.

<sup>9</sup> LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5ª ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003, p. 423.

Politicamente, o período em estudo é marcado pelas ações presidenciais de Getúlio Dornelles Vargas e a censura imposta pela ditadura da época aos meios de comunicação, o que levou o jornal a ter suas edições, por várias vezes, suspensas. Encontra-se no jornal momentos em que, por vezes, a figura de Vargas é enaltecida e, outras vezes, críticas à *Marcha para o Oeste*. Isso demonstra, entre as funções do jornal, as de informar e suscitar criticidade à população, e também, a tendência ou indignação do jornal frente aos acontecimentos.

É nesse contexto político que Antonio Selistre de Campos inicia suas críticas ao SPI, que a partir de 1930 não é mais dirigido pelo Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, e sim por funcionários públicos admitidos pelo Departamento Administrativo do Serviço Público/DASP. Esse novo sistema de administração afasta-se da ideologia de Rondon; os novos administradores não estavam comprometidos com a questão indígena.

Além do contexto político, se faz necessário apresentar o conceito de terras devolutas para entendimento das intenções e intervenções de Alberto Berthier de Almeida sobre a terra dos Kaingáng.

Este conceito contido na Lei 601 de 18 de setembro de 1850, chamada Lei de Terras, não era claro em sua definição, o que gerou grande ocupação das terras devolutas. Em função disso, o governo federal interveio criando dois organismos burocráticos. O primeiro foi o Serviço de Povoamento do Solo<sup>10</sup>, criado em 1907 e o segundo, o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais/SPIILTN, instituído em 1910, serviço laico diferenciando-se da catequização e assistencialismo religioso, com o objetivo de atender aos indígenas e inicialmente também aos trabalhadores nacionais. Em 1918, o SPIILTN cindiu-se e a Localização dos Trabalhadores Nacionais/LTN juntou-se ao Serviço de Povoamento do Solo<sup>11</sup>, passando a chamar-se Serviço de Proteção aos Índios/SPI<sup>12</sup>.

A inconsistência no conceito levou o madeireiro Alberto Berthier de Almeida a reivindicar as terras ocupadas pelos Kaingáng no Oeste Catarinense, entre 1933 e 34, pela área de araucárias da região. Histórico de conflitos que foi registrado nos artigos de Antonio Selistre de Campos.

---

<sup>10</sup> Criado pelo decreto nº 6.455 de 19 de abril de 1907, objetivava retomar a ação em favor da imigração, desta vez com maiores restrições, e instalá-los em núcleos coloniais. In: SILVA, Lígia Osorio. **Terras devolutas e latifúndio: efeitos da Lei de 1850**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996, p. 296, 297.

<sup>11</sup> Ibid., p. 295, 299-302.

<sup>12</sup> Nesta pesquisa utilizamos a sigla SPI, pois nos referimos ao período em que passou a ter esta denominação.



Dentre estes artigos, a questão de terras foi abordada inúmeras vezes e tornou-se o tema mais discutido e defendido por Antonio Selistre de Campos, pois envolvia ações do SPI e dos encarregados do Posto Indígena, órgão subordinado ao SPI.

Além disso, dentre as frentes pioneiras que vieram a povoar o estado catarinense destaca-se a pastoril nos Campos de Palmas, que levou o governo da Província de São Paulo, em 1844, a abrir uma picada para o Rio Grande do Sul. Esse empreendimento no meio-oeste catarinense abriu espaço para algumas concessões que levaram à Guerra do Contestado (1912/1916). As *concessões ao longo e a oeste do vale do rio do Peixe*, entre elas a *Brazil Development e Colonization Co. e fazendas mapeadas pela Comissão Demarcadora*, se beneficiaram da legitimação de posse em função da Lei de Terras<sup>13</sup>.

As frentes pioneiras e as regiões de conflitos entre indígenas e não-indígenas com visibilidade nacional, foram os sinalizadores para a instalação de Inspetorias Regionais do SPI. No estado de Santa Catarina, o caso dos Xokleng trouxe a inspetoria ainda no ano de 1910<sup>14</sup>.

Em 7 de novembro de 1948 Antonio Selistre de Campos publicou comentários sobre um parecer a respeito das terras ocupadas pelos Kaingáng, reivindicadas por Alberto Berthier de Almeida, madeireiro de Passo Fundo/RS, no jornal *A Voz de Chapecó* intitulado: **POBRES CAINGANGS! O S.P.I. DIZ – SIM! NÓS DIZEMOS – NÃO!** Esse, dentre outros artigos, será apresentado no decorrer desta dissertação, considerando também os outros dois temas abordados por Antonio Selistre de Campos, a educação e a saúde.

Em 1941, o SPI, 31 anos após sua fundação, instalou um Posto Indígena na TI Xaçepé e por meio do jornal *A Voz de Chapecó*, Antonio Selistre de Campos registrou as ações empreendidas pelo órgão, que se apresentavam por vezes incoerentes, com a proposta de proteger os indígenas.

Questiona-se o que levou o jurista a tantas ações em prol da causa dos Kaingáng; por certo não era o fato de ser juiz, uma vez que após a sua aposentadoria seguiu publicando artigos, principalmente, sobre a temática das terras. Contava com o apoio e solidariedade dos fundadores do jornal *A Voz de Chapecó* na defesa destes indígenas, o que se poderá acompanhar pelas notícias veiculadas no jornal.

---

<sup>13</sup> PIAZZA, Walter Fernando. **A colonização de Santa Catarina**. 2 ed. ver. aum. Florianópolis: Lunardelli, 1988, p. 207.

<sup>14</sup> O SPI atuava em Santa Catarina desde a sua fundação, por meio da Inspetoria do Serviço para atrair os Xokleng devido aos conflitos com os colonos. A criação da Inspetoria deu-se principalmente, devido as declarações de Alberto Vojtech Frič durante o XVI Congresso Internacional de Americanistas, ocorrido em Viena em 1908.

Contudo, como definir Antonio Selistre de Campos? Um humanista? Um positivista<sup>15</sup>? Por que defendia aqueles indígenas? Nos jornais que foram contemporâneos à *Voz de Chapecó* não se localizou notícias sobre os Kaingáng, a não ser algumas publicadas *a pedido* naqueles jornais.

O principal recorte temporal desta pesquisa vai de 1939 a 1952, por ser o período de maior publicação dos artigos redigidos por Antonio Selistre de Campos publicados no jornal *A Voz de Chapecó*. Porém, publicou artigos em menor escala nos jornais *O Imparcial*, *Jornal do Povo*, ambos da cidade de Chapecó, e, posteriormente, em 1957, publicou uma série de artigos no jornal *O Estado*, da cidade de Florianópolis.

Em certos momentos da pesquisa, ora retrocedeu-se, ora avançou-se no tempo para melhor compreensão e contextualização do período em estudo, adotando-se flexibilidade para os imprevistos que permearam esta pesquisa em história, a exemplo da dificuldade em localizar algumas edições do jornal *A Voz de Chapecó* após o ano de 1952, identificando-se um vácuo de informações até o ano de 1957. Nesse ano, encontrou-se um único exemplar em xérox, cuja matéria de capa tratava da morte de Antonio Selistre de Campos. No desenvolvimento da pesquisa não foi possível identificar quando o jornal *A Voz de Chapecó* deixou de circular, se é que deixou, ou, se foi vendido e seu nome alterado. É como se desaparecesse com a morte de Antonio Selistre de Campos.

Essas inquietações permanecem no campo das incógnitas até o momento desta redação, sendo incômoda questão relacionada ao tempo em que o jornal deixou de veicular suas notícias e editoriais no Oeste Catarinense e região, bem como a sua tiragem semanal por não constar nas edições do jornal.

Outra inquietação é relativa à hipótese de que, se o jornal seguiu com suas publicações, mesmo que em curto espaço de tempo, como ficaram as notícias sobre os Kaingáng? Alguém teria assumido essa tarefa? Como saber o quanto a população local estava interessada no assunto, pelo assunto em si, e não tão só pelo respeito ao jurista? Dos esforços empreendidos por Antonio Selistre de Campos em prol dos Kaingáng, o que ficou na memória da cidade de Chapecó além do Museu Dr. Selistre de Campos?

---

<sup>15</sup> Sistema criado por Augusto Comte (1798-1857), filosofia que se propõe a ordenar as ciências experimentais considerando-as modelo do conhecimento humano. Começou a ser divulgada no Brasil a partir de 1850.

A entrevista concedida a esta pesquisadora pelo filho mais novo de Antonio Selistre de Campos, o senhor Raul José de Campos<sup>16</sup> (1920-), informa que os jornais foram doados ao Colégio Bom Pastor em Chapecó/SC, e alguns exemplares devem ter se perdido até serem transferidos ao acervo do CEOM. Além disso, o senhor Raul não guarda em sua memória a tiragem do jornal que não vinha impressa na página inicial.

Na busca da consecução desse estudo partiu-se da análise e interpretação de documentos e entrevistas que, reunidos, dizem respeito ao assunto em pesquisa.

A metodologia da etno-história é adotada como linha mestra que busca na interdisciplinaridade das fontes escritas, da memória, das pesquisas a campo e na realização das entrevistas em história oral, maior abrangência no registro histórico dos Kaingáng. O antropólogo Antonio Porro discorre sobre a etno-história ser uma disciplina recente e estar se constituindo, sendo que ela:

é a história dos grupos indígenas escrita a partir das notícias deixadas pelos primeiros cronistas e, para as tribos contactadas mais recentemente, também a partir das tradições orais indígenas. Mas é principalmente a história vista de uma perspectiva antropológica, que procura reconstruir o mundo indígena em toda a sua diversidade, através da arqueologia e da observação etnográfica, da história documental e da história oral, da lingüística e da mitologia<sup>17</sup>.

Assim é que a história oral é parte integrante da metodologia da etno-história, bem como o dueto indissociável história oral e memória, contemplam a função social no registro da história dos Kaingáng.

Pelas experiências das pesquisas de campo na TI Xaçecó, oportunizadas por este estudo em Mestrado em História e pelo LABHIN<sup>18</sup>, pode-se conhecer um pouco mais da história do povo Kaingáng por meio do registro de suas memórias.

---

<sup>16</sup> Esta entrevista foi realizada pela primeira vez em 06 de fevereiro de 2006. Nessa ocasião o Sr. Raul José de Campos contava 86 anos. Formou-se na Faculdade de Direito em Porto Alegre/RS, foi Prefeito na cidade de Lagoa Vermelha/RS e aposentou-se no cargo de Promotor Público Estadual em Porto Alegre/RS.

<sup>17</sup> PORRO, Antonio. **O povo das águas: ensaios de etno-história amazônica**. RJ: Vozes, 1995, p. 17.

<sup>18</sup> O LABHIN – Laboratório de História Indígena está localizado no prédio do Centro de Filosofia e Ciências Humanas/CFH do Departamento de História da UFSC e foi fundado em 05 de novembro de 1998 pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Lúcia Vulfe Nötzold. Tem dentre seus objetivos, através da pesquisa com a etno-história e das pesquisas a campo, realizar estudos com as populações indígenas incentivando a pesquisa histórica étnica, percebendo a diversidade sócio-cultural e suas perspectivas de futuro. Web site LABHIN: <http://www.cfh.ufsc.br/~labhin/>

Sendo assim, esta investigação em História, parte da perspectiva de um estudo historiográfico, por meio da análise dos artigos de jornais, da metodologia da história oral, da antropologia e fotografias, entre outras áreas afins, que, através da pesquisa e estudo, colaboraram à descoberta e compreensão de todo um contexto dinâmico histórico, eleito. É nessa perspectiva interdisciplinar que o período da história Kaingáng será analisado.

Este exame será realizado sob diversos aspectos que foram relevantes para a época, e que ainda o são no momento presente, a exemplo do incentivo à defesa da terra que permanece na memória dos mais velhos da comunidade Kaingáng e da lembrança da primeira escola criada por iniciativa de Antonio Selistre de Campos, dentro da TI, cujas aulas eram ministradas pelo professor indígena, o senhor Felicíssimo Belino.

A discussão da temática indígena será encaminhada como ponto central no cotejo metodológico entre as fontes de imagens, orais e escritas.

As fotografias que serão apresentadas nesta pesquisa assumem o caráter ilustrativo, a fim de aproximar o leitor da época relatada. Dessa forma, não foram feitas análises sobre elas.

A história oral é empregada nesta pesquisa seguindo-se o método e proposta de José Carlos Sebe bom Meihy, segundo os quais ela *é um recurso moderno usado para a elaboração de documentos, arquivamento e estudos referentes à experiência social de pessoas e de grupos. Ela é sempre uma história do 'tempo presente' e também reconhecida como 'história viva'*<sup>19</sup>.

A História Oral possibilita novo conhecimento sobre o passado que, até então, não foi registrado. Essa proposta de registro ocorre a partir do momento da valorização do tema eleito por parte do pesquisador, o que pode trazer novas concepções e abordagens sobre a inserção social de seus colaboradores<sup>20</sup>, principalmente no entendimento de cultura diferenciada, promovendo o esclarecimento, e buscando favorecer a tendência em diminuir o preconceito originado em relação ao desconhecido.

A fala registrada é a extensão da memória que passa a ser documentada. Este é um dos principais motivos de se trabalhar com a história oral nesta pesquisa: documentar

---

<sup>19</sup> MEIHY, Jose Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. 5. ed. rev. e ampl. São Paulo: Loyola, 2005, p., 17.

<sup>20</sup> O termo colaborador é adotado nesta dissertação conforme proposta de Meihy, pois “é o nome dado ao depoente, que tem um papel mais ativo em história oral, deixando de ser mero informante, ator ou objeto de pesquisa, portanto os entrevistados são as pessoas ouvidas em um projeto e devem ser reconhecidos como colaboradores”. Ibid., p. 19 e 260.

a memória dos Kaingáng, contribuindo para o registro de sua história, promovendo a valorização da etnia<sup>21</sup> enquanto cultura diferenciada.

Ao ouvir e registrar as memórias, passa-se a fazer parte da história de quem a relata, na perspectiva da memória coletiva apresentada pelo sociólogo Maurice Halbwachs. Sendo assim, a ética é fundamental no trato com o colaborador, uma vez que se está acessando e evocando parte de seu passado dentro de um contexto histórico.

Para o melhor desenvolvimento da pesquisa em história oral, seguiram-se algumas recomendações de Alessandro Portelli<sup>22</sup> quanto ao pesquisador resguardar-se, bem como resguardar a pesquisa e o colaborador em relação ao cuidado na assinatura de autorizações para publicação; submissão da transcrição da entrevista ao colaborador, respeito ao colaborador, respeito ao local onde se realizarão as entrevistas, respeito intelectual com o material coletado, compromisso com a ética e valores pessoais.

A saída a campo é parte intrínseca da História Oral. A partir daí, inicia-se o vínculo com o colaborador. Além de acessar suas memórias, acessa-se também o local onde ele vive e retêm objetos evocadores de suas lembranças que podem levar à novas lembranças, reconstruindo parte de um passado.

Assim, a metodologia da história oral foi utilizada no registro dos relatos orais dos indígenas mais velhos da comunidade e, na comunidade do entorno, relatos de não-indígenas onde se procura reunir o maior número de informações possíveis sobre o período eleito.

No que se refere às questões da memória, Halbwachs propôs, no estudo do cotidiano e nas evocações da memória, o ponto de partida de acesso aos quadros sociais. Com isto afirmava não existir uma memória individual, mas uma memória coletiva<sup>23</sup>. Assim, os quadros sociais apresentados por Antonio Selistre de Campos, e os quadros sociais em que os indígenas estavam inseridos são utilizados na evocação da memória indígena a respeito de seu passado recente.

---

<sup>21</sup> Adota-se o conceito de etnia e identidade étnica segundo a concepção dinâmica e não estática proposta pelo antropólogo Fredrik Barth, que as define como uma construção vinda, não do isolamento, mas da interação dos grupos sociais por meio de processos de exclusão, inclusão e pertença estabelecidos pela *auto-atribuição no compartilhamento de critérios de avaliação e julgamento*. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade. Seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998, p. 193-196.

<sup>22</sup> PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na história Oral. In: **Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História**. Nº. 15, PUC – SP, Abril, 1997, p. 14 -15.

<sup>23</sup> HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990, p. 58, 106, 150.

A interação e o entendimento do acontecimento e do indivíduo que dele participa ficam facilitados pelo fato de que neste intercâmbio de conhecimentos

(...) me volto para eles, adoto momentaneamente seu ponto de vista, entro em seu grupo, do qual continuo a fazer parte, pois sofro ainda seu impulso e encontro em mim muito das idéias e modos de pensar a que não teria chegado sozinho, e através dos quais permaneço em contato com eles<sup>24</sup>.

Para Halbwachs, essa interação vivida, mesmo que sozinho em determinada situação, era fundamental para a constatação de que a memória é coletiva; basta rememorar algo para se estar em relacionamento com outras pessoas. Percebe-se a transferência das memórias no instante em que a memória do outro passa a ser também a de quem ouve, no exato momento do encontro do pesquisador com o relato do colaborador.

Outra demanda, em relação aos estudos que envolvem a memória e, conseqüentemente, a história oral, é a pluralidade das memórias. Le Goff, citando Leroi-Gourhan, diz que este considera três tipos de memória: a memória específica, a memória artificial e a memória étnica, a de interesse desta pesquisa, descrita como a *que assegura a reprodução dos comportamentos nas sociedades humanas*<sup>25</sup>. Essa reprodução dos comportamentos humanos foi transferida de geração a geração através da memória e da oralidade. Os principais responsáveis por assegurar essa tarefa e, por conseguinte, a identidade grupal eram os mais velhos da comunidade, os *homens-memória, chefes de família idosos, bardos, sacerdotes*<sup>26</sup>, com o importante papel de manter o grupo unido por laços comuns, laços que os identifiquem como grupo diferenciado.

O registro da memória possibilita o acesso a uma fonte de pesquisa histórica que não ficará só na lembrança, mas que está sujeita a perder-se com o passar do tempo por vários motivos, entre eles a morte dos mais velhos ou até mesmo o desinteresse dos mais novos pela história pretérita de seu povo, ou, ainda, o interesse destes voltado para história recente do grupo. Além disso, o registro proporciona também o estudo e entendimento de uma versão do passado, uma vez que, em história, não existem verdades absolutas, mas versões sobre o mesmo fato que devem ser analisadas dentro de seus contextos, épocas, personalidades e agentes históricos.

---

<sup>24</sup> Ibid., p. 31.

<sup>25</sup> LE GOFF, op. cit., p. 422.

<sup>26</sup> Ibid., p. 425.

Algumas pesquisas e estudos já foram realizados com o objetivo de analisar a personalidade de Antonio Selistre de Campos, como a monografia de Cleusa Dileta Sottili Valcarenghi, intitulada *A história de vida de Antonio Selistre de Campos: defensor dos Kaingangs*, apresentada em 1997 na Universidade do Oeste de Santa Catarina/Campus Chapecó/UNOESC, e a pesquisa de Mara Paulina Wolff de Arruda, em 2002, intitulada *Antonio Selistre de Campos: “O guardador da cidade”*, da mesma Universidade. Ambas as pesquisas estão voltadas mais precisamente à história biográfica e à representatividade de Antonio Selistre de Campos para a cidade de Chapecó/SC.

Em 2004 foi publicada pelo CEOM a compilação de alguns artigos de Antonio Selistre de Campos editados no Jornal *A Voz de Chapecó* no período de 1939 a 1952. Trata-se da publicação de documentos históricos utilizados também como fonte nesta pesquisa, na qual se fez a contextualização dos discursos jornalísticos com a história oral partindo do tempo presente, conceituado por Meihy como *movimento renovador da visão da história baseado na presentificação dos acontecimentos do passado*<sup>27</sup>.

Diferentemente dos estudos citados, esta pesquisa envolve a participação social do indígena com o relato de suas memórias na aplicabilidade da história oral. Os relatos orais assumem dupla função: além da produção de fontes, reforçam a auto-estima indígena pelo reconhecimento de suas memórias, seja na participação escrita, seja na oralidade enquanto ouvintes-divulgadores-mantenedores de sua própria história.

A região geográfica do Oeste Catarinense, principalmente a TI Xapecó e as comunidades do entorno, foi o território demarcado para realização inicial desta pesquisa, porém esta delimitação foi ultrapassada para atendimento às questões oriundas do manuseio das fontes, dos relatos orais e da própria necessidade de contemplar o tema em suas especificidades.

Na TI Xapecó, parte da pesquisa documental foi realizada junto à Escola Indígena de Educação Básica Cacique Vanhkrê e no Posto Indígena, ambos localizados na aldeia Jacu, sede da TI Xapecó. Nestes locais, também realizou-se entrevistas com a metodologia da história oral com os professores e os mais velhos da comunidade, promovendo a interlocução entre os indígenas e os documentos, no registro de suas memórias.

O *Museu Municipal Dr. Antonio Selistre de Campos*, localizado em Chapecó/SC, apresenta acervo de peças indígenas encontradas na região, algumas delas de antiga

---

<sup>27</sup> MEIHY, op. cit., p. 262.

propriedade de Antonio Selistre de Campos. No acervo estão urnas funerárias em material cerâmico, artefatos de arcos, flechas, cestos e ferramentas talhadas em pedra. Além dessa cultura material, por ele coletada e também por outras pessoas que, sabendo do interesse do jurista, faziam a gentileza de enviar-lhe, está disponível parte da biografia, arquivo de entrevistas concedidas a vários pesquisadores, e material fotográfico.

Outro local fundamental para esta pesquisa de campo foi o CEOM, onde encontra-se documentação significativa para a pesquisa relacionada à região oeste. Especificamente de interesse para esta pesquisadora, os jornais, o material fotográfico e as entrevistas em história oral concedidas por algumas pessoas que conheceram Antonio Selistre de Campos. O filho deste, o senhor Raul José de Campos fez doação de boa parte do material biográfico, contendo documentos manuscritos e fotografias. A professora Mara Paulina Wolff de Arruda, após realizar sua pesquisa já mencionada, também fez doações disponibilizando as fontes para outros pesquisadores. Quem tem por objetivo pesquisar o Oeste Catarinense, pode encontrar parte expressiva de documentos no CEOM.

O Conselho Indigenista Missionário/CIMI<sup>28</sup> de Chapecó e de Florianópolis foram locais que constaram do roteiro do mapeamento de pesquisa. O arquivo de documentos disponibilizado trouxe um somatório ao tema pesquisado.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina e a Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, localizados em Florianópolis, tiveram seus documentos visitados e revisitados, na complementaridade de outros apontamentos do estudo.

No Núcleo de Estudos de Populações Indígenas/NEPI<sup>29</sup> foi possível acessar algumas bibliografias específicas, entre elas, laudos antropológicos que complementaram informações, e também no NEPI foram realizadas várias entrevistas com o antropólogo Prof. Dr. Sílvio Coelho dos Santos.

---

<sup>28</sup> O Conselho Indigenista Missionário/CIMI foi criado em 1972, vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil/CNBB, que através da atuação missionária, procurou conferir um novo sentido ao trabalho da igreja católica junto aos povos indígenas. Por meio de assembléias indígenas objetiva promover o direito à diversidade cultural. Web site CIMI: <http://www.cimi.org.br/>

<sup>29</sup> O NEPI, criado em 1996, é coordenado pelo Professor Dr. Sílvio Coelho dos Santos. Tem em seu objetivo o *desenvolvimento de estudos e pesquisas relativas aos povos indígenas, em particular sobre seus saberes tradicionais, condições de vida e seus projetos, através da articulação de professores, pesquisadores e estudantes de diferentes universidades e instituições*. Atualmente abrange três linhas de pesquisas: Política Indigenista; Infância e Educação Indígena e História da Antropologia. É parte integrante do Laboratório de Antropologia Social/LAS. Web site: <http://www.las.ufsc.br/>



Esta pesquisa, em diferentes momentos, foi apresentada parcialmente em eventos científicos, os quais contribuíram significativamente para seu desenvolvimento, levando a diminuir a imperfeição que acompanha toda pesquisa, em decorrência da inesgotabilidade do tema e da possibilidade, sempre presente, de se encontrar fontes ainda não manuseadas a serem analisadas. Portanto, consideram-se os eventos científicos igualmente como pesquisas de campo<sup>30</sup>.

Tanto o material biográfico, fotográfico, jornalístico, documental, bibliográfico e as entrevistas coletadas no decorrer deste estudo, foram complementares entre si para enriquecimento e atendimento aos objetivos desta pesquisa, que será apresentada em três capítulos.

No primeiro, intitulado **Jornal A Voz de Chapecó: Documentando a História dos Kaingáng**, faz-se a contextualização da inserção do jornal no período histórico nacional e seus hiatos entre uma censura policial e outra, com a cessação temporária de sua circulação, acompanhando paralelamente a trajetória de um de seus fundadores, Antonio Selistre de Campos. Neste primeiro capítulo se apresenta o que se considerou um tripé interligado pelas evidências apontadas pelas fontes manuseadas e analisadas: agente, propulsor e divulgador da história de um povo, sendo respectivamente os Kaingáng, Antonio Selistre de Campos e o jornal *A Voz de Chapecó*.

Sendo assim, os Kaingáng serão apresentados por serem os agentes de sua própria história; o jornal será apresentado como divulgador, enquanto fonte de informação que veiculou artigos com a temática indígena, contextualizando-se sua fundação no período do Estado Novo (1937-1947); Antonio Selistre de Campos por ser o propulsor e autor dos artigos sobre a temática indígena, buscando esclarecer a população do entorno e levando ao conhecimento das autoridades competentes a situação dos Kaingáng da região, por dezoito anos, sem a certeza de ser ouvido, como ele mesmo registrou.

O segundo capítulo sob o título **Estranhamentos e Coexistências no Oeste Catarinense**, abre-se para o XVI Congresso Internacional de Americanistas ocorrido em

---

<sup>30</sup> Em 2006: "Selistre de Campos e a questão indígena no Oeste Catarinense" em comemoração aos "20 anos do CEOM" em Chapecó/SC. Em 2007: "Dr. Antonio Selistre de Campos: representatividade Kaingáng fora da aldeia", durante a 6ª Semana de Ensino Pesquisa e Extensão/SEPEX/UFSC. "A questão indígena nas páginas dos jornais sob a ótica do jurista Antonio Selistre de Campos - 1940 a 1950", no XXIV Simpósio Nacional de História/SNH - "História e Multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos"/UNISINOS, São Leopoldo/RS. "Revisitando a memória dos Kaingáng: o percurso da tradição oral no tempo" no IV Encontro Regional Sul de História Oral - "Culturas, Identidades e Memórias"/UFSC. "A função social do jornal na divulgação da história dos Kaingáng no Oeste Catarinense - 1939/1957", por ocasião do 9º Encontro das Nações: Brasil de todos os tons.

Viena em 1908, onde houve o discurso de Albert Vojtech Frič, que veio a somar aos acontecimentos que antecederam a criação do SPILTN. Ainda nesse capítulo apresenta-se o período que antecedeu a instalação do SPI na região do Oeste Catarinense e a implantação do Posto Indígena Chapecó no ano de 1941, dentro da TI Xapecó, os abusos cometidos por determinado funcionário do SPI contra os indígenas, e os questionamentos levantados em relação a este órgão criado com o propósito de proteger os indígenas.

**Os Temas Educação, Saúde e Terra nos Artigos Jornalísticos** fazem parte do terceiro capítulo. A criação da primeira escola para os indígenas, por iniciativa de Antonio Selistre de Campos, permanece na memória de alguns dos indígenas mais velhos da comunidade. Toma-se como hipótese que esta iniciativa proporciona atualmente, aos Kaingáng, o valor que atribuem ao estudo, e à profissão de professor. Constatou-se tal fato a partir da história oral e o quanto o estudo tem repercutido positivamente na autoconfiança do grupo.

A personalidade do Dr. César Sartori surge neste capítulo por ser o médico que dava assistência aos Kaingáng, embora de maneira esporádica devido à dificuldade de chegar ao Oeste Catarinense na época. Era por interferência e preocupação de Antonio Selistre de Campos que tais visitas se realizavam.

A preocupação com a saúde foi expressa em alguns artigos, dos quais destaca-se o que foi publicado em 19 de dezembro de 1948, no jornal *A Voz de Chapecó*:

#### **OS INDIOS ESTÃO MORRENDO**

Além dessas duas mortes, de índios nossos conhecidos, temos notícia de haverem ocorrido outros obitos, não só de homens, como também de mulheres e crianças.

Desnecessário é dizer: faleceram esses, e outros vão morrendo, sem assistência medica.

Não faz muito tempo subimos ao alto dos nossos tamancos e perguntamos a um ilustre Diretor do S.P.I. se haveria possibilidade de prestar assistência medica aos índios...

“Ah!” Respondeu o ilustre funcionario do S.P.I. – “Infelizmente a esse problema ainda não pudemos dar solução”<sup>31</sup>.

Esse artigo, dentre outros, demonstra a preocupação de Antonio Selistre de Campos com a saúde e a deficiência imunológica adquirida pós-contato com o não-indígena, que estava levando os indígenas ao falecimento antecipado. Neste capítulo

---

<sup>31</sup> Jornal *A Voz de Chapecó*. Os Índios estão morrendo. 19 de dezembro de 1948. Acervo CEOM, Chapecó/SC.

abordam-se também algumas práticas indígenas do conhecimento, utilização e benefício das ervas medicinais.

Ainda discute-se o pretense esbulho sobre a terra dos Kaingáng por iniciativa do madeireiro Alberto Berthier de Almeida e a atuação do SPI denunciado por Antonio Selistre de Campos no artigo *O Serviço de Proteção aos Índios passa a ser de Perseguição aos Índios de Chapecósinho*.

Sendo assim, procura-se refletir sobre o significado, os efeitos e o alcance dos artigos de Antonio Selistre de Campos na trajetória histórica dos Kaingáng do Oeste Catarinense.

Quando Selistre de Campos morreu em 5 de dezembro de 1957, os Kaingáng transportaram seu caixão, acompanhando, a pé, todo o cortejo fúnebre até o Cemitério Ecumênico de Chapecó.

## Capítulo 1

### **Jornal *A Voz de Chapecó*: Documentando a História dos Kaingáng**

O Jornal *A Voz de Chapecó*, Antonio Selistre de Campos e os Kaingáng foram identificados como um tripé fomentador e informativo a respeito da história do grupo indígena no desenvolvimento desta pesquisa. Desse conjunto, resultou o registro de parte da história dos Kaingáng do Oeste Catarinense, documentada nos artigos de Antonio Selistre de Campos.

Sugere-se este tripé como importante meio de acesso ao passado, seja na utilização das fontes escritas, seja na de fontes provenientes da tradição oral, registrando permanências, reelaborações e esquecimentos ao longo desse processo histórico.

Na identificação e entendimento desse tripé, o jornal é apresentado como fonte/documento de informação que veiculou artigos sobre a temática Kaingáng, contextualizando-se sua fundação no período do Estado Novo (1937-1947) e também a cidade de Chapecó que, em diferentes momentos, compôs uma região territorial de litígios. Antonio Selistre de Campos é apresentado por ser o autor dos artigos sobre a temática indígena, que buscou esclarecer a população local e regional, e as autoridades competentes sobre a situação dos Kaingáng da região por dezoito anos, sem a certeza de ser “ouvido”, como ele próprio registrou. Os Kaingáng são enunciados por serem agentes históricos atuantes que, possivelmente, souberam identificar, no apoio de Antonio Selistre de Campos, o incentivo na reivindicação dos seus direitos enquanto povo e cultura<sup>32</sup> diferenciados.

Inicia-se este capítulo com a localização e apresentação da cidade de Chapecó, palco do jornal *A Voz de Chapecó* e dos litígios territoriais entre Brasil e Argentina e posteriormente entre Paraná e Santa Catarina. Apresenta-se na seqüência o próprio jornal, a personalidade de Antonio Selistre de Campos e os Kaingáng da TI Xapecó.

---

<sup>32</sup>Adota-se nesta pesquisa o conceito de cultura enunciado por Baldus, sendo *a expressão harmônica total do sentir, pensar, querer, poder, agir e reagir de uma combinação de fatores hereditários, físicos e psíquicos, com fatores coletivos morais, e que, unida ao equipamento civilizador (instrumentos, armas, etc.), dá à unidade social a capacidade e a independência necessárias à luta material e espiritual pela vida. Um dos problemas principais da etnologia é estudar a mudança contínua dessa expressão e as causas dessa mudança.* BALDUS, Herbert. **Ensaio de etnologia brasileira**. São Paulo: Ed. Companhia Nacional, 1937, p. 17.

### 1.1. O Oeste Catarinense e a Cidade de Chapecó

O Oeste Catarinense que se apresenta inicialmente nesta pesquisa é o *Velho Chapecó*, cuja expressão é empregada *pelos antigos moradores e descendentes dos colonizadores referindo-se à extensão territorial que possuía o município de Chapecó, aproximadamente 14 mil km<sup>2</sup>, desde sua criação em 1917, até o primeiro desmembramento ocorrido na década de 50*<sup>33</sup>.

O território catarinense foi povoado por diferentes frentes pioneiras. A região oeste teve seu povoamento iniciado por três frentes pioneiras de ocupações distintas. As de economias pastoris, extrativistas e de expansão agrícola. As frentes pioneiras apresentaram a característica comum de desalojar o indígena dos territórios de interesses econômicos privados; o indígena era identificado como um obstáculo ao desenvolvimento<sup>34</sup>.

A criação de gado, frente pastoril, fomentou a economia no planalto catarinense, espalhando fazendas aos arredores dos caminhos de tropas, inicialmente em direção a Curitiba e Campos Novos, seguindo para Curitiba, e depois para o sudoeste, atingindo Guarapuava e posteriormente Palmas. Silvio Coelho dos Santos ressalta que *através do Paraná, mais precisamente, da área que mais tarde será o território do Contestado, que a região de Chapecó (Campos de Palmas) é conquistada pela frente pastoril*<sup>35</sup>.

A segunda frente, extrativista, foi composta principalmente pela atividade do corte de erva-mate. A colonização de origem alemã e italiana, oriundas basicamente do Rio Grande do Sul, compõe a terceira frente, de expansão agrícola, com a exploração da madeira, desenvolvimento agrícola e pecuário<sup>36</sup>.

Das frentes pioneiras apresentadas, os Kaingáng foram envolvidos pelo conjunto das três economias: criatória, extrativa e agrícola, *resultando num aniquilamento de parte de seu contingente físico por meio de ataques*. Segundo Santos, desse quadro

---

<sup>33</sup> BELLANI, Eli Maria. **Madeiras, balsas e balseiros no Rio Uruguai: o processo de colonização do velho município de Chapecó (1917/1950)**. Florianópolis, 1991, 307f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, p. 6.

<sup>34</sup> SANTOS, Silvio Coelho dos. **Índios e brancos no sul do Brasil: a dramática experiência dos Xokleng**. Porto Alegre: Movimento. Brasília, Minc/Pró-Memória/INL, 1987, p. 25 e 59.

<sup>35</sup> Ibid., p. 25.

<sup>36</sup> Ibid., p. 17.

surgiram as reservas, que, para os Kaingáng, foi delimitada pelo Decreto nº 7, instituído pelo governador do Paraná<sup>37</sup>, Francisco Xavier da Silva, em 1902.

A região em estudo foi palco a várias disputas litigiosas territoriais.

As indefinições geográficas provenientes do Tratado de Madri (1750) e Santo Ildefonso (1777) levantaram questões dos limites territoriais entre o Brasil e a Argentina sobre a região do rio Pepery-guaçu, disputa iniciada em 1869 na *questão denominada “Misiones” para os argentinos e “Palmas” para os brasileiros*<sup>38</sup>, cujo litígio foi resolvido a favor do Brasil em 1895<sup>39</sup>.

No período de 1890 a 1916, Chapecó era distrito de Palmas pertencente ao Estado do Paraná. Os limites entre Paraná e Santa Catarina foram definidos em 1917 quando parte dos Campos de Palmas passaram a integrar o Oeste de Santa Catarina.

Concomitante a este período, a região serviu de disputa, no período de 1912 a 1916 à Guerra do Contestado<sup>40</sup>, envolvendo aqueles mesmos Estados.

Segundo Nilson Thomé<sup>41</sup>, a Guerra do Contestado foi um evento complexo provocado pelo avanço do capitalismo na região, influenciada pela construção da ferrovia SP/RS, a ação danosa da madeireira *Lumber Company*, a questão de limites entre Paraná e Santa Catarina, o jogo de interesses entre fazendeiros e políticos, o misticismo que havia entre os caboclos, a estratificação social e sistemas de vida da época, a posse da terra, o messianismo e a índole guerreira dos sertanejos.

Em 1943, foi criado o Território Federal do Iguaçu, compreendendo Chapecó. A Constituição Federal de 1946 extinguiu o referido Território e Chapecó voltou a integrar o Estado catarinense<sup>42</sup>.

A abordagem sobre a disputa litigiosa e demarcação do limite de terras entre Paraná e Santa Catarina se faz necessária para melhor entendimento do leitor interessado, que pode manusear fontes clássicas sobre a temática Kaingáng, a exemplo de Telêmaco Borba (1908) e Herbert Baldus (1937). Nota-se, porém, que os Kaingáng

<sup>37</sup> Ibid., p. 18.

<sup>38</sup> PIAZZA, Walter Fernando; HÜBENER, Laura Machado. **Santa Catarina: história da gente**. Florianópolis: Ed. Lunardelli, 1983, p. 116.

<sup>39</sup> PIAZZA, op. cit. p. 298-299.

<sup>40</sup> PIAZZA; HÜBENER, op. cit., p. 116.

<sup>41</sup> THOMÉ, Nilson. *Historiografia da Guerra do Contestado*. In: SANTOS, Silvio Coelho dos (Coordenador). **O Contestado na historiografia e na literatura**. Academia Catarinense de Letras. Coleção ACL nº 30, 2006, p. 39-40. Sobre o Contestado remete-se o leitor, também, as obras de: CABRAL, Oswaldo Rodrigues, 1903-1978. **João Maria: uma interpretação da campanha do contestado**. São Paulo: Ed. Nacional, 1960; MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)**. Campinas: UNICAMP.

<sup>42</sup> BELLANI, Eli Maria. **Madeiras, balsas, ...**, p. 21.

hoje residentes na TI Xaçepó/SC faziam parte daquele território, pois estavam na mesma área de terras chamada Campos de Palmas/PR, que, a partir de 1917, foi dividido, passando, num primeiro momento, a integrar parte do Estado de Santa Catarina e, num segundo momento, recebendo denominações diferenciadas pelo desmembramento desta área em distritos e municípios.

Entre outros, pertenciam ao município de Palmas os distritos de Campo Erê, Chapecozinho, Xanxerê e Passo Carneiro (Passo Bormann)<sup>43</sup>, que hoje estão em torno da cidade de Chapecó/SC.

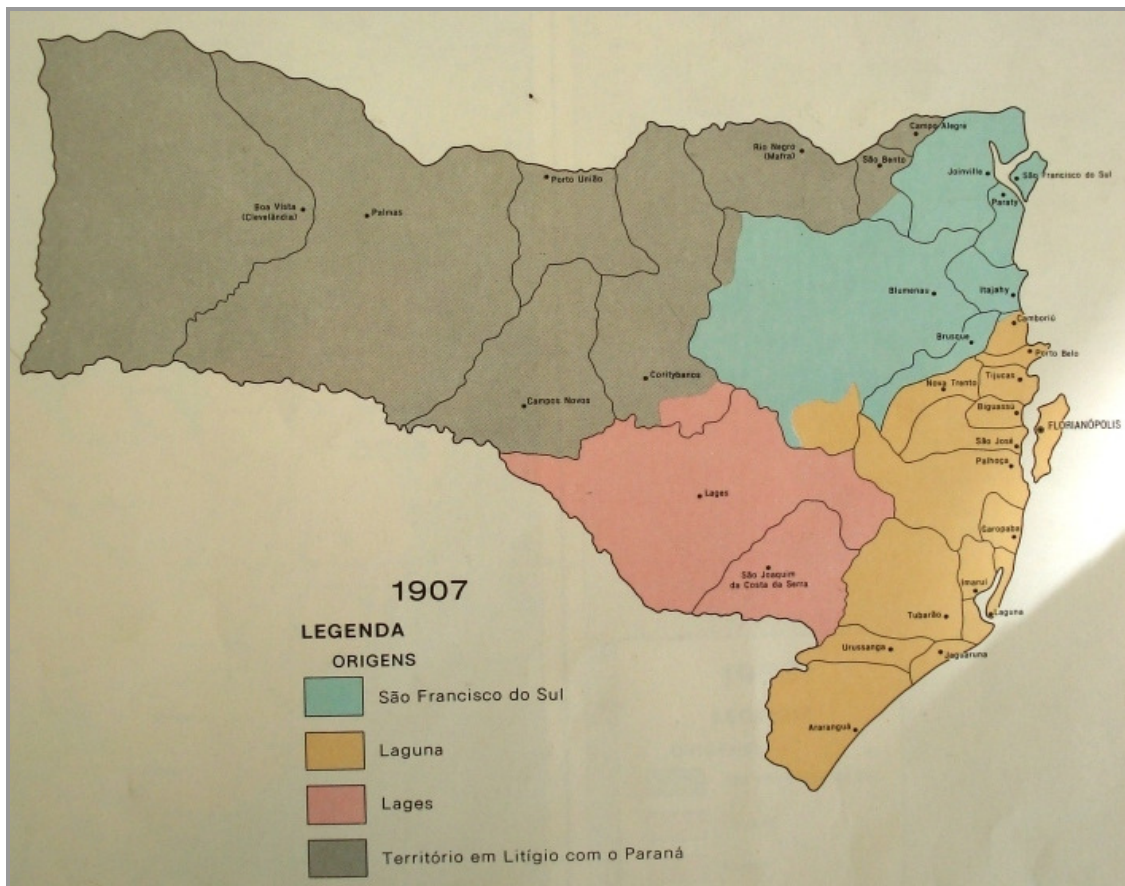
Leia-se no mapa a seguir, que o Paraná, em 1907, tratava-se de uma grande área oestina que abrigava os Kaingáng desde Palmas até os limites com o Norte do Rio Grande do Sul e o Oeste do Estado de Santa Catarina.

No mapa ainda pode-se observar a região em disputa de territórios entre os Estados do Paraná e Santa Catarina em tom cinza escuro, localizando-se nessa região os Campos de Palmas. Na época do litígio, o Estado de Santa Catarina restringia-se à parte colorida do mapa.

---

<sup>43</sup> ROSSETO, Santo. Síntese histórica da região oeste. In: **Cadernos do CEOM. CEOM: 20 anos de Memórias e Histórias no Oeste de Santa Catarina**. Edição Comemorativa. N.º 23 Chapecó: Argos, 2006, p. 259.

FIGURA 1 - Estado de Santa Catarina 1907



FONTE: Atlas de Santa Catarina. Rio de Janeiro, Aerofoto Cruzeiro, 1986, p. 17.

A Lei de 25 de agosto de 1917, nº. 1.147, que pôs fim aos conflitos de limites entre Paraná e Santa Catarina, desmembrou o município de Palmas, criando os municípios de Mafra, Cruzeiro (hoje, Joaçaba), Porto União e Chapecó. Nestes municípios foram instaladas sedes municipais, comarcas judiciárias, paróquias e escolas, o que favoreceu a conquista do Oeste<sup>44</sup>.

O município de Chapecó, instituído inicialmente com uma área de 14.793 km<sup>2</sup>, hoje com 625,40 km<sup>2</sup>, teve sua sede provisoriamente estabelecida em Passo Bormann, conhecida anteriormente como Passo Carneiro<sup>45</sup>:

A sede do novo município de Chapecó foi deslocada várias vezes, tendo sido fixada inicialmente em Passo Bormann, nome dado em homenagem ao então Capitão do Exército Bernardino

<sup>44</sup> SANTOS, Silvio Coelho dos. **Nova história de Santa Catarina**. 5. ed. Ver. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004, p. 91.

<sup>45</sup> BELLANI, Eli Maria. Balsas e balseiros no Rio Uruguai (1930-1950). In: **Cadernos do CEOM. CEOM: 20 anos de Memórias e Histórias no Oeste de Santa Catarina**. Edição Comemorativa. N.º 23. Chapecó: Argos, 2006, p. 75.



Bormann, diretor da colônia militar de Chapecó, transferindo-se depois para Xanxerê em 1919, voltando, em 1923, a Passo Bormann, em 1930 retornando a Xanxerê e ainda em 1930 voltando ao posto primitivo – até que, em 1931, fixou-se definitivamente em Passo dos Índios, que passou, em 1939, a chamar-se Chapecó <sup>46</sup>.

A cidade de Chapecó era percebida em 1939 como *um vilarejo do sertão, sem conforto, com falta de iluminação elétrica, tendo menos de cem casas habitáveis, construídas de madeira, e às quaes um dos nossos colaboradores classifica como caixões. Esta é a realidade* <sup>47</sup>.

FIGURA 2 – Chapecó Década de 1940



FONTE: CEOM, Chapecó/SC. Avenida Getúlio Vargas, Cidade de Chapecó na década de 40 tendo ao centro Antonio Selistre de Campos.

<sup>46</sup> CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **História de Santa Catarina**. 4º ed. Florianópolis: Lunardelli, 1994, p. 334.

<sup>47</sup> Jornal **A Voz de Chapecó**. Explicação. 11 de junho de 1939. Acervo CEOM, Chapecó/SC.

A antiga fotografia da cidade<sup>48</sup> remete o espectador à sensação de participar daquele momento, ao modo de um possível retorno ao passado, revisitando as imagens da época, uma vez que voltar literalmente no tempo seria impossível.

A discussão da grafia com “CH” ou com “X”, da palavra Chapecó, foi tema abordado por Antonio Selistre de Campos em seus artigos publicados no jornal *A Voz de Chapecó*<sup>49</sup>, sendo apresentada como indicação de pauta na Assembléia Legislativa pelo deputado afiliado ao Partido Social Democrata/PSD de Chapecó, Cid Loures Ribas<sup>50</sup>.

Tal assunto foi exaustivamente debatido perante a *Comissão Regional da Revisão Territorial do Paiz, a qual recorreu ao Poder Legislativo Estadual. A propósito o deputado Dr. Cid Loures Ribas, como Relator da Comissão Especial da Divisão Territorial do Estado*, emitiu parecer que foi publicado no jornal *A Voz de Chapecó* para conhecimento dos leitores<sup>51</sup>. No parecer, o Deputado Cid Loures Ribas constatou que a palavra Chapecó, por iniciar com “ch” não era de origem indígena e, portanto, não poderia ser de origem Kaingáng, e entre a grafia com X e CH, prevaleceu o CH, afirmou o deputado.

Ressalta-se que a escrita de Chapecó com CH é baseada, nos estudos do deputado, pela anterioridade da grafia e por constar em documentos com CH inicial<sup>52</sup>. Porém, no parecer apresentado pelo deputado à Comissão Especial da Divisão Territorial do Estado, a palavra oferece imprecisão em sua grafia, pois, *atendendo a que, a toponímia de Chapecó tem originado dúvidas e vacilações em sua grafia, porque ninguém sabe ao certo si devemos escrever tal palavra com ch ou x inicial*.

Observa-se que, no mesmo parecer, as argumentações estão todas voltadas para a origem da língua portuguesa com seu radical no latim em que

atendendo, ainda, a que, sendo, como é, a lingua portuguesa derivada do latim, diminuto é o número de palavras com x no início delas e essas mesmas não vem do latim e sim do árabe ou

---

<sup>48</sup> Esta fotografia é apresentada sob a perspectiva de “fotografia ilustrativo-documental” demonstrando uma cena do cotidiano procurando dar ao leitor subsídios para o contexto de Chapecó à época apresentada. Para maiores detalhes sobre a pesquisa com fotografias e seu manuseio remete-se o leitor a obra de BURKE, Peter. **Testemunha ocular: história e imagem**. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

<sup>49</sup> Jornal **A Voz de Chapecó**. Ch ou X. 07 de julho de 1946; Chapecó. 14 de março de 1948; Chapecó com X? 21 de novembro de 1948; Chapecó com CH. 28 de novembro de 1948. Acervo CEOM, Chapecó/SC.

<sup>50</sup> Jornal **A Voz de Chapecó**. Chapecó. 14 de março de 1948. Acervo CEOM, Chapecó/SC.

<sup>51</sup> Jornal **A Voz de Chapecó**. Chapecó com X ou CH inicial. 30 de janeiro de 1949; e com o mesmo título as matérias dos dias 06, 13 e 27 de fevereiro de 1949; 06 e 27 de março de 1949. Acervo CEOM, Chapecó/SC.

<sup>52</sup> Jornal **A Voz de Chapecó**. Serviço dos Índios. 28 de novembro de 1948. Acervo CEOM, Chapecó/SC.

grego, e isso faz ver que o emprego da letra **x**, no princípio das palavras é contrario à índole da língua portuguesa que é a nossa<sup>53</sup>.

Os estudos apresentados no ano de 1947 na Sala das Sessões da Assembléia Legislativa não mencionaram, ou desconsideraram na palavra, a origem na língua indígena. Porém, em novo parecer apresentado um ano depois, apresenta a seguinte redação:

“O topônimo Chapecó é de origem indígena”. Tenho sobre o assunto a valiosíssima opinião do Dr. Antonio Selistre de Campos, magistrado federal em disponibilidade, a qual reputo da maior autoridade sobre o assunto em tela. S. Excia. é um estudioso em tudo que se relaciona aos índios e tem procurado esclarecer a verdadeira origem da palavra Chapecó.

O estudo de Antonio Selistre de Campos, inserido na argumentação do deputado e apresentado na Sala das Sessões em 28 de novembro de 1948, apresenta artigo de Romário Martins que foi publicado na Revista ALBA em setembro de 1938. Este autor afirma ser Chapecó proveniente da palavra

hapedó, vocábulo caingang que significa caminho, passagem. Alusivo ao trânsito de tropas do Rio Grande para Palmas e S. Paulo, nos tempos idos. Telêmaco Borba diz: Xaembetkó, de xá, cachoeira e embetkó, um modo de caçar ratos a noite, com fachos. Pela semelhança que pareceu aos caingangs terem as pescarias de cascudos à noite, nêsse rio, com a dos ratos, lhe puzeram este nome.

Logo, pelos estudos de Romário Martins, o nome remete também à frente pioneira pastoril no caminho das tropas RS/Palmas/SP, além de nomearem o rio, e na seqüência da argumentação Antonio Selistre de Campos, finaliza dizendo que

Os caingangs ou coroados, desde tempos imemoriais habitaram esta região e foram eles que deram o nome ao rio. Há anos atrás era comum ouvir-se, se encontrando mesmo em documentos escritos, em vez de Chapecó, a grafia Japedô. Daí é lógico concluir-se que a palavra deve ter sofrido adulterações, deturpações ou modificações através do tempo. Em conclusão, para nós a pergunta não foi respondida<sup>54</sup>.

---

<sup>53</sup> RIBAS, Cid Loures. A Grafia de Chapecó com CH e não com X. Sala das Sessões, 9 de julho de 1947. In: SILVA, Zedar Perfeito da. **Oeste Catarinense**. Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert, Limitada, 1950, p. 340, 341.

<sup>54</sup> RIBAS, Cid Loures. Sala das Comissões, 28 de novembro de 1948. In: SILVA, Zedar Perfeito da, op., cit., p. 342, 343.

Antonio Selistre de Campos ainda publicou no jornal *A Voz de Chapecó*, em 1946, logo, um ano antes do parecer apresentado pelo deputado Cid Loures Ribas, artigo intitulado *CH OU X*. Nele apresenta dúvidas sobre a grafia da palavra, onde *ninguém parece saber se devemos escrever tal palavra com ch ou com x inicial*. Dentre os argumentos para a escrita de Chapecó com *CH*, se posiciona favoravelmente, utilizando-se da anterioridade histórica da palavra, contexto que mais tarde foi empregado pelo deputado. Alega que, até o ano de 1936, a palavra foi escrita com *CH* e que em documentos governamentais a escrita passou a ser com *X* inicial. No final de seu artigo apresenta que *em defesa do emprego do x no início da palavra Chapecó, alega-se que assim se escrevem as palavras que precederam da língua indígena, mas deve atender-se, primeiro, que os antigos índios não tinham linguagem escrita, e depois, que não está aprovado que Chapecó seja palavra indígena*<sup>55</sup>.

Assinala-se que a dúvida permeava os estudos de Antonio Selistre de Campos sobre tal grafia ser ou não de origem Kaingáng.

Sobre o assunto há ainda as pesquisas de Ana Lúcia Vulfe Nötzold, etno-historiadora, e Wilmar da Rocha D'Angelis, lingüista, afirmando que, com base na metodologia da etno-história, os relatos dos indígenas da região contribuem para o entendimento de sua cultura e trajetória histórica, em que os mesmos atribuíram nomes indígenas aos lugares por onde passaram. Tal relato foi contado por Kofá Kaingáng Bonifácio Luiz Ndokring e Francisco Fernandes Kaneigrã:

Assim, ao Chapecó chamaram 'Xapetko' (xá+én+mbitkó). Adiante, mataram uma anta em um passo, que denominaram Passo da Anta. Seguindo, perderam um facão em um lageado, que chamaram Lageado Facão. Acamparam em um final de tarde, mais adiante. Mas à meia-noite as formigas correição bateram no acampamento e todos tiveram que levantar. Chamaram este lugar de Formigas. Chegaram no outro dia ao 'Xapetkóxi' que ficou Chapecozinho. Ao chegarem na campina, ao final da tarde, ao limpar o terreno para acampar mataram ali uma cascavel. Chamaram o local "Xãxã~rê" ('Campina da Cascavel'). Na seqüência passaram em uma água onde havia muito xaxim ('ngoytangui' – água do xaxim) e o Diretor chamou xaxim. Outra versão – também de velhos Kaingáng – diz que nesse lugar estava terminado o sal que traziam (xá+xi = pouco/pequeno), daí o nome xaxim ser Kaingang<sup>56</sup>.

<sup>55</sup> **A Voz de Chapecó: artigos de Antonio Selistre de Campos – 1939 a 1952**. Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (Org.). Chapecó: Argos, 2004, p. 29 a 31.

<sup>56</sup> NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe. **Nosso vizinho Kaingáng**. Florianópolis: Imprensa Universitária da UFSC, 2003, p. 81. D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. Para uma história dos índios do oeste catarinense.

Pela análise dos documentos apresentados, pode-se concluir que a palavra é de origem Kaingáng e que foram eles que assim denominaram o rio que delimitava a TI Xaçepó, ficando a dúvida sobre a questão da grafia nas redações de Cid Loures Ribas e Antonio Selistre de Campos, não se podendo daí inferir ser correta ou não, a escrita com *CH* ou com *X* inicial.

## 1.2. A *Voz de Chapecó*

O periódico *A Voz de Chapecó*, jornal intitulado *semanário independente*, com média de 4 a 6 páginas por número, circulava aos domingos abrangendo a cidade de Chapecó e região. Fundado em 3 de maio de 1939, publicava eventualmente edições comemorativas, compondo o jornal nessas ocasiões em torno de 10 a 12 páginas. Além da *Voz de Chapecó*, circulava também na época, o jornal *A Voz do Estudante* com tiragem mensal, localizado em Xanxerê/SC. A partir de fevereiro de 1951 surge na cidade de Chapecó o jornal *O Imparcial*<sup>57</sup>.

A primeira edição d'*A Voz de Chapecó*, datada de 03 de maio de 1939, trazia em seu editorial os objetivos a que o jornal se propunha:

### NOSSA AÇÃO

Sae hoje à luz da publicidade *A VOZ DE CHAPECÓ*.

É uma publicação modesta, como o seu pequeno formato faz ver.

Não é leitura para letrados. Aos homens simples, que são a maioria dos nossos patrícios desta zona, e que não assinam os grandes jornaes das capitaes, pretendemos ser úteis, transmitindo noticias de acontecimentos de ordem geral na medida do possível.

Temos em vista servir aos altos interesses do município, do Estado, e, conseqüentemente, do Brasil, nossa querida Pátria, procurando despertar nos moços o gosto pela leitura<sup>58</sup>.

O jornal surge no contexto histórico nacional do Estado Novo (1937-1947), que mostrava um caráter autoritário, mas se dizendo um novo regime, mantendo fortes ligações com características governamentais do período 1930-1937, entre elas a

---

In: **Cadernos do CEOM. CEOM: 20 anos de Memórias e Histórias no Oeste de Santa Catarina.** Edição Comemorativa. N.º 23. Chapecó: Argos, 2006, p. 309.

<sup>57</sup> Jornal **A Voz de Chapecó**. Pela Imprensa. *O Imparcial*. 04 de março de 1951. Acervo Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina. Florianópolis/SC.

<sup>58</sup> Jornal **A Voz de Chapecó**. *Nossa Ação*. 03 de maio de 1939. Acervo CEOM, Chapecó/SC.

centralização, sendo considerado o período de *maior soma de poderes até aquele momento na história do Brasil independente*<sup>59</sup>.

À frente do Estado Novo estava Getúlio Vargas que governou o país por quinze anos, de 1930 a 1945; chefe de um governo provisório, foi eleito pelo voto indireto, deposto no último ano de seu mandato e voltando à presidência, dessa vez pelo voto popular, no período de 1950 a 1954<sup>60</sup>.

A posição do jornal conjugava com as idéias getulistas, tanto que no mesmo editorial da primeira edição, seus fundadores diziam que *sustentamos o regime político da Constituição Federal de 10 de Novembro de 1937, porque entendemos ser no momento a garantia da Segurança Nacional*<sup>61</sup>. Essa Constituição instaurada por Vargas era completamente diferente das que a antecederam. Entre as principais diferenças, que caracterizaram um sistema ditatorial, estava a dispensa do Congresso, concentrando nas mãos do governante os poderes legislativo, executivo e judiciário. Com o Estado Novo desapareciam os governadores, substituídos por delegados do governo federal, que foram chamados provisoriamente de interventores<sup>62</sup>.

As opiniões, reportagens e notícias constantes no Jornal *A Voz de Chapecó* eram as mais diversas, a fim de informar a comunidade local e regional. Destacavam-se datas natalícias; falecimentos; notas sobre viagens de partida e chegada das pessoas integrantes da sociedade local; comércio, indústria, agricultura, informações sobre legislação, processos judiciais; política local, regional, nacional e internacional; resenhas; condições das estradas; reivindicações de melhorias escolares; inaugurações; réplicas a alguma notícia de cunho pessoal; propagandas; resumo de filmes, questões sobre a grafia do nome da cidade e a constância na publicação de artigos sobre a temática e a população indígena do Oeste Catarinense. Em sua maioria, estes artigos foram escritos por Antonio Selistre de Campos. No entanto, no decorrer desta pesquisa, foram encontrados artigos de cunho histórico relativos aos indígenas como sendo a população *nativa*, assinados por Z e publicados no mesmo jornal *A Voz de Chapecó*<sup>63</sup>.

---

<sup>59</sup> FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 11<sup>a</sup> ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003, Capítulo 7, passim.

<sup>60</sup> Id.

<sup>61</sup> Jornal **A Voz de Chapecó**. Nossa Ação. 03 de maio de 1939. Acervo CEOM, Chapecó/SC.

<sup>62</sup> BASBAUM, Leôncio. **História sincera da República de 1930 a 1960**. 4<sup>a</sup> ed. 1<sup>a</sup> reimpressão. Vol. 3. São Paulo, Alfa-Omega, 1981, p. 105-107.

<sup>63</sup> Tais artigos pertencem principalmente ao primeiro ano do jornal. Da pesquisa realizada não se pode afirmar ser um pseudônimo de Antonio Selistre de Campos, ou se foram escritos por outro colaborador do jornal, uma vez que Antonio Selistre de Campos utilizava as iniciais C., S., SC., A. S. de Campos e por vezes Selistre de Campos.

Nilson Lage e Juarez Bahia<sup>64</sup> discorrem que cada categoria de notícia apresenta uma característica que as diferencia, podendo traduzir-se em manchete, notícia, reportagem ou artigo. Na manchete não há descrição do fato; o título transmite a mensagem. As notícias têm a característica de serem breves e objetivas, relatando o fato principal. Os redatores especialistas são responsáveis pelas reportagens das colunas assinadas; os comentários do jornalismo contemporâneo. Já os artigos são contribuições de leitores ou outras personalidades que não são necessariamente jornalistas. Nos artigos, pode-se observar a manifestação da opinião pública de um grupo de pessoas sobre determinada questão, ou a opinião pessoal de um autor sobre determinado assunto, fato, tema ou evento. Assim sendo, se identificam na análise desta pesquisa, os escritos do jurista Antonio Selistre de Campos na categoria classificada de artigos.

A escolha de jornal enquanto fonte de pesquisa segue a perspectiva sinalizada por Capelato, que entende a imprensa escrita como *instrumento de intervenção na vida social*, afirmando que a imprensa escrita não é mero veículo de informação, muito menos um *transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos*<sup>65</sup>.

Perspectiva de ordem equivalente faz parte da análise de Tânia Regina de Luca no sentido de que os

jornais e revistas não são, no mais das vezes, obras solitárias, mas empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos, o que os torna projetos coletivos, por agregarem pessoas em torno de idéias, crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita<sup>66</sup>.

Assim, o jornal *A Voz de Chapecó* não é percebido nesta pesquisa como “o” elemento atuante, por não ser agente histórico ativo, mas como veículo que proporcionou a expansão do conhecimento sobre os Kaingáng, através da iniciativa e ação de seus editores e/ou fundadores, por meio da veiculação do jornal com a publicação de seus editoriais, notícias, artigos, manchetes e temas que abordaram, publicaram e defenderam, procurando a coerência com a tarefa a que se propunham, externada publicamente na primeira edição do jornal.

---

<sup>64</sup> LAGE, Nilson. **Ideologia e técnica da notícia**. 1979; **Estrutura da notícia**. 1985; **Linguagem jornalística**. 1986; BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica**. Volumes I e II. 1990. In: passim apud d'ACAMPORA, Márcia. **A construção da imagem do inimigo: o papel dos jornais durante a Segunda Guerra Mundial em Florianópolis 1939/1945**. Florianópolis, 1992, 168f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, p. 22.

<sup>65</sup> CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. **O Bravo Matutino (imprensa e ideologia no jornal “O Estado de São Paulo”)**. Editora Alfa - Omega, São Paulo, 1980, p. XIX.

<sup>66</sup> LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Organizadora). **Fontes Históricas**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2006, p. 140.

Desse modo, põe-se em ação este jornal, não para registrar a história da imprensa, mas a história por meio da imprensa<sup>67</sup>, especificamente nesta pesquisa, a história dos Kaingáng do Oeste Catarinense, registradas em artigos escritos por um jurista, profissional das leis, mas não do *métier* do jornalismo.

Na seqüência se apresenta a lista dos nomes dos fundadores da *Gráfica Chapecoense Ltda.*, para elucidar o apoio convergente entre seus fundadores e o âmbito político e social que alcançavam por participarem de classe social considerada privilegiada, sem, no entanto, deixar à margem assuntos de cunho social, pois, através do jornal, se propunham a tarefa *ampla, imensa; acreditamos que ultrapasse nossas forças, mas a ela nos abalançamos, impelidos pelo idealismo que sempre inspirou nossos atos, de preferência ao comodismo, que nos aconselharia o egoísmo*<sup>68</sup>:

FIGURA 3 - Gráfica Chapecoense Ltda

Relação das pessoas que desejam formar a firma:  
 - GRÁFICA CHAPECOENSE LTDA. - ,para exploração do ramo de  
 tipografia e editar o jornal " A VOZ DE CHAPECÓ".-

N o m e s	Quotas
✓ Dr. Antonio Selestre de Campos	5.000,00 / 3.000,00
✓ Cel. Ernesto F. Bertaso	5.000,00 / 4.000,00
✓ Dr. Serafim Enos Bertaso	5.000,00 / 5.000,00
✓ Adv. Vicente Cunha	10.000,00 / 2.000,00
✓ Dr. Leneir Vargas Ferreira	5.000,00 / 5.000,00
Olintho Zimmermann	
✓ João Batista Zecca	5.000,00
✓ Arthur Argeo Lajús	5.000,00
✓ Herminio Tisciani	5.000,00 / 5.000,00
✓ Dr. Sid Louzeas Ribas	5.000,00 / 5.000,00
	1.200,00

FONTE: Acervo CEOM, Chapecó/SC. Documento sem data.

<sup>67</sup> Ibid., p. 111.

<sup>68</sup> Jornal *A Voz de Chapecó*. Nossa Ação. 03 de maio de 1939. Acervo CEOM, Chapecó/SC.



Dentre os fundadores destaca-se o quarteto composto por Antonio Selistre de Campos, Juiz de Direito de 1913 a 1943 e Juiz Substituto de 1944 a 1947; Ernesto Francisco Bertaso, proprietário da Colonizadora Bertaso que colonizou parte do Oeste Catarinense; Cid Loures Ribas, advogado e Deputado Estadual pelo Partido Social Democrata na década de 40 e Vicente Cunha advogado e Prefeito de Chapecó, eleito em 1947<sup>69</sup>. Tal apresentação se pauta na importância de

se identificar cuidadosamente o grupo responsável pela linha editorial, estabelecer os colaboradores mais assíduos, atentar para a escolha do título e para os textos programáticos, que dão conta de intenções e expectativas, além de fornecer pistas a respeito de passado e de futuro compartilhada por seus propugnadores. Igualmente importante é inquirir sobre suas ligações cotidianas com diferentes poderes...<sup>70</sup>.

Nas ligações cotidianas Antonio Selistre de Campos utilizou-se de diferentes esferas administrativas e políticas na articulação da temática indígena, somando aliados à causa Kaingáng, a exemplo do Vereador João Batista Zecca, Deputado Cid Loures Ribas e do Prefeito Vicente Cunha.

No decorrer desta pesquisa não se localizou nenhum documento sobre a opinião do proprietário da Colonizadora Bertaso, e também sócio fundador do jornal *A Voz de Chapecó*, Ernesto Francisco Bertasso, a respeito do conteúdo dos artigos de Antonio Selistre de Campos. Qual seria a opinião dele sobre o assunto, uma vez que tinha interesse na colonização das terras e venda dos pinheirais?

Walter Fernando Piazza expressa sua análise sobre as duas personalidades, dizendo que,

não seria possível um trabalho de desbravamento e colonização, como o efetuado por Ernesto F. Bertasso, numa área bem afastada dos meios políticos e administrativos, onde ainda, existia o indígena, e outros posseiros, se não houvesse a ação pertinaz de esclarecimento e de conciliação desse espírito superior que foi o Dr. Antonio Selistre de Campos, “trazendo a todos tranquilidade e segurança”<sup>71</sup>.

Luca discorre ainda sobre o conteúdo, o discurso e a motivação *que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa,... atentar para o destaque conferido ao*

---

<sup>69</sup> ARRUDA, Mara Paulina Wolff. Apresentação. Antonio Selistre de Campos. O guardador da cidade. In: **A Voz de Chapecó: artigos de Antonio Selistre de Campos – 1939 a 1952**. Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (Org.). Chapecó: Argos, 2004, p. 22.

<sup>70</sup> LUCA, op. cit., p. 140.

<sup>71</sup> PIAZZA, op. cit. p. 260.

*acontecimento e em que local dentro do jornal tal notícia foi veiculada. Destacando que os discursos adquirem significados de muitas formas, ... A ênfase em certos temas, a linguagem e a natureza do conteúdo tampouco se dissociam do público que o jornal ou revista pretende atingir*<sup>72</sup>.

No jornal *A Voz de Chapecó*, dentre as diversas matérias publicadas pôde-se perceber a recorrência de alguns assuntos, não somente sobre a temática Kaingáng, mas também diversos artigos elogiando o governo e a figura de Vargas, os quais estavam freqüentemente à primeira página do jornal:

Dr. Getúlio

Completou ontem mais um aniversario natalício o Exmo. Sr. Dr. Getulio Dornelles Vargas, digníssimo Presidente da Republica. Por esse motivo em todo o território nacional realiza-se festividades cívicas, na comemoração ao dia desse acontecimento, considerado como data verdadeiramente nacional.

... No regime republicano deixam de ser comemorada a data natalícia dos Chefes de Estado, que foram os Presidentes da Republica.

Agora, reatamos o fio da nossa tradição pátria. A personalidade, do atual Presidente da Republica, representa a soberania Nacional, é justo, portanto, que nesse dia estabeleçamos a comunhão dos nossos pensamentos em sincera manifestação de patriotismo, fazendo votos como fazemos, pela felicidade do eminente Brasileiro, que há onze anos vem dirigindo os destinos da nossa grande Pátria<sup>73</sup>.

Tais publicações podem ser interpretadas com base na conjuntura política do Estado Novo, momento em que foi criado o Departamento de Imprensa e Propaganda/DIP, com a tarefa de controlar a imprensa, determinando o que podia ou não ser publicado. *Os jornais não podiam, é óbvio, criticar os atos do governo... . Só lhes era permitido publicar notícias favoráveis ao Estado Novo quase sempre em editoriais e notas fornecidas pelo próprio DIP*<sup>74</sup>. Porém, no manuseio das fontes, observa-se que no jornal também eram demonstradas críticas ao governo federal pelo plano desenvolvimentista não chegar ao Oeste Catarinense<sup>75</sup>, como se pode observar na seqüência:

<sup>72</sup> LUCA, op. cit., p. 140.

<sup>73</sup> Jornal *A Voz de Chapecó*. Dr. Getúlio. 20 de abril de 1941. Acervo CEOM, Chapecó/SC.

<sup>74</sup> BASBAUM, op. cit., p. 113.

<sup>75</sup> Um dos planos desenvolvimentistas foi a “Marcha para o Oeste”, projeto criado em 1938, no/e dirigido pelo governo de Getúlio Dornelles Vargas com o objetivo de povoar e levar o desenvolvimento

### Rumo ao Oeste

O governo federal, há algum tempo, lançou o grito de marcha aos brasileiros em rumo ao oeste do país. Iniciativa louvável e que a todos entusiasmou. Os jornais do país, as estações de rádio, as revistas, o próprio governo em cartazes de propaganda, em uma campanha de conjunto, lançaram as bases dessa marcha, procurando fazer com que as populações conhecessem as riquezas do nosso oeste e as fossem explorar e povoar o seu solo ainda virgem.

Esperava-se que modernas bandeiras, a exemplo das antigas, embrenhar-se-iam pelos sertões e, pela sua passagem, fossem deixando núcleos, bases das cidades futuras. Pura ilusão. Tudo ficou na mesma. Os artigos dos jornais e discursos pelo rádio só serviram para consumir um pouco de fosfato dos intelectuais...

Atenta-se para as críticas que complementam o editorial o que, provavelmente, faz parte dos motivos que levaram o jornal às intervenções da censura:

Chapecó, por exemplo, está a oeste de Santa Catarina. O que foi feito está aí para todos verem: - nada. Neste Estado, talvez por um engano de orientação, a marcha está se fazendo em sentido contrário, tudo se faz para o leste. Nós, porém, marchamos sozinhos e devemos de seguir avante, sempre na expectativa que o Estado auxilie este pobre Município em estradas, escolas, correios, onde falta apoio aos lavradores, aos industrialistas, enfim, onde é necessário a mão do governo impulsionador. Não desanimamos. Dia virá em que Chapecó será lembrado e a marcha para o oeste tomará a sua verdadeira direção<sup>76</sup>.

Se o progresso à época não chegara, a censura procurava cumprir sua função e *A Voz de Chapecó* não ficou às margens deste objetivo. Na primeira edição do jornal um de seus fundadores, pelo contexto político da época, já anunciava dificuldades futuras:

### *A VOZ DE CHAPECÓ*

Dificuldades múltiplas é o caminho que inquestionavelmente tem de trilhar este pequeno semanário, surgido no longínquo território Chapecoense, impelido por esforços unidos desta terra. A sua epígrafe diz claramente da vontade aninhada nos cérebros daqueles que o fundaram; outra coisa não os domina do que pugnar pelos interesses primários de um território rico, bom, hospitaleiro e grandioso.

A finalidade traçada, o caminho a vencer, os óbices que não de surgir, são daqueles cuja coragem deve sobrepujar ao medo, até

---

para o interior do Brasil. In: GARFIELD, Seth. As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o Estado-Nação na Era Vargas. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, n 39, 2000, p. 15 e 16.

<sup>76</sup> Jornal **A Voz de Chapecó**. Rumo ao Oeste. 11 de fevereiro de 1940. Acervo Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina. Florianópolis/SC.

que se enraigue para que não tombe e desapareça em curta existência<sup>77</sup>.

Nesse período os governantes *foram severos ao extremo com relação à censura, impedindo que os jornais manifestassem abertamente suas opiniões através de seus editoriais*<sup>78</sup>. E na mesma edição, da matéria *Rumo ao Oeste*, logo abaixo deste editorial acompanha a seguinte notícia:

#### Censura Policial

O nome acima indica uma providencia especial do Poder Publico, em certas ocasiões, para assegurar a marcha regular dos serviços de ordem geral, sem maiores perturbações.

As Constituições Federaes, não só as anteriores, como a atual, de 10 de Novembro de 1937, asseguraram a liberdade de manifestação de pensamento.

A censura policial não é medida de opressão, nem de vexame, nem de capricho...

Um jornal, seja de grande ou pequeno formato, pode ter um programa anarquizador e petroleiro, pregando insubordinações e indisciplinas, ou pode ser um elemento de ordem, colaborador do progresso, fiel espelho da sociedade, servindo ou procurando servir os interesses da coletividade e conveniências geraes.

A Nossa preocupação sempre foi servir ao município, e assim ao Estado e à nossa querida Pátria.

A Voz de Chapecó é um jornal, embora modesto, de ordem e de progresso.

Mas, afinal compreendemos que, enquanto estiver ausente o diretor Vicente Cunha não convem prosseguir na sua publicação. Assim, suspendemos com este numero a distrição do nosso periódico.

Talvez na prosima semana Vicente Cunha esteja de volta, e assim a ele competirá, por amor da imprensa e ao torrão chapecoano, prosseguir nessa marcha escabrosa, em terreno pedregoso e içado de espinhos<sup>79</sup>.

O que de fato ocorreu foi, uma suspensão temporária, que perdurou por dois meses no primeiro ano de sua circulação, relacionada a exigências de legalização perante a polícia. Nesse período, *A Voz de Chapecó* foi o jornal de menor circulação e tiragem no sul do Brasil<sup>80</sup>. O que não os fez desanimar, pois

---

<sup>77</sup> Jornal **A Voz de Chapecó**. A Voz de Chapecó. 03 de maio de 1939. Acervo CEOM, Chapecó/SC.

<sup>78</sup> CAPELATO; PRADO, op.cit., p. XX.

<sup>79</sup> Jornal **A Voz de Chapecó**. Censura Policial. 11 de fevereiro de 1940. Acervo Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina. Florianópolis/SC.

<sup>80</sup> Jornal **A Voz de Chapecó**. A Voz de Chapecó. 05 de maio de 1940. Acervo CEOM, Chapecó/SC.

Três motivos levaram os seus fundadores a fazer circular A VOZ DE CHAPECÓ: -JUSTIÇA-PROGRESSO-VALOR- motivos esses que se completam para que se atinja o alvo desejado, o bem estar de uma terra e de uma gente!

As intenções são altruísticas, despidas de interesses pessoais, restando, por isso, agora, que o povo Chapecoense saiba aquilatar das dificuldades que rodeiam o seu jornzinho, animando-o com a sua aceitação, com o seu auxílio, para que assim se realize, se consolidando em bem coletivo.

Chapecó, Maio/39 V.C.<sup>81</sup>.

As fontes revelam que o jornal foi suspenso por mais de uma vez, em que a censura atuava impedindo sua circulação, e logo depois, permitindo, voltando a ser editado. O jornal intitulava-se *Semanário Independente*, mas não tão independente assim, pois a censura da época e a ação dos censores não o permitiam. Nestes primeiros tempos do jornal, a censura policial baseava-se em documentos irregulares que impediam a circulação oficial do periódico<sup>82</sup>.

Seis meses após a fundação, o jornal publicava na edição nº. 21, datada de 28 de novembro de 1939, na seção editorial, o telegrama enviado por Aldo Fernandes, Capitão Delegado Especial de Chapecó, sob o título: *Censura Policial*. Nele, o Delegado tratava sobre a liberação das edições do jornal após uma repreensão, com advertências de novas censuras, encaminhado ao diretor do *A Voz de Chapecó*, em sua primeira fase de direção, o senhor Vicente Cunha (V.C.):

Censura Policial

Ao Sr. Vicente Cunha.

D. D. Redator do Jornal “A Voz de Chapecó”

Nesta.

Assunto: (comunicação-Faz)

Para os vossos bons ofícios comunico à v.s. que o Exmo Sr. Dr. Secretario de Segurança Publica, em seu telegrama n. 1033, de ontem datado, determinou me fazer cessar suspensão jornal “A VOZ DE CHAPECÓ” devendo ser censurada qualquer notícia incluída instruções, bem como de acordo com entendimento mantido com o Sr. Ten. Prefeito Municipal, designou o Sr. Secretario da mesma repartição para, na minha ausência, fazer censura vosso jornal. Reitero-vos os meus protestos de alto apreço e distinta consideração.

Aldo Fernandes

Cap. Delegado Especial de Chapecó<sup>83</sup>.

<sup>81</sup> Jornal **A Voz de Chapecó**. A Voz de Chapecó. 03 de maio de 1939. Acervo CEOM, Chapecó/SC.

<sup>82</sup> Jornal **A Voz de Chapecó**. A Voz de Chapecó. 05 de maio de 1940. Acervo CEOM, Chapecó/SC.

<sup>83</sup> Jornal **A Voz de Chapecó**. Censura Policial. 28 de novembro de 1939. Acervo CEOM, Chapecó/SC.

Na matéria do editorial em resposta ao telegrama acima, consta que a ação da censura decretada pelas *altas autoridades do estado*, não tinha razão de ser, pois o jornal defendia *os princípios da Constituição de dez de novembro de 1937, porque estavam convencidos de que nesse código de direito publico se acha consagrada a garantia da eficiência da ação governamental da União*<sup>84</sup>, outorgada pelo então presidente Getúlio Vargas.

No período de 1939 a 1942<sup>85</sup> o jornal passou por várias intervenções, tendo suas edições suspensas do ano de 1942 até 1946 quando voltou a circular novamente a partir de junho deste último ano<sup>86</sup>. Sendo assim, atuou por dois anos, considerando os períodos de suspensão, retomando suas atividades novamente em 29 de junho de 1946. Nessa *nova fase* do jornal, o Dr. Cid Loures Ribas passou a ser o diretor responsável<sup>87</sup>. Esse período coincide com a deposição de Getúlio Vargas em final de 1945 e do fim *da opressão intelectual do DIP*<sup>88</sup> que foram ocorrendo de maneira gradual durante os primeiros anos da década de 40.

Assim como outras fontes, a utilização do jornal como meio de pesquisa, não atende a todos os anseios do pesquisador em responder a alguns questionamentos, sendo necessário *recorrer a outras fontes de informação para dar conta do processo que envolveu a organização, o lançamento e a manutenção do periódico*<sup>89</sup>.

A metodologia da história oral é aplicada para entender esse processo relativo à trajetória do jornal *A Voz de Chapecó*, pois possibilita conhecer o passado que, até então, não foi registrado, ou os registros se extraviaram, como é o caso de alguns exemplares do jornal *A Voz de Chapecó*. Busca-se, no método da história oral, *o processo circular que ela produz. Algumas vezes partindo do estado oral da palavra para se tornar um documento escrito, outras vezes derivando do escrito e sendo questionada...*<sup>90</sup>.

Procurando atender e complementar a insuficiência da fonte escrita para atender a alguns questionamentos, o Sr. Raul José de Campos, filho mais novo de Antonio

---

<sup>84</sup> Id.

<sup>85</sup> Para este período crítico do jornal sugere-se a leitura da Monografia de Francimar Ilha da Silva Petroli que analisou o momento político com as intervenções sofridas pelo periódico *A Voz de Chapecó* em sua primeira fase. PETROLI, Francimar Ilha da Silva. **Construindo a ordem e o progresso através do jornal A Voz de Chapecó (1939-1941)**. Monografia (Curso de História). 2005. 93 fl. Universidade Comunitária Regional de Chapecó – UNOCHAPECÓ. Chapecó/SC.

<sup>86</sup> O último exemplar no acervo do CEOM referente ao jornal *A Voz de Chapecó* data de oito de dezembro de 1957, não sendo possível identificar quando deixou de ser editado definitivamente.

<sup>87</sup> Jornal **A Voz de Chapecó**. *A Voz de Chapecó*. 29 de junho de 1947. Acervo CEOM, Chapecó/SC.

<sup>88</sup> BASBAUM, op. cit., p. 169.

<sup>89</sup> PLET-DESPATIN, Jacqueline, apud., LUCA, op. cit., p. 141.

<sup>90</sup> MEIHY, op. cit., p 30.

Selistre de Campos, em entrevista de história oral, relatou que o jornal possivelmente deixou de circular, pois *com a morte (do pai) e a mudança dos integrantes do jornal A Voz de Chapecó, que beneficiavam o município de Chapecó com as publicações, de certo o jornal esteve fechado por algum tempo, e possivelmente parou por dificuldades de publicação, de manutenção das pessoas que prestavam serviço ao jornal*<sup>91</sup>.

### 1.3. Antonio Selistre de Campos

Os artigos sobre a temática Kaingáng, escritos por Antonio Selistre de Campos, foram eleitos como objeto de estudo por apresentarem frações que compõe um todo, a fim de procurar registrar parte da história dessa etnia. Tais artigos, ao serem analisados com as entrevistas, revelam uma história deles e não sobre eles, uma vez que o autor dos artigos escrevia o cotidiano dos Kaingáng. Nesse cotejo entre memória e documento, procura-se trazer a história dessa etnia ao tempo presente, através dos relatos orais sobre o passado e as revivescências das repercussões desses fatos.

Eric Hobsbawn afirma que

o tempo presente é o período durante o qual se produzem eventos que pressionam o historiador a revisar a significação que ele dá ao passado, a rever as perspectivas, a redefinir as periodizações, isto é, a olhar, em função do resultado de hoje, para um passado que somente sob essa luz adquire significação<sup>92</sup>.

Dentre as repercussões que recaíram sobre as publicações com a temática indígena, destaca-se o artigo sobre a atuação do SPI que ressoou em jornais do Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro além do Estado Catarinense. Um exemplo refere-se a atos de violência contra os indígenas, cometidos por um agente do SPI e o outro é a temática Kaingáng discutida entre os deputados na Assembléia Legislativa em Florianópolis, nos anos de 1948 e 1949, a partir de uma denúncia sobre as terras ocupadas pelos Kaingáng. Ambos os assuntos serão temas abordados respectivamente nos capítulos 2 e 3.

---

<sup>91</sup> CAMPOS, Raul José de. **Entrevista concedida a Ninarosa Mozzato da Silva Manfroi**. Porto Alegre, 19 de julho de 2007.

<sup>92</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes. **História do tempo presente: desafios**. Petrópolis: Cultura Vozes, maio/jun., 2000, v. 94, nº. 3, p. 120. Disponível em: [www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/](http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/) Acesso em 25 de junho de 2006.

A partir de 1931, o Juiz de Direito Antonio Selistre de Campos assume a Comarca de Chapecó pela segunda vez<sup>93</sup>, estando determinado a fixar residência neste município, no qual permaneceu por 26 anos. Destes, 18 foram dedicados à defesa dos Kaingáng da região. Aposentado em 1943 pelo Estado como Juiz de Direito, foi nomeado, em 1944<sup>94</sup>, Juiz Substituto Federal, sendo colocado em disponibilidade em 1947<sup>95</sup>, vindo a falecer em 05 de dezembro de 1957 de broncopneumonia. Os Kaingáng, como última homenagem àquele que lhes foi defensor, transportaram o seu caixão acompanhando a pé o cortejo fúnebre até o cemitério ecumênico<sup>96</sup> de Chapecó.

Antonio Selistre de Campos acumulou algumas funções ao longo de sua vida. Entre elas, foi redator e repórter do *Jornal do Comércio* em Porto Alegre. A experiência com jornais prosseguiu quando foi exercer a profissão de advogado em Campos Novos, onde foi diretor proprietário do jornal *O Município*, fundado em 1922, com tiragem trimestral e, posteriormente, foi um dos fundadores do jornal *A Voz de Chapecó*.

Em Lages, foi inspetor escolar e diretor<sup>97</sup> do grupo Escolar Vidal Ramos, e Juiz de Direito<sup>98</sup> em diversas comarcas do estado de Santa Catarina. Na cidade de Chapecó foi Juiz de Direito e Juiz Federal.

Provavelmente no período em que foi inspetor em Lages<sup>99</sup>, conheceu o Dr. César Sartori, médico, que mais tarde é mencionado nos artigos sobre o atendimento que fazia à saúde dos Kaingáng. Este assunto será tema do capítulo 3.

Antonio Selistre de Campos foi precursor ao fundar a primeira escola para os indígenas em 1937<sup>100</sup>, cujas aulas eram ministradas por um professor Kaingáng, o Senhor Felicíssimo Belino.

---

<sup>93</sup> Em março de 1922 foi declarado avulso, retornando à atividade pela Resolução de 22 de maio de 1928, sendo então designado para ter exercício na comarca de Chapecó. Documento manuscrito, **Data de Nomeação**. Documento sem data. Acervo CEOM, Chapecó/SC.

<sup>94</sup> Id.

<sup>95</sup> **Documento que coloca o cargo de Juiz Substituto em disponibilidade**. Datado de 20 de julho de 1947 autenticado em Cartório do Rio de Janeiro. Acervo CEOM, Chapecó/SC.

<sup>96</sup> ARRUDA, Mara Paulina Wolff. **Antonio Selistre de Campos. “O Guardador da Cidade”**. Monografia apresentada ao Curso de Pós-graduação em História: Cidade, Cultura e Poder na Universidade Comunitária Regional de Chapecó, UNOCHAPECÓ, como requisito para obtenção do diploma de especialista em História, 2002, p. 63.

<sup>97</sup> *Jornal A Notícia*. A instrução em Lages (Impressões de um forasteiro). 1º de Janeiro de 1914. Lages. Acervo Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, Florianópolis/SC.

<sup>98</sup> Em 1914 deixa o cargo de Inspetor e Diretor Escolar em Lages para assumir o cargo de Juiz de direito na comarca de Campos Novos em 1914. In: *Jornal A Notícia*. Juiz de Direito. 10 de janeiro de 1914. Lages. Acervo Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, Florianópolis/SC.

<sup>99</sup> De 1912 a 1913 foi nomeado pelo governo de Santa Catarina inspetor e diretor escolar em Lages, no Grupo Escolar Vidal Ramos. **Cronologia**. Documento sem data. Acervo CEOM, Chapecó/SC.

<sup>100</sup> Antonio Selistre de Campos enviou uma foto da escola para seu filho Raul José de Campos, com a inscrição em seu verso de ser o fundador e mantenedor da escola. Esta foto é parte integrante do capítulo 3. Acervo CEOM, Chapecó/SC.



O ano de 1939 marca a fundação do jornal *A Voz de Chapecó*. Utilizando-se do periódico, Antonio Selistre de Campos trazia à comunidade local a situação dos indígenas da região estampados nos artigos que redigia. Era também revisor de provas e autor dos principais artigos de fundo<sup>101</sup>.

Utilizava, na assinatura de seus artigos, alguns pseudônimos característicos: S.; SC.; C.; S. de Campos, A.S. de Campos passando a assinar Selistre de Campos e Antonio Selistre de Campos após sua aposentadoria. Seu filho mais novo, senhor Raul José de Campos, diz que *assim o pai fazia, devido ao cargo público que exercia*<sup>102</sup>.

Pode-se apreender, nesses artigos jornalísticos, a intenção de esclarecer os leitores, procurando diminuir o estranhamento entre culturas diferentes por meio do conhecimento. Os estranhamentos intensificaram-se a partir dos contatos iniciais dos Kaingáng com os colonizadores da região e da ocupação de terras, a partir do século XIX, ocasionando conflitos entre indígenas e não-indígenas<sup>103</sup>. O resultado desses conflitos foi muita violência: preconceito; discriminação; litígios; mortes de ambos os lados, causados por atitudes que visavam a defesa perante aquilo que não se conhecia, uma vez que os contatos entre os indígenas e os não-indígenas, estranhos mutuamente, davam-se, indireta e esporadicamente, através das incursões exploratórias de portugueses. Sendo assim, os artigos do jurista auxiliaram a esclarecer aos não-indígenas sobre a situação dos Kaingáng, além do que, as intervenções de Antonio Selistre de Campos aproximaram os Kaingáng a terem mais conhecimento sobre os direitos indígenas.

Antonio Selistre de Campos permanece na memória dos indígenas mais velhos da comunidade Kaingáng. No registro da história oral desta comunidade, o Senhor Floriano Belino (1928-) residente da TI Xaçepó desde 1941/42, vindo da área do Imbu, hoje distrito de Abelardo Luz, foi cacique da TI Xaçepó, no período de 1966/1973. Conhecia o jurista desde criança, dizendo que ele costumava dormir na casa de seu pai quando visitava a área do Imbu. Questionado sobre o assunto, disse: *Eu sei que esse Dr. Selistre de Campos foi o pai dessa indiada aqui da área*<sup>104</sup>.

---

<sup>101</sup> Jornal **A Voz de Chapecó**. Dr. Antonio S. Campos. 03 de julho de 1949. Acervo CEOM, Chapecó/SC.

<sup>102</sup> CAMPOS, Raul José de. **Entrevista concedida a Ninarosa Mozzato da Silva Manfroi**. Porto Alegre/RS, 06 de fevereiro de 2006.

<sup>103</sup> NÖTZOLD, op. cit., p. 90 – 93.

<sup>104</sup> BELINO, Floriano. **Entrevista concedida à Ninarosa Mozzato da Silva Manfroi**. TI Xaçepó/SC, 23 de abril de 2007.

Assim como o senhor Floriano Belino, poucos são os indígenas contemporâneos à época, a exemplo do senhor Cezario Pacífico Jagaglê<sup>105</sup> (1948-) que, ao colaborar com esta pesquisa, em seu depoimento sobre o nome da região onde mora na TI Xaçecó, diz: *aqui, sempre foi Posto Indígena Chapecó, né, Posto Indígena Selistre de Campos*<sup>106</sup>.

Alguns outros lembram das ações defensoras de Antonio Selistre de Campos, a grande maioria deles, por ouvir contar. Entre os que passaram a conhecer a própria história pela tradição oral, está o professor de língua Kaingáng da Escola Indígena de Educação Básica Cacique Vanhkrê, Dalgir Pacífico Ránkán (1977-), nascido e criado na TI Xaçecó e filho do senhor Cezario Pacífico Jagaglê.

O professor Dalgir Pacífico Ránkán acompanhou esta pesquisadora na realização das entrevistas com alguns colaboradores que contribuiram com seus relatos sobre a história do povo Kaingáng. Na ocasião, esse professor mencionou que, ao acompanhar e participar das entrevistas realizadas com o seu pai, o senhor Cezario Pacífico Jagaglê e com o senhor Floriano Belino, pôde saber um pouco mais da história de seu povo, e, o que ele sabe sobre Antonio Selistre de Campos, é proveniente da tradição oral, do ouvir contar.

Neste sentido, enfatiza-se a importância da história oral e sua função social na participação do indígena, enquanto agente mantenedor de sua própria história:

Eu não tinha muito conhecimento a respeito do Dr. Selistre de Campos, mas eu também quero dizer que, através da pesquisa junto com vocês, eu consegui ter esse conhecimento, né, porque eu não tinha esse conhecimento. Eu tive esse conhecimento do Dr. Selistre de Campos que o meu pai contou, o Seu Floriano também, então a gente carrega com a gente esse conhecimento né.

Eu comecei a ouvir desde a primeira entrevista do Seu Floriano, né. Até ali eu não tinha conhecimento do Selistre de Campos. Depois que vocês voltaro pra lá eu mesmo conversei com o Seu Floriano, daí ele me contou a respeito do Dr. Selistre de Campos, eu perguntei pro meu pai também, né, daí ele disse que sabia também. Daí ele contou um pouco também<sup>107</sup>.

---

<sup>105</sup> O senhor Cezario Pacífico JAGAGLÊ, auxilia no registro de nascimento dos nomes Kaingáng junto ao Posto Indígena da FUNAI na TI Xaçecó. É pai do professor de língua Kaingáng Dalgir Pacífico Ránkán. **Entrevista concedida à Talita Daniel Salvaro.** TI Xaçecó/SC, 24 de abril de 2007.

<sup>106</sup> JAGAGLÊ, Cezario Pacífico. **Entrevista concedida à Ninarosa Mozzato da Silva Manfroi.** TI Xaçecó/SC, 23 de abril de 2007.

<sup>107</sup> RÁNKÁN Dalgir Pacífico. **Entrevista concedida à Ninarosa Mozzato da Silva Manfroi.** TI Xaçecó/SC, 23 de abril de 2007.

Já o Professor Getúlio Narsizo (1979-), professor Kaingáng na EIEB Cacique Vanhkrê, nascido e criado na TI Xapecó, primeiro indígena concursado como Secretário de Escola, pouco ouviu contar sobre Antonio Selistre de Campos:

Essa questão do Selistre para a minha geração, que eu sou do final da década de setenta né, então pra minha geração ela já fica bem, já é uma história que ficou mais esquecida, né. Mais distante então tipo o que foi feito, o que ele deixou de fazer é, são fontes que você vai te que busca com os velho, né. A nossa geração mais nova, ela teve bem pouco contato né com esse trabalho que ele fez<sup>108</sup>.

Através destas entrevistas percebeu-se a possibilidade de acessar e tentar recompor os fatos de uma lembrança, desde que os envolvidos façam parte do mesmo grupo, como observou Halbwachs:

Não é suficiente reconstruir peça por peça a imagem de um acontecimento do passado para se obter uma lembrança. É necessário que esta reconstrução se opere a partir de dados ou de noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, porque elas passam incessantemente desses para aquele e reciprocamente, o que só é possível se fizeram e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade. Somente assim podemos compreender que uma lembrança possa ser ao mesmo tempo reconhecida e reconstruída<sup>109</sup>.

Nas entrevistas com os indígenas de diferentes faixas etárias, desde os mais velhos aos mais jovens da comunidade Kaingáng, a exemplo do senhor Floriano Belino, senhor Cezario Pacífico Jagaglê e dos professores Dalgir Pacífico Ránkán e Getúlio Narcizo, de 79, 59, 30 e 28 anos respectivamente<sup>110</sup>, procurou-se registrar suas lembranças, perceber seus esquecimentos, suas reelaborações e interesses diferenciados entre a história passada e atual do grupo.

Tal procedimento levou a constatar certa lacuna em suas memórias, repercutindo na história da comunidade entre as diferentes gerações, devido a uma interrupção da tradição oral, causada pelo falecimento dos mais velhos e por certo desinteresse dos mais jovens pela história do passado do grupo, em decorrência de interesses voltados para a

---

<sup>108</sup> NARSIZO, Getúlio. **Entrevista concedida à Ninarosa Mozzato da Silva Manfroi**. TI Xapecó/SC, 23 de abril de 2007.

<sup>109</sup> HALBWACHS, op. cit., p. 38, 39.

<sup>110</sup> Tendo como base o ano de 2007.

história recente que a geração jovem constrói. Nesse contexto, *a história oral ganha sentido ao filtrar as experiências do passado graças à existência de narradores...*<sup>111</sup>.

As entrevistas permitiram ainda a comparação do tempo presente com o tempo passado por meio de documentos da época, aqui, especificamente, os artigos jornalísticos de Antonio Selistre de Campos, a fim de observar, nas lembranças dos indígenas, as permanências, esquecimentos e reelaborações de suas memórias, tais que o *conjunto de histórias colhidas, além de propor discussão sobre as motivações individuais, serve para que, se equiparadas, elas forneçam elementos capazes de iluminar o conjunto das individualidades que se sustentam sob alguns traços comuns*<sup>112</sup>.

Na interdisciplinaridade entre a história do tempo presente e sua relação com a história oral, Ferreira expõe que,

a história do tempo presente pode permitir com mais facilidade a necessária articulação entre a descrição das determinações e das interdependências desconhecidas que tecem os laços sociais. Assim, a história do tempo presente constitui um lugar privilegiado para uma reflexão sobre as modalidades e os mecanismos de incorporação do social pelos indivíduos de uma mesma formação social. Do exposto, fica óbvia a contribuição da história oral para atingir esses objetivos<sup>113</sup>.

Na análise dos documentos e entrevistas, percebe-se que a história oral aproxima o passado do presente marcando *o cruzamento de experiências sociais, e se tornam ponto de referência para a análise do andamento coletivo* apresentando-se como um processo circular, ora *partindo do estado oral da palavra para se tornar um documento escrito, outras vezes derivando do escrito e sendo questionada*.<sup>114</sup>

A indissociabilidade da metodologia da história oral e da memória contempla a função social no registro da história dos Kaingáng, pois segundo Tedesco *o objetivo do grupo é manter sua identidade através da memória, e ainda mais, a experiência coletiva se manifesta nos indivíduos explicando sua relação com o mundo. É por isso que se diz que a história oral individual, além de social, é cultural*<sup>115</sup>.

---

<sup>111</sup> MEIHY, op. cit., p. 80.

<sup>112</sup> Ibid., p. 81.

<sup>113</sup> FERREIRA, op. cit., p. 124.

<sup>114</sup> MEIHY, op. cit., p. 42-43 e 30.

<sup>115</sup> TEDESCO, João Carlos. **Memória e Cultura. O coletivo, o individual, a oralidade e fragmentos de memórias de nonos**. 1ª ed. Porto Alegre: Edições EST, 2001, p. 22 e p. 81.

A valorização da própria cultura no registro da história oral repercute na autoestima do grupo, contribuindo para minimizar a distância e o preconceito entre etnias diferenciadas pelas suas especificidades.

#### 1.4. Os Kaingáng e a TI Xapecó/SC

Historicamente os Kaingáng ocupavam os Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e partes da Argentina e Uruguai. Nötzold faz uma retrospectiva a respeito da localização histórica e costumes da etnia, tais como a caça, pesca, e uso de plantas: curativas para a saúde; alucinógenas e venenosas para a caça e pesca. Conta também que a habitação variava de acampamentos a céu aberto, abrigos sob pedras, casas subterrâneas a casas cobertas com folhas de palmeira. O pinhão e o milho perfaziam a alimentação típica sendo que o povo era caracterizado seminômade por alternarem sítios conforme a estação do ano, em que eram priorizados o plantio e replantio de sementes e a coleta de alimentos. As matas de araucária eram importantes não somente pela coleta do pinhão, mas também por ser uma área de alimentação para animais de pequeno porte facilitando a caça cotidiana<sup>116</sup>.

Os Kaingáng, junto com outros povos indígenas, diferentes quanto a suas tradições culturais, ocupam e demarcam várias Terras Indígenas no território brasileiro<sup>117</sup>.

A Constituição Federal/CF de 1988, em seu parágrafo primeiro, artigo 231, traz a definição de terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas traduzindo-se naquelas *por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições*<sup>118</sup>. O corpo do artigo 20 da CF estabelece que tais TIs são bens da

---

<sup>116</sup> NÖTZOLD, **Nosso vizinho...** op. cit. p. 44 – 63. A respeito da pré-história dos Kaingáng consultar obra citada na totalidade de seu capítulo II.

<sup>117</sup> As comunidades indígenas ocupam 24 Estados brasileiros, sendo aproximadamente 222 povos em 582 áreas denominadas Terras Indígenas – TIs. In: <http://www.socioambiental.org/pib/portugues/quonqua/qqindex.shtm> Fonte: Instituto Sócio Ambiental, ano base: dezembro/2006. Acesso em 23 de março de 2007.

<sup>118</sup> **Constituição da República Federativa do Brasil:** texto constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais de n.1, de 1992, a 32, de 2001, e pelas Emendas Constitucionais de Revisão de n.1 a 6, de 1994.17ª ed. Brasília, Câmara dos Deputados, 2001, Artigo 231, p. 132 e 133; e Artigo 20, p. 23.

União, reconhecendo-se a posse pelos indígenas e a utilização deste bem, inclusive as riquezas do solo, rios e lagos nelas existentes<sup>119</sup>. Ainda a Constituição Federal de 1988 consagrou o princípio de que os índios são os primeiros e naturais senhores da terra<sup>120</sup>.

A TI Xaçecó é sede de 16 aldeias: Jacu – Sede do Posto –, Olaria, Serrano, Cerro Doce, Pinhalzinho, Água Branca, Fazenda São José, Matão, Paiol de Barro, Barro Preto, Limeira, Guarani, Baixo Samburá, Placa, João Veloso, Pinheirinhos<sup>121</sup>. A TI Xaçecó tem essa denominação por localizar-se no cruzamento dos rios Xaçecó e Chapecozinho, no Oeste Catarinense, situando-se entre os municípios de Ipuacú e Entre Rios, conforme destaque no mapa que segue:

FIGURA 4 - Mapa de Santa Catarina e Localização da TI Xaçecó



FONTE: Mapa de Domínio Público, adaptado por Marcos Antonio da Silva – Mestre em História Cultural pelo PPGH/UFSC.

<sup>119</sup> Ibid., p. 22 e 23.

<sup>120</sup> GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (organizador). **Quem são, quantos são e onde estão os povos indígenas e suas escolas no Brasil?** Programa Parâmetros em Ação de Educação Escolar Indígena. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 2002, p. 40.

<sup>121</sup> Atualização conforme relato de história oral do Prof. Kaingáng Getúlio Narsizo, à Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Lúcia Vulfe Nötzold, quando em pesquisa de campo à T. I. Xaçecó/SC em 25/04/2007.

Esse território é tradicionalmente habitado pelos Kaingáng em tempo anterior ao ano de 1902. O decreto n.º 7, de 18 de Junho de 1902, que deu origem a área de terras compreendidas entre os rios Xaçecó e Chapecozinho foi assinado pelo então Presidente do Estado do Paraná, Francisco Xavier da Silva, pois nesta época a região pertencia ao Paraná<sup>122</sup>. Tal território foi pedido pelo Cacique Vanhkrê<sup>123</sup>, em pagamento pelo trabalho que os indígenas prestaram ao Estado do Paraná na abertura da picada para o telégrafo, iniciada nos princípios da década de 1890. Esta linha telegráfica foi inaugurada em Xanxerê no ano de 1893<sup>124</sup>.

Na finalização dos trabalhos, o cacique dirigiu-se ao oficial em Boa Vista (Clevelândia/PR), que o esperava com o pagamento em dinheiro, e disse:

Olha, nós precisamos de terra pra criar nossos filhos, que nós não vamos andar criando nosso filhos nas copas dos pinheiros. Nós não somos macacos. Foi então que o oficial perguntou: E onde vocês querem a terra? Entremio do Chapecó com o Chapecozinho. Respondeu o cacique<sup>125</sup>.

Inicialmente, conforme o decreto, essa área originalmente delimitada próximo a 25 mil hectares, encontra-se atualmente reduzida a 15.623 hectares com aproximadamente 7.500 indivíduos<sup>126</sup>. O decreto estabelece a delimitação e ocupação oficial para os Kaingáng, na época denominados Coroados:

Art. Único. Fica reservada para o estabelecimento da tribo de indígenas coroados ao mando do cacique Vaicrê, salvo direito de terceiros, uma área de terras compreendida nos limites seguintes: A partir do rio Chapecó, pela estrada que segue para o sul, até o passo do rio Chapecósinho, e por estes dous rios até onde elles fazem barra.

---

<sup>122</sup> NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe. A Trajetória da implantação do ensino diferenciado: o caso Kaingáng do Xaçecozinho. **VII Encontro Estadual de História** - ANPUH. História: experiências e desafios. Florianópolis, 28 a 31 de agosto de 2000. Não publicado.

<sup>123</sup> Pelo reconhecimento ao empenho do Cacique Vanhkrê e ao tomar conhecimento de sua própria história, a comunidade Kaingáng promoveu a troca do nome do Colégio Estadual Vitorino Kondá, para Escola Indígena de Educação Básica Cacique Vanhkrê, a partir de fevereiro de 2000. NÖTZOLD, **Nosso vizinho...** op. cit., p. 16.

<sup>124</sup> D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. Para uma História dos Índios do Oeste Catarinense. **Cadernos do Centro de Organização da Memória Sócio-Cultural do Oeste de Santa Catarina - CEOM**. Ano 4, N.º 6, Novembro/1989, Chapecó/SC, p.51, 52.

<sup>125</sup> Id.

<sup>126</sup> NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe. Olhar, escutar e trançar: o artesanato Kaingáng de cada dia. **IV Encontro Regional Sul de História Oral. Cultura, identidade e memórias**. UFSC, Florianópolis, 12 a 14 de novembro de 2007. Disponível em: <http://www.cfh.ufsc.br/abho4sul/anais.htm> Acesso em 20 de novembro de 2007.

Palácio do Governo do estado do Paraná, em 18 de Junho de 1902, 14º da República.

Francisco Xavier da Silva  
Governador do Estado do Paraná  
Arthur Pedreira de Cerqueira  
Secretário d'Estado dos Negócios de Obras/Públicas e  
Colonização em 31 de Dezembro de 1902. Curitiba<sup>127</sup>

Nota-se que no Decreto as terras foram concedidas aos Kaingáng *salvo direito de terceiros*. Segundo as fontes manuseadas, Antonio Selistre de Campos registrou que foi com esta fundamentação que Alberto Berthier de Almeida reivindicava as áreas ocupadas pelos indígenas. Assunto que será abordado no capítulo 3.

### 1.5. Denominação Kaingáng

Os Kaingáng fazem parte do grupo lingüístico Jê. Essa classificação foi sendo construída a partir do século XX por Von Martius que destacou, do bloco das línguas Tapuya, a família Jê<sup>128</sup>.

Um dos primeiros registros sobre a denominação Kaingáng está datado de 1882 e foi registrado por Telêmaco Borba em um artigo intitulado *Breve notícia sobre os índios Caingangs, conhecidos vulgarmente por Coroados e que habitam no território da Província do Paraná*. Posteriormente, em 1904, Borba publica na Revista do Museu Paulista, o artigo *Observações sobre os indígenas do Estado do Paraná*, já usando a grafia com *K* e não mais com *C*:

O primeiro que deu-lhes o verdadeiro e genérico nome de Kaingangues penso que fui eu.

Os que aldearam no Jatahy chaman-se “Kaingangues-pê”, isto é, Kaingangues legítimos, verdadeiros; mas, entre elles distinguem-se em Camés, Cayurucrés e Kaingangues. Os que habitam nas imediações de Guarapuava e Palmas chamam-se Camés. Os da zona compreendida entre os rios Piquiri e Iguassu Xocrés, e os da margem direita do Paranapanema

<sup>127</sup> **Área dos Índios Coroados – Kaingáng – Governo do Estado do Paraná. Decreto N.º 7.** Palácio do Governo do Estado do Paraná, em 18 de Junho de 1902, 14º da República. Acervo LABHIN/Laboratório de História Indígena/CFH/UFSC. Documento foto copiado doação Prof.ª Dr.ª Ana Lúcia Vulfe Nötzold.

<sup>128</sup> NASCIMENTO, Ernilda Souza do. **Há vida na história dos outros.** Chapecó: Argos, 2001, p. 42 e 43.



“Nhakfáteitei”. Entretanto, falam todos a mesma língua, usam as mesmas armas e utensílios e têm os mesmos costumes<sup>129</sup>.

No século XVII eram conhecidos por Gualachos, Chiquis. No final do Século XIX por Guaianás e Coroados<sup>130</sup>, esta era uma denominação atribuída por agentes do Estado, por religiosos e pela população do entorno, pois cortavam os cabelos ao modo dos coroinhas franciscanos.

O significado do etnônimo Kaingáng, atribuição nominal da própria etnia, no idioma português, é Índio, conforme anotações do frei Luiz de Cimitile<sup>131</sup>, citado por Mota, ... *a si mesmos chamassem Caingang, que em língua portuguesa quer dizer Índio...*

O historiador Lúcio Tadeu Mota<sup>132</sup> desenvolveu estudo e questionou se Telêmaco Borba foi de fato o primeiro a registrar o etnônimo Kaingáng. Conforme sua pesquisa *encontramos essa mesma autodenominação em memórias, relatos, relatórios, etc., de outras pessoas que circularam pela região naquela época, bem como em períodos anteriores a qualquer uma das publicações de Telêmaco*<sup>133</sup>. Mota destaca que Telêmaco Borba, frei Luiz de Cimitile e Visconde de Taunay, contemporâneos, acreditavam terem sido os primeiros a descobrirem e registrarem o nome do povo Kaingáng, que já desde 1865 não gostavam de serem chamados de Coroados<sup>134</sup>. Essa denominação aportuguesada atribuída pelos não-indígenas, Mota considerou *ter sido uma maneira de buscar dissolver a etnia Kaingáng na população nacional, negando a sua autodeterminação e sua identidade*<sup>135</sup>.

Numa das matérias do jornal *A Voz de Chapecó* foi abordada a denominação Kaingáng. Em edição de 31 de março de 1940, publicou-se a seguinte informação:

---

<sup>129</sup> BORBA, Telêmaco. Observações sobre os indígenas do Estado do Paraná. Revista do Museu Paulista, v. 6, São Paulo, 1904, p.54 apud. In: TOMASINO, Kimiye, MOTA, Lúcio Tadeu e NOELLI, Francisco Silva (Orgs.). **Novas contribuições aos estudos interdisciplinares dos Kaingáng**. Londrina: Eduel, 2004, p. 4 e 5.

<sup>130</sup> Ibid., p. 3.

<sup>131</sup> Ibid., p.6.

<sup>132</sup> Lúcio Tadeu Mota é Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista – UNESP com pós-doutorado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Atualmente é Professor Doutor junto ao Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá – UEM. Estudioso na área da etno-história tem vários livros publicados, entre eles, **As colônias indígenas no Paraná provincial**, 2000; **As guerras dos índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná**, 1994.

<sup>133</sup> Ibid., p. 6.

<sup>134</sup> Ibid., p. 8 a 11.

<sup>135</sup> Ibid., p. 14.

### INDIOS COROADOS

Em nosso município há alguns toldos de índios, chamados Coroados.

Estão localizados entre o rio Chapecó e seu grande afluente Chapecosinho, distando da estrada geral de dez a quinze quilômetros.

Nos livros e jornaes são chamados Kainjgang, constando haver um dicionário com essa denominação, da autoria de Frei Mansueto Barcata.

O sr. Romário Martins, em sua História do Paraná, diz que deve escrever-se Caingang, porque a palavra vem de caing, que significa mato, e ang, gente.

Entre os índios chapecoanos caingang quer diser simplesmente – índio.

(...) Publicamos estas notas, que nos foram fornecidas por pessoa que conviveu com os ditos índios, por acharmos que envolvem certa importância às pessoas que se ocupam com estes assuntos<sup>136</sup>.

A nota foi publicada sem assinatura, mas demonstra em seu conteúdo a importância do conhecimento sobre a diversidade cultural presente na cidade e região.

O exposto neste primeiro capítulo permitiu compreender um pouco da história do Oeste Catarinense, dos litígios de territórios, da trajetória do jornal *A Voz de Chapecó* e dos Kaingáng da região que receberam o apoio de Antonio Selistre de Campos, sendo que ele *foi o pai dessa indiada aqui da área*, como relembra a memória do senhor Floriano Belino<sup>137</sup>.

Os artigos de Antonio Selistre de Campos registraram atitudes de certos encarregados do Posto Indígena para com os Kaingáng, bem como ações empreendidas pelo SPI. Ambos os assuntos foram pauta de discussão dos deputados em sessão ordinária da Assembléia Legislativa de Florianópolis/SC. Estes registros serão apresentados no capítulo 2.

---

<sup>136</sup> Jornal **A Voz de Chapecó**. Índios Coroados. 31 de março de 1940. Acervo CEOM, Chapecó/SC.

<sup>137</sup> BELINO, Floriano. **Entrevista...** cit., 23 de abril de 2007.

## Capítulo 2

### Estranhamentos e Coexistências no Oeste Catarinense

Nos artigos analisados e publicados no jornal *A Voz de Chapecó*, notou-se a parcialidade, frente aos acontecimentos no posicionamento de alguns dos fundadores que utilizando-se do jornal, inseriram a temática Kaingáng na vida social de seus leitores. Tais matérias provocaram questionamentos e reflexões, como se poderá constatar através das repercussões de alguns artigos que serão apresentados neste capítulo.

Nas páginas do jornal, os problemas enfrentados pelos Kaingáng vão surgindo e ganhando visibilidade na comunidade local e do entorno; nas discussões políticas da Câmara Municipal de Chapecó e da Assembléia Legislativa; nos jornais das cidades de Passo Fundo e Erechim no Rio Grande do Sul; na Capital Catarinense e na cidade do Rio de Janeiro, na época, sede do governo. É nesse contexto que a personalidade de Antonio Selistre de Campos ganha destaque, por sua deferência ao povo Kaingáng e seu esforço na reafirmação e reconhecimento dos direitos indígenas.

Os temas abordados inserem-se numa redação claramente parcial e não neutra, frente aos acontecimentos, demonstrada pelo inconformismo do autor quanto a falta ou demora da atuação dos órgãos competentes diante de fatos por ele presenciados, como era o caso, na época, do SPI. Tal inconformismo inseriu os Kaingáng na pauta de assuntos a serem deliberados na Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, em Florianópolis.

O XVI Congresso Internacional de Americanistas ocorrido em Viena no ano de 1908; a implantação do SPI em 1910; as dificuldades e diferentes fases de administração do SPI; a criação do Posto Indígena Chapecó em 1941 e o relacionamento mantido entre os Agentes do Posto e os Kaingáng, com as ingerências de Antonio Selistre de Campos a favor destes indígenas, serão assuntos abordados no decorrer deste capítulo 2.

## 2.1. O XVI Congresso Internacional de Americanistas em Viena/1908

Os primeiros contatos dos indígenas com os colonizadores ocorreram a partir do século XIX na região já tradicionalmente ocupada pelos Kaingáng. Até então, os contatos, indiretos, davam-se de maneira infreqüente com alguns bandeirantes ou viajantes que adentravam a região<sup>138</sup>.

Nessa época, a região do Oeste Catarinense era território pertencente ao Estado do Paraná: *data de 1841 a pretensão de Santa Catharina annexar ao seu território o situado a oeste da Serra do Mar, que nunca lhe pertenceu*<sup>139</sup>. Quando esta questão de terras foi resolvida entre os dois Estados, alguns empreendimentos, como a abertura da estrada de ferro SP/RS, a formação das sedes municipais e o início da colonização, levaram *as terras a valorizarem-se rapidamente e logo a reserva indígena começa a ser cobiçada*<sup>140</sup> por colonizadores e exploradores de terras e reservas de araucárias. O lucro com a atividade extrativista da terra apresentava um ganho dobrado, pois, com a venda da madeira ainda restava a terra a ser loteada e vendida aos colonos<sup>141</sup>.

Com o contato mais freqüente e intenso entre indígenas e não-indígenas, surgem os estranhamentos na coexistência de culturas diferentes. Vários etnólogos, sociólogos, historiadores e positivistas desenvolviam pesquisas sobre a temática indígena no Brasil, registrando os conflitos existentes entre colonizadores alemães, italianos e portugueses, além do próprio brasileiro, com finalidade de incentivar a colonização, os quais se depunham contra os indígenas de forma combativa, porém, destaca-se que esta hostilidade se dava mutuamente.

Dois episódios ocorridos com os Kaingáng de São Paulo e os Xokleng de Santa Catarina merecem evidência, para a contextualização dos acontecimentos que se seguiram durante e após o XVI Congresso Internacional de Americanistas em Viena, no ano de 1908, evento que fez parte do processo que desencadeou a criação do SPI.

O primeiro episódio se deu por volta de 1901, quando o padre mons. Claro Monteiro tentou entrar em contato com os “coroados” na região do rio Feio/SP. Para

---

<sup>138</sup> NÖTZOLD, *Nosso vizinho...*, p. 68.

<sup>139</sup> Supremo Tribunal Federal. **Acção originária de reivindicação sobre limites territoriaes entre os Estados do Paraná e Santa Catarina**. Memorial por parte do Paraná. Rio de Janeiro. Typ e Lith, de Olympio de Campos & C., 1902, p. III.

<sup>140</sup> SANTOS, Silvio Coelho dos. A Integração do Índio na Sociedade Regional. A Função dos Postos Indígenas em Santa Catarina. Florianópolis: Imprensa Universitária da UFSC, 1970, p. 81.

<sup>141</sup> *Ibid.*, p. 29.

esse empreendimento, contratou um grupo de Guarani dos arredores de Bauru<sup>142</sup>, para acompanhá-lo na incursão, além de outras pessoas. Ressalta-se, porém, que tal grupo Guarani havia participado de emboscadas junto com bugreiros<sup>143</sup> contra os “coroados”. No desenrolar desse fato, o padre e dois Guarani foram mortos. Os demais conseguiram fugir.

Os ataques dos indígenas aconteciam devido à construção de ferrovias, e ao crescimento das fazendas de café que avançavam adentrando seu território. Assim, *acuados por todos os lados, desfechavam ataques com mais frequência, criando verdadeiro pânico na população sertaneja e nos trabalhadores da ferrovia*<sup>144</sup>.

Cabe apresentar, nesse contexto, matéria publicada a respeito da atuação dos bugreiros no estado de Santa Catarina, no jornal *A Voz de Chapecó*, sob o título *INDIOS IV*<sup>145</sup>, cuja interação contraproducente entre indígenas e não-indígenas – pode-se analisar – resultou em conflitos e agressividades mútuas:

Dir-se-á que os selvagens continuamente atacavam e trucidavam viajantes, o que efetivamente aconteceu neste Estado e em outros logares, até os primeiros anos do começo deste século, pratica vinda dos tempos do passado.

Não menos certo é que ao revez disso havia as celebres batidas, organizadas pelos chamados Bugreiros especialistas nos morticínios em massa, verdadeiras hecatombes humanas, das quaes há ainda testemunhas de vista.

São pessoas que fizeram parte dessas sortidas de aventuras em sorrateira marcha pelos sertões incultos, até surpreender os índios descuidados, nos recessos longínquos das nossas matas brasileiras.

(...) De repente um ou outro dano verificava-se em alguma fazenda, um ou outro assalto ocorria aos viajantes e se julgava necessário o preparo de uma batida<sup>146</sup>.

O segundo episódio ocorreu em Santa Catarina com os Xokleng, que igualmente passavam por situação semelhante aos “coroados”, decorrente do avanço da colonização.

---

<sup>142</sup> GAGLIARDI, José Mauro. **O indígena e a República**. São Paulo: HUCITEC: Editora da Universidade de São Paulo. Secretaria de Estado da Cultura, 1989, p. 63,64.

<sup>143</sup> Os bugreiros eram pessoas contratadas pelos jovens fazendeiros e colonizadores para matar os indígenas, a fim de se protegerem dos assaltos destes, tornando-se prática usual da época.

<sup>144</sup> GAGLIARDI, op. cit., p. 62-64.

<sup>145</sup> O jornal trazia artigos numerados que davam seqüência do assunto na edição seguinte, mantendo o mesmo título fazendo acréscimo na numeração a maior, ao lado do título. Lembra-se que o jornal tinha sua circulação semanal, aos domingos.

<sup>146</sup> Jornal **A Voz de Chapecó**. Índios IV. 02 de junho de 1940. Acervo CEOM, Chapecó/SC.

Pouco a pouco os indígenas viam seu território ser ocupado pelos colonos. A primeira colônia em Santa Catarina localizava-se na estrada entre Desterro e Vila de Lages<sup>147</sup>.

Os conflitos entre colonos e Xokleng ocorriam no Vale do Itajaí, onde por incentivo do governo, os colonos compravam um lote de terras para que, com suas famílias, viessem desenvolver o trabalho agrícola. *Companhias de colonização pretendiam obter concessões territoriais para, em parcelas, vendê-las aos imigrantes. Estes, procuravam oportunidades para vencer. Falar que índios estavam presentes em certos territórios era aniquilar com qualquer projeto de colonização*<sup>148</sup>.

Desse contato resultaram os primeiros confrontos e choques armados. *O índio defendia o seu habitat. O imigrante legitimava, através das armas, a terra que havia adquirido por meio de um título de propriedade*<sup>149</sup>.

Santos comenta que não havia guerra ao branco, mas o revide a ataques e agressões que eram motivadas pelo interesse de indígenas e brancos pelo mesmo território<sup>150</sup>.

Com o objetivo de fazer recuar o indígena dando segurança aos que migravam para os núcleos coloniais, na ação dos bugreiros, os Xokleng eram surpreendidos ao amanhecer sem terem chance de se defenderem<sup>151</sup>.

Em decorrência desses fatos contra os Xokleng, foi fundada em Florianópolis a *Liga Patriótica para Catequese dos Silvícolas*<sup>152</sup>, estando dentre seus objetivos tentar conter a ação dos bugreiros.

É no contexto dessa associação que surge a figura de Albert Vojtech Frič<sup>153</sup>, que realizou uma conferência em Florianópolis, representando o Museu Real Etnográfico de Berlim, com o objetivo de encontrar meios pacíficos de convivência entre os Colonos e os Xokleng<sup>154</sup>. Frič foi intitulado pela Liga como *pacificador dos indígenas de Santa Catarina*. Convidado pela Liga para assumir as tarefas de pacificação, esteve em Itajaí,

<sup>147</sup> SANTOS, **Índios e brancos...**, p. 55.

<sup>148</sup> Ibid., p. 57.

<sup>149</sup> GAGLIARDI, op. cit., p. 64-65.

<sup>150</sup> SANTOS, **Índios e brancos...**, p.64.

<sup>151</sup> Ibid., p. 69-85.

<sup>152</sup> Fundada em 04 de dezembro de 1906, em Florianópolis, com objetivo de acabar com a violência contra os índios. A Liga foi resultado dos esforços do major-engenheiro Pedro Maria Trompowsky Taulois, positivista e maçom, tendo como presidente o Sr. Raulino Horn e primeiro secretário o Sr. León Eugênio Lapagesse. In: SANTOS, Silvio Coelho dos. **Ensaio Oportunos**. Florianópolis: Academia Catarinense de Letras e Nova Letra, 2007, p. 121.

<sup>153</sup> Albert Vojtech Frič (1882-1944), humanista, naturalista e etnógrafo tcheco, que veio à Florianópolis a convite de Taulois, para assumir as tarefas de “pacificação”. Ibid., p. 124, 125.

<sup>154</sup> SANTOS, Silvio Coelho dos. **Os índios Xokleng: memória visual**. Florianópolis: Ed. da UFSC, Ed. da UNIVALI, 1997, p. 30.

Curitibanos e Blumenau onde foi recebido de maneira indiferente, devido suas idéias de evitar o extermínio dos indígenas<sup>155</sup>.

Em seguida partiu de Blumenau para Palmas, pois contava com o auxílio dos Kaingáng na atração e pacificação dos Xokleng, objetivo não alcançado<sup>156</sup>. Assim, voltou para a Europa para participar do XVI Congresso Internacional de Americanistas que ocorreria no ano seguinte<sup>157</sup>.

Com efeito, percebe-se que os indígenas eram vistos pela sociedade e governo da época, como elemento que atrapalhava o progresso esperado na colonização das terras brasileiras.

O XVI Congresso Internacional de Americanistas teve seu início em setembro de 1908, em Viena, sendo que, nessa cidade, no Museu de Viena, encontrava-se uma das mais completas coleções de artefatos etnológicos da América do Sul. A presença do Brasil ficava evidente, representado por mais de 2.500 artefatos indígenas, conforme publicação do jornal *O Estado de São Paulo* de 12 de outubro de 1908<sup>158</sup>.

Neste Congresso ocorreram dois discursos antagônicos em seus conteúdos, ocasionando polêmica. O primeiro proferido por Ignácio Batista Moura, delegado do Estado do Pará, em 8 de setembro, dia do início do Congresso<sup>159</sup>. Nele, fazia uma grande propaganda evidenciando vantagens a quem se dirigisse ao Brasil a fim de colonizar terras. Moura dizia que o Brasil exportava muito, tinha cidades policiadas, meios urbanos com bondes elétricos, além de ótima educação na Amazônia. Quanto aos indígenas, disse ele, *havia poucos sendo dignos de estudo e compaixão, e arriscava a dizer que nos próximos cinquenta anos esse pouco iria desaparecer sem deixar vestígios, a não ser um ou outro neologismo que a língua portuguesa iria conservar: nomes de alguns rios, montanhas e cidades*<sup>160</sup>.

O segundo discurso, proferido por Frič, em 14 de setembro, trouxe uma outra realidade sobre os indígenas do Brasil, contradizendo as palavras de Moura. Seu discurso assumiu tons de denúncia, responsabilizando colonizadores brasileiros e europeus pelo extermínio das poucas tribos indígenas que ainda restavam no Brasil<sup>161</sup>.

---

<sup>155</sup> SANTOS, *Ensaio ...*, p. 120-128.

<sup>156</sup> SANTOS, *Índios e brancos...*, p. 124.

<sup>157</sup> SANTOS, *Os índios Xokleng...*, p. 30.

<sup>158</sup> GAGLIARDI, op. cit., p. 68.

<sup>159</sup> Id.

<sup>160</sup> Ibid., p. 69.

<sup>161</sup> SANTOS, *Os Índios Xokleng...*, p. 31.

Frič, por contrariar os interesses das companhias colonizadoras, foi acusado de fundar uma liga em favor dos indígenas, e, com isto, seu contrato de naturalista e representante do Museu Real Etnográfico de Berlim, e também seu vínculo com o Museu Etnográfico de Hamburgo foram rescindidos<sup>162</sup>. Mas conclamou que, em nome do Congresso, fosse feito um protesto contra esses atos desumanos<sup>163</sup> cometidos contra os indígenas, referindo-se principalmente, mas não exclusivamente, aos Xokleng de Santa Catarina.

Enquanto a imprensa européia divulgava as notícias do Congresso e o extermínio dos indígenas, na imprensa paulista e carioca insurgia um debate a partir de artigo escrito pelo diretor do Museu Paulista Hermann von Ihering, publicado na *Revista do Museu Paulista*, que veio a circular na primeira quinzena do mês de outubro<sup>164</sup>. Nele Ihering apresentava solução à respeito da resistência dos Kaingáng de São Paulo frente às pressões da sociedade brasileira:

Os actuais índios do Estado de S. Paulo não representam um elemento de trabalho e progresso. Como também nos outros Estados do Brasil, não se pode esperar trabalho sério e continuado dos índios civilizados e, como os *caingangos* selvagens, são um empecilho para a colonização das regiões do sertão que habitam, parece que não há outro meio, de que se possa lançar mão, senão o seu extermínio<sup>165</sup>.

O jornal *O Estado de São Paulo*, em sua edição de 12 de outubro de 1908, trazia na primeira página um artigo de Sílvio de Almeida, positivista, manifestando seu protesto e crítica ao artigo de Ihering. Um outro periódico da época, o jornal do Comércio, em 11 de novembro, em artigo assinado por Luiz Bueno Horta Barbosa, também positivista, criticou as teorias de Ihering e *certas posturas científicas que justificavam a opressão dos fracos e os desvairados progressos da industrialização*<sup>166</sup>.

O diretor da Seção de Antropologia do Museu Nacional, Sérgio de Carvalho, igualmente manifestou declaração contra o polêmico artigo, conclamando as autoridades a não permitirem tal idéia que chamou de “criminosa”.

---

<sup>162</sup> Ibid. p. 30.

<sup>163</sup> Ibid., p.31.

<sup>164</sup> SANTOS, **Índios e brancos ...**, p. 119.

<sup>165</sup> IHERING, Hermann von. Antropologia do Estado de São Paulo. In: **Revista do Museu Paulista**, vol. VII, 1907, p. 215. Apud., Id.

<sup>166</sup> GAGLIARDI, op. cit., p. 71-75.



Em janeiro de 1909, o Tenente-Coronel Cândido Mariano da Silva Rondon, positivista tal qual os demais que expressaram seus protestos, encaminhou telegrama ao diretor do Museu Nacional, João Batista de Lacerda. Rondon citou indígenas que ajudaram no processo civilizatório, a exemplo dos Nambiquara, Pareci e Cabixi. Ainda afirmou fazer *tudo para impedir a concretização desse abominável conselho*<sup>167</sup>.

As repercussões foram tantas que Ihering tentou se redimir do seu pensamento, compartilhado publicamente, de exterminar os indígenas, mas, apesar de suas intensas publicações nos jornais e revistas, não obteve êxito.

Considerando-se as ambigüidades da questão, Santos expõe a contribuição de Ihering à causa indígena, pois, *foi sua posição anti-indígena; foi sua atitude de apoio irreversível ao colono; foi sua preocupação em responder às críticas recebidas, mantendo aceso o debate, que realmente permitiu ser a situação dos indígenas amplamente discutida, analisada, sentida*<sup>168</sup>.

Embora as correntes de pensamento apresentadas no Congresso e as discussões geradas e publicadas nos periódicos daquele tempo se mostrassem divergentes, convergiam, no entanto, numa questão: de que o problema levantado a respeito do indígena deveria ser resolvido na esfera governamental, sendo que o governo brasileiro deveria ter a iniciativa de resolver a questão dos conflitos, bem como desenvolver uma política de auxílio a ser dispensada aos indígenas.

## **2.2. A criação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais/SPILTN**

Após as repercussões e cobranças ao governo brasileiro insurgidas no XVI Congresso de Americanistas em Viena, a publicação do artigo de Ihering seguida de vários protestos, e ainda, anteriormente ao Congresso, as repressões ao extermínio indígena manifestado pela Liga e por Frič, o jornal *O Paíz*, editado em 11 de junho de 1910, trouxe, em seu editorial, a opinião a respeito das mobilizações em torno da defesa aos indígenas. Percebe-se que a discussão iniciada em 1908 permanecia nos meios de comunicação, impressa em 1910:

---

<sup>167</sup> Ibid., p. 76.

<sup>168</sup> SANTOS, *Índios e brancos...*, p. 120.

O Sr. Ministro da Agricultura não considerou o indígena apenas como um trambolho embaraçoso que a civilização remove pelo extermínio, como preconizou o sr. von Ihering, ou relega, por uns restos de complacência, para a catequese espontânea dos missionários e a disciplina vegetativa dos aldeamentos inúteis; o ilustre republicano teve a coragem de afirmar oficialmente que o indígena era um homem, com os mesmos direitos dos outros homens dentro do país em que nasceu<sup>169</sup>.

Nesse mesmo ano, alguns meses depois, durante o Governo do Presidente Nilo Peçanha, foi criado o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais/SPILTN<sup>170</sup>, repartição inicialmente subordinada ao Ministério da Agricultura que, a partir de 1930, passou a integrar o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio<sup>171</sup>.

O Projeto que o propunha foi encaminhado pelo Ministro Rodolfo Miranda, contendo as diretrizes que iriam nortear os atos do SPILTN que passou a vigorar a partir de 20 de junho de 1910 pelo Decreto nº 8.072, tendo, sua inauguração agendada para o dia 7 de setembro do mesmo ano<sup>172</sup>. Nascia alicerçado sobre uma base republicana positivista, pois, *desta forma, com a atuação do órgão recém-criado, os índios seriam pacificados e engajados no processo produtivo. O país ficaria livre da censura de entidades humanistas internacionais e das pressões da opinião pública nacional, que condenavam a chacina de índios*<sup>173</sup>. No cargo de diretor-geral assumia Cândido Mariano da Silva Rondon<sup>174</sup> e no de secretário, Luiz Bueno Horta Barbosa<sup>175</sup>.

Antonio Carlos de Souza Lima, antropólogo, comenta sobre o motivo da divergência das datas da criação e inauguração pública do SPI, que contemplou o dia 07 de setembro para atender ao *gosto positivista ortodoxo pelas datas significantes da*

---

<sup>169</sup> Jornal **O Paíz**. Proteção aos selvagens. 22/06/1910. Apud. GAGLIARDI, op. cit., p. 227.

<sup>170</sup> Não é objetivo desta pesquisa reconstituir todo o contexto que envolveu a criação do SPI. Remetemos o leitor ao estudo realizado por LIMA, Antonio Carlos de Souza. **Um Grande Cerco de Paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil**. Petrópolis, Vozes, 1995. Para acompanhar a função social do SPI em Santa Catarina remete-se o leitor ao Capítulo III de NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe. **Nosso Vizinho...**passim.

<sup>171</sup> LIMA, op. cit., p. 12.

<sup>172</sup> RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 157.

<sup>173</sup> GAGLIARDI, op. cit., p. 227.

<sup>174</sup> Militar, que teve sua carreira indigenista iniciada em 1890, ao ser designado pelo exército para construção da linha telegráfica Cuiabá-Araguaia. Foi o primeiro Diretor do SPI e posteriormente exerceu o cargo de orientador. RIBEIRO, op. cit., p. 132 e 160. Cândido Mariano da Silva Rondon inicia suas atividades no SPI (1910/1930) como Tenente-coronel e sai General. In: LIMA, op. cit. p. 338.

<sup>175</sup> Civil, professor universitário, intelectual positivista, devoto à causa indígena, dirigiu durante anos o SPI, formulou os princípios básicos da política indigenista brasileira. Ibid., p. 176 e 509.

*nacionalidade, tomando como patrono o arauto da extensão das técnicas disciplinares à vida social brasileira, José Bonifácio*<sup>176</sup>.

Dentre os objetivos do SPI estava procurar libertar a população indígena do extermínio ao qual estava fadada, por ora, devido ao contato com o não-indígena, que objetivava a expansão do progresso. O órgão planejava, ao mesmo tempo, acabar com os conflitos existentes entre indígenas e não-indígenas que ocorriam freqüentemente nas áreas em processo de colonização<sup>177</sup>.

Os governos da Alemanha e da Itália cobravam do Brasil ação intensiva a fim de proteger seus emigrantes que aqui se instalavam, principalmente na região sul, nas localidades de Itajaí e Blumenau em Santa Catarina, devido à atuação dos Xokleng<sup>178</sup>. Em vista disso, ainda no ano de 1910, o Tenente José Vieira da Rosa<sup>179</sup> foi designado pelo SPILTIN para o cargo de Inspetor do órgão no Estado de Santa Catarina.

A partir de 1912, após reorganização do SPILTIN, reúnem-se as inspetorias de Santa Catarina e Rio Grande do Sul neste último estado<sup>180</sup> e, posteriormente, a inspetoria do Rio Grande do Sul foi concentrada em Curitiba no Estado do Paraná<sup>181</sup>. A partir de 1918, o SPILTIN passa a chamar-se Serviço de Proteção aos Índios/SPI, por não atender mais aos trabalhadores nacionais<sup>182</sup>.

Lima lembra ser o SPI o *primeiro aparelho de poder estatizado a estabelecer relações de caráter laico e protecionista com os indígenas*<sup>183</sup>, levantando crítica e suscitando cuidados sobre a tendência da criação do SPI ser vista por Darcy Ribeiro como criação pessoal do tenente-coronel Cândido Mariano da Silva Rondon e um grupo de dedicados companheiros, recrutados entre militares e engenheiros da Comissão Rondon<sup>184</sup>.

---

<sup>176</sup> A figura de José Bonifácio foi associada a modernização nacional, demonstrando a preocupação do não-indígena em civilizar o indígena e inseri-lo aos costumes dominantes. In: LIMA, op. cit., p. 117.

<sup>177</sup> SANTOS, *Índios e brancos...* p. 121.

<sup>178</sup> Ibid., p. 127.

<sup>179</sup> Primeiro representante do SPI em Santa Catarina nomeado pelo Decreto nº. 8072, de 20 de junho de 1910. **Inventário de Correspondência do Coronel Vieira da Rosa**. Acervo: Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Florianópolis/SC. Cópia Acervo LABHIN, Florianópolis/SC.

<sup>180</sup> SANTOS, *Índios e brancos...*, p. 136.

<sup>181</sup> Ibid., p. 142.

<sup>182</sup> *Em 1918 as atribuições relativas aos chamados trabalhadores nacionais passariam ao Serviço do Povoamento, embora a intenção de adestrar as populações nativas ao trabalho agrícola tenham permanecido*. In: LIMA, op. cit., p. 232.

<sup>183</sup> Ibid., p. 11, 235.

<sup>184</sup> Comissão de Linhas Telegráficas e Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas/CLTEMGA, desativada em 1915 por deixar de ser operativa e empreendimento de expansão, sendo que muitas de suas atividades foram incorporadas ao SPI. In: LIMA, p. 19 e 241.

O SPI foi estruturado em diretoria geral, inspetorias regionais e postos indígenas. As inspetorias regionais eram o espaço de articulação política entre a diretoria e os postos indígenas. Os postos, por sua vez, eram espaços construídos pela administração dentro ou próximo ao território indígena. No entanto, os postos não significavam a legalização das terras ocupadas pelos indígenas, porém, sinalizavam para o futuro estabelecimento dessas comunidades. A estrutura interna do SPI era decomposta em subdiretorias e seções<sup>185</sup>.

A partir de 1930, o SPI, até então com características de estratégias pacificatórias, deixa de ser dirigido por Rondon e passa por configurações; é a reforma administrativa de 1930. Nessa reforma, estava evidenciada a *necessidade de controle sobre o vasto espaço geográfico pouco povoado do Brasil*, tarefa pra o novo diretor José Bezerra Cavalcanti (1930/1934)<sup>186</sup>.

É no contexto da nova estrutura do SPI que Antonio Selistre de Campos redige seus artigos, buscando articulações junto aos fundadores do jornal *A Voz de Chapecó* que desempenhavam cargos políticos, bem como, junto à administração do SPI, em cartas dirigidas à Deocleciano de Souza Nenê e Francisco Fortes.

Após 57 anos de atuação, o SPI foi extinto em 1967, devido a condutas administrativas irregulares sobre o patrimônio indígena. As irregularidades ocorridas no Oeste Catarinense durante a gestão do SPI, poderão ser acompanhadas nos fatos registrados nos artigos do jurista, na seqüência deste capítulo.

Pela Lei 5.371, datada de 5 de dezembro de 1967, é criada a Fundação Nacional do Índio/FUNAI, em substituição ao SPI, que passa a defender e tutelar as populações indígenas no Brasil, cujo maior objetivo era a integração<sup>187</sup> do indígena à comunidade nacional. Santos comenta que as mudanças foram paliativas, alguns funcionários foram demitidos, outros contratados, dentre eles militares da reserva. Estradas foram abertas facilitando a circulação de veículos e pessoas, intensificando o contato com o não-indígena<sup>188</sup>.

Além disso, a FUNAI procedeu à alteração dos nomes dos Postos Indígenas<sup>189</sup>. O Posto Indígena da TI Xaçecó, inicialmente em 1941, chamou-se Posto Indígena<sup>190</sup>

<sup>185</sup> Ibid., p. 231-232; 236-237.

<sup>186</sup> Ibid., p. 252-257.

<sup>187</sup> A integração do indígena na comunidade nacional objetivava o desaparecimento étnico e cultural promovido pela miscigenação, o branqueamento da população indígena.

<sup>188</sup> SANTOS, *Os índios Xokleng: memória...*, p. 60.

<sup>189</sup> SANTOS, *A integração do índio ...* p. 59.

<sup>190</sup> Doravante ao referir-se a Posto Indígena, adota-se a sigla PI.

Chapecó. Em 1960, em homenagem prestada pelo SPI, que apesar de momentos de adversidade reconheceu as ações de Antonio Selistre de Campos para com os indígenas, atribuiu ao posto o nome de PI Dr. Selistre de Campos. Posteriormente ao ano de 1967, após a criação da FUNAI, esta altera o nome do Posto para PI Xapecó.

### **2.3. A história registrada por meio da imprensa: os Kaingáng e o período que antecedeu a instalação do SPI no Oeste Catarinense**

A utilização dos jornais como fonte de pesquisa havia adquirido certa importância a partir da década de 1970, embora considerada fonte relativamente modesta na opinião de Tânia Regina de Luca afirmando que *se reconhecia, portanto, a importância de tais impressos e não era nova a preocupação de se escrever a história da imprensa, mas relutava-se em mobilizá-los para a escrita da História por meio da imprensa*<sup>191</sup>. Até então, os jornais eram tidos como fontes não fidedignas para o estudo da história, por conterem *registros fragmentários do presente* cujo conteúdo estava revestido de *interesses, compromissos e paixões*, fornecendo conhecimento parcial dos fatos relatados.

A renovação dos temas, as problemáticas e os procedimentos metodológicos da pesquisa com este veículo de comunicação escrita, calcados inicialmente na influência da Escola dos *Annales*, contribuíram para o reconhecimento e utilização dos jornais por parte dos pesquisadores de forma mais generalizada<sup>192</sup>, porém não menos relevante.

É deste ponto de vista que se utiliza o jornal *A Voz de Chapecó* no acompanhamento da trajetória de implantação do Posto Indígena<sup>193</sup> na TI Xapecó.

Um dos primeiros registros encontrados data de 5 de novembro de 1939, em que, na primeira página do jornal, foi apresentada a seguinte notícia, em artigo não assinado:

#### Índios

Durante alguns dias estiveram nesta cidade os cidadãos Paulino Almeida, Encarregado do Serviço de Proteção aos Índios, mantido pelo Governo Federal, nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, vindo de Curitiba, acompanhado

<sup>191</sup> LUCA, op. cit., p. 111.

<sup>192</sup> Ibid., p. 112.

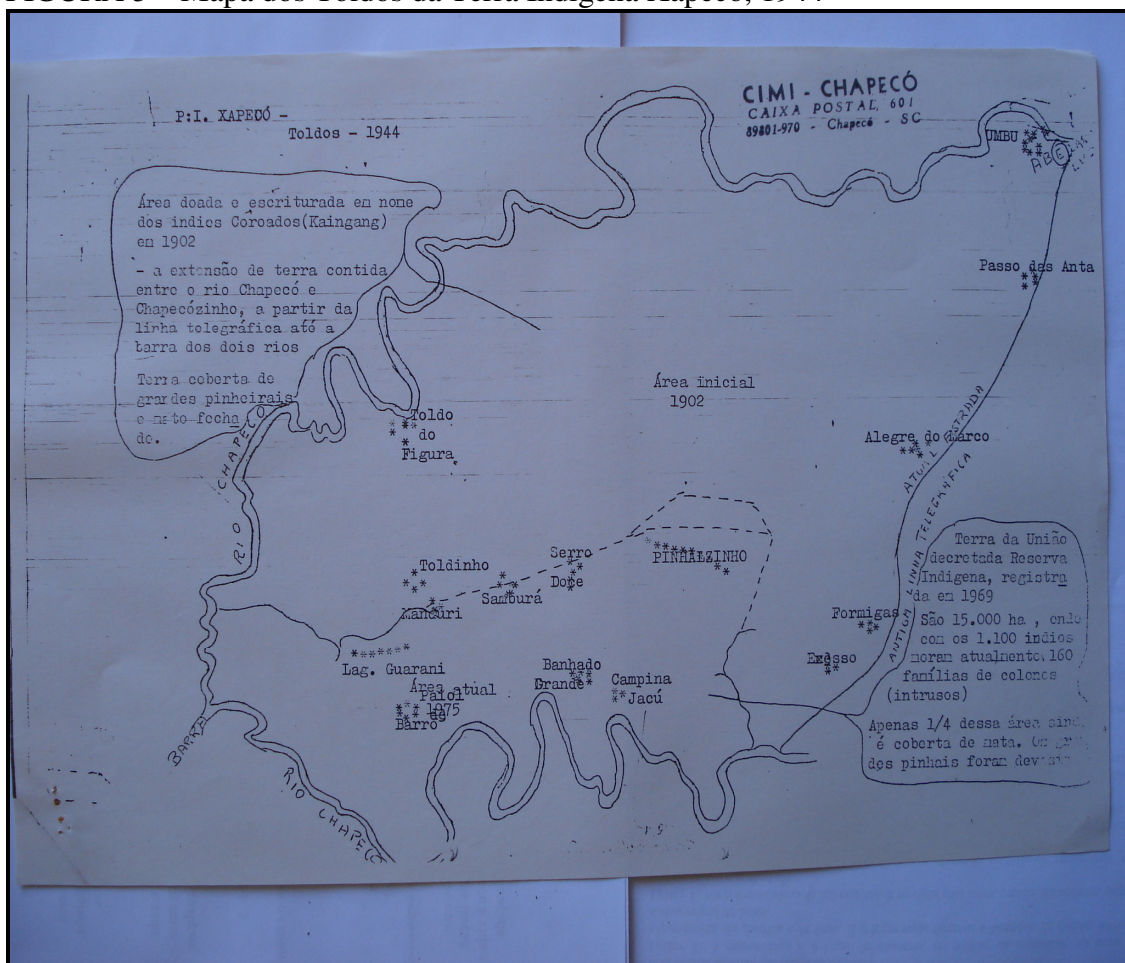
<sup>193</sup> Devido as alterações no nome do Posto, e as divergências nominais (PI Chapecosinho/Chapecó) encontradas nos artigos do jornal, adota-se o nome PI Chapecó para este período inicial de implantação, conforme documentos do SPI.

do cidadão Deocleciano de Sousa Nenê, auxiliar do dito serviço e residente em Palmas.

Os referidos cidadãos visitaram todos os toldos existentes neste município, encontrando os índios, remanescentes da antiga tribo dos Coroados, em estado de completa pobreza, lutando contra mil dificuldades, mal aparelhados para conseguirem os meios de sua subsistência.

Complementando o texto e objetivando fornecer visão de conjunto para localização espacial do leitor, apresenta-se mapa que remete ao ano de 1944, com os toldos visitados pelas autoridades mencionadas no artigo, inclusive apontando para o ano de 1902, quando foi assinado o decreto n.º 7, relativo a área já ocupada pelos Kaingáng. Note-se ainda a redução do território ocupado pelos Kaingáng num comparativo entre os anos de 1902 e 1944:

FIGURA 5 – Mapa dos Toldos da Terra Indígena Xaçepécó, 1944



FONTE: Documento sem data. Acervo Conselho Indigenista Missionário/CIMI, Chapecó/SC.

Paulino de Almeida foi inspetor do SPI no período de 1931 a 1950, sendo que estas expedições, breves visitas realizadas pelo inspetor e seus ajudantes, tinham a finalidade de mapear a região e suas populações<sup>194</sup>.

Na seqüência do texto observa-se que

Ao mesmo tempo os ditos funcionários tomaram conhecimento, nos próprios locais de sua situação, das questões de terras, que há longos anos vêm exigindo providências governamentais. Não se pode dizer que os governos tenham sido negligentes, mas justo é reconhecer que os aludidos índios sempre estiveram abandonados, salvo uma ou outra providência isolada de autoridades locais em favor dos mesmos. Por outro lado também é de se levar em conta que qualquer providência, ou assistência aos índios, obrigava gastos para fornecimento de materiais, utensílios ou ferramentas que exigiam numerário, não havendo, porém, verbas para qualquer despesa por insignificante que fosse.

Agrega-se ao texto a informação de que, mesmo após a implantação do SPI, os recursos continuavam escassos no atendimento às necessidades indígenas. O declínio do SPI após 1930, na opinião do diretor da época, José Bezerra Cavalcanti, foi em decorrência da falta de autonomia administrativa e da posição hierárquica, não sendo mais um órgão do governo, mas uma seção de um departamento *inteiramente estranho ao problema indígena*<sup>195</sup>.

A seqüência do artigo demonstra que se espera melhores condições para os indígenas após a criação do posto:

Agora, parece que nova fase de esperanças e realizações se abre em favor dos nossos referidos patrícios, porque o dito sr. Paulino Almeida, na qualidade de Encarregado do Serviço de Proteção aos Índios, pretende conseguir a criação de um Posto neste município, no próprio local de um dos toldos, para atender aos demais, com os recursos indispensáveis para melhorar as condições atualmente existentes<sup>196</sup>.

Já em 1939 o SPI sinalizava a criação do Posto Indígena dentro da aldeia, porém esta ação foi efetivada somente em 1941.

Na periodicidade semanal em que o jornal era editado, os artigos iam atualizando os leitores sobre a população Kaingáng. Nas fontes fica implícita a manutenção de

---

<sup>194</sup> LIMA, op. cit. p. 241.

<sup>195</sup> Ibid., p. 259.

<sup>196</sup> Jornal **A Voz de Chapecó**. Índios. 05 de novembro de 1939. Acervo CEOM, Chapecó/SC.

correspondências entre Antonio Selistre de Campos, que divulgava as informações no jornal, com as autoridades e encarregados do SPI, por meio de relações amistosas, porém não condescendentes.

Localizou-se, em meio à documentação do SPI, uma dessas correspondências enviada por Antonio Selistre de Campos ao senhor Deocleciano de Souza Nenê<sup>197</sup>, momento em que emite parecer sobre a divisão das terras dos Kaingáng e sobre o processo de Alberto Berthier de Almeida. Em determinado momento da carta, confirma-se a troca de correspondências e conseqüentemente de informações:

Chapecó, 05 de abril de 1952  
 Ilmo. Sr. Deocleciano de Souza Nenê,  
 Prezado amigo  
 Recebi seus dois telegramas respectivamente dos dias 2 e 3, por intermédio Major Pedra Pires (Dr.) dirigi dois telegramas ao amigo, os quaes foram entregues ao sr. Dr. Tavares, consultor jurídico e que foram entregues ao amigo, conforme seu comunicado. Aos telegramas aqui recebidos, respondi imediatamente. A minha primeira resposta foi nos seguintes termos: - Recebi telegrama pt Ontem lhe telegrafei Curitiba, pedindo não entregar requerimento sem receber minha carta pt Se entregou peço fazer possível retirar pt Carta segue amanhã avião pt Minha opinião é não entregar terra barra Chapecózinho nem divisa Jacú pt Abraços. Selistre<sup>198</sup>.

A fonte, em seu contexto, pode revelar vínculos de amizade, pelo termo que se repete ao longo da carta: ‘amigo’, bem como pela assinatura apenas do primeiro nome, mas não afirmá-lo, pois, segundo Peter Burke, muitos documentos podem ser interpretados incorretamente por não apresentarem transparência, porém, a observação atenta, *mais exatamente, o meio, código, variedade ou registro empregado é uma parte fundamental da mensagem, que um historiador não pode se dar ao luxo de negligenciar. Exemplos óbvios são as formas de polidez ou impolidez dominantes em um determinado ambiente e em uma determinada época*<sup>199</sup>.

O que se pode afirmar pelos indícios que a carta revela em seu conteúdo, é a opinião e influência de Antonio Selistre de Campos sobre a medição e defesa das terras dos Kaingáng.

---

<sup>197</sup> Deocleciano de Souza Nenê encerrou suas atividades no SPI no cargo de Inspetor de Índios 14-B. Após 31 anos de serviços prestados ao SPI, solicitou aposentadoria em 20 de março de 1961. Documento acervo FUNAI, Paranaguá/PR.

<sup>198</sup> **Carta.** Acervo FUNAI, Paranaguá/PR.

<sup>199</sup> BURKE, Peter. **A arte da conversação.** São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995, p. 31- 32.



Passados 30 dias da publicação do artigo de 5 de novembro de 1939, publicou-se outro informando que o Sr. Paulino de Almeida *compreendeu a necessidade imperiosa de fazer alguma coisa em favor dos humildes silvícolas* após a visita aos *Toldos de Chapecó e Chapecosinho*. E segue informando que *no ano próximo será ampliado até este município a ação de incorporação dos índios á civilização brasileira*<sup>200</sup>.

Assim, no ano de 1940 já estava prevista a implantação do Posto, mas não ainda sua efetivação, conforme edição de 1941 onde se encontra:

desde o mez de Novembro, do ano próximo passado, estão nomeados o Encarregado e trabalhadores do Posto de Proteção aos Índios de Chapecó.

Mas a organização, desse dito Posto, vai marchando muito vagarosamente....

Alguma coisa já temos, mais uma pouca de boa vontade, e o Posto entrará em seu regular funcionamento<sup>201</sup>.

Na análise do conteúdo desse jornal, como veículo que registrou parte da história dos Kaingáng, corrobora-se com o ponto de vista de Capelato quando afirma que *do conteúdo dos jornais, pode-se acompanhar o dia-a-dia das sociedades através do tempo,(...) acompanhar, através das análises das notícias divulgadas, como acontecimentos significativos são transmitidos, levando o público a participar do evento em questão durante o seu desenrolar*<sup>202</sup>. Acrescenta-se ainda ao comentário de Capelato, que a participação *do evento em questão* transcende sua época, trazendo ao tempo presente, fatos que, conjugados com outros documentos, permitem análise mais acurada sobre o desdobramento dos episódios.

A importância do jornal como meio de divulgação e, principalmente, meio de registro, foi percebida no edital de comemoração de um ano do retorno do jornal *A Voz de Chapecó*, após a sua suspensão por dois anos (1944/1946):

Interessante... Não existindo o jornal, haverá sempre uma lacuna na vida de um agrupamento humano com foros de civilização. Começando a circular a folha impressa, já está aberta a luta contra a incompreensão, a crítica destrutiva, o desdém, o

---

<sup>200</sup> Jornal **A Voz de Chapecó**. Índios. 10 de dezembro de 1939. Acervo CEOM, Chapecó/SC.

<sup>201</sup> Jornal **A Voz de Chapecó**. Índios. 20 de abril de 1941. Páginas 1 e 4. Acervo CEOM, Chapecó/SC.

<sup>202</sup> CAPELATO, **Imprensa e ...**, p. 13.

abastardamento das intenções, a maldade e os interesses inconfessáveis<sup>203</sup>.

Em 14 de abril de 1940, o jornal noticiava nova itinerância, desta vez do senhor Leodonio Quadros<sup>204</sup>, encarregado do futuro PI, aos toldos de Banhado Grande e Jacu, para escolha do lugar onde se localizaria a sede do Posto<sup>205</sup>.

Não para surpresa, na edição de 12 de maio de 1940, em artigo assinado por “Z”<sup>206</sup>, o autor faz menção aos objetivos que levaram a constituir o jornal *A Voz de Chapecó*, lembrando aos leitores do jornal que,

#### Índios

Quando iniciamos a publicação deste periódico, inscrevemos em o programa de nossa ação as escolas primárias, as estradas do município, o serviço de correio e tudo que dissesse respeito ao progresso de Chapecó<sup>207</sup>.

Tal alusão é para situar o leitor na seqüência do artigo intitulado *INDIOS*, e que faz referência crítica sobre a morosidade do SPI:

(...) Outro assunto importante, ao qual temos nos referido acidentalmente é quanto aos índios deste município.

Há oito anos que estamos em Chapecó e somente no ano passado se nos ofereceu a oportunidade de ver que o Serviço de Proteção aos Índios resolveu estender a sua ação até a nossa zona.

Segue comentando que, embora 400 anos tenham se passado do descobrimento do Brasil, ainda não foi alcançada solução voltada aos *direitos e princípios de humanidade* para com os indígenas, inclusive em relação ao PI que ainda não havia se constituído:

(...) Supunha-se que ao começar este ano, os humildes índios chapecoanos já tivessem quem atendessem às suas condições de penúria, desorientação e falta de recursos, porém, até a presente data, ainda não foi organizado o dito Posto.

---

<sup>203</sup> Jornal *A Voz de Chapecó*. *A Voz de Chapecó*. 29 de junho de 1947. Acervo CEOM, Chapecó/SC.

<sup>204</sup> Foi encarregado do PI no ano de 1941. In: SANTOS, *A integração do índio...*, p. 73.

<sup>205</sup> Jornal *A Voz de Chapecó*. Índios. 14 de abril de 1940. Acervo CEOM, Chapecó/SC.

<sup>206</sup> O Sr. Raul José de Campos diz que não era costume de seu pai assinar os artigos com a inicial “Z”, podendo ser produto de erro datilográfico ou até, alguém que resolveu adotar as iniciais como assinatura, a exemplo de como seu pai fazia. CAMPOS, Raul José de. *Entrevista...cit.*, 19 de julho de 2007.

<sup>207</sup> Jornal *A Voz de Chapecó*. Índios. 12 de maio de 1940. Acervo CEOM, Chapecó/SC.

N<sup>o</sup> A *Voz de Chapecó* datado de 3 de março de 1941, Antonio Selistre de Campos assinava um artigo com a inicial “S”, cujo título era *INDIOS III*. Nele anunciava que estava se organizando o *Posto de proteção aos índios de Chapecosinho*. Informava ainda a procedência da notícia que se dava *conforme telegrama recebido pelo respectivo Encarregado, cel. Leodonio Quadros*.

As fontes registram que a demora na instalação do PI dava-se pela dificuldade em compor o quadro de funcionários, visto como necessário aos parâmetros definidos pelo SPI. Além do encarregado do posto, eram necessárias mais duas pessoas *idôneas, com quitação do serviço militar*, para ocupar o lugar de *trabalhadores*, e uma terceira para exercer a função de *mestre escola*<sup>208</sup>.

As notícias divulgadas sobre o atraso vinham seguidas de críticas, pois novamente um funcionário havia desistido de assumir a função de trabalhador, uma vez que deveria morar no posto. Assim, reitera o jornal que *essas nomeações estão sendo por demais retardadas. É a eterna história, os doutores e coronéis das capitães e grandes cidades não podem compreender as necessidades do sertão. E assim tudo vai ficando para o dia seguinte*<sup>209</sup>.

Segundo o jornal, algumas dificuldades e desavenças começaram a ocorrer entre os indígenas dos toldos Banhado Grande e Jacú, que comunicaram ao juiz a deposição do chefe Fidencio Loureiro, ficando em seu lugar o senhor Bonifácio Batista. A par desse ocorrido, Antonio Selistre de Campos repassa as informações recebidas ao senhor Paulino de Almeida<sup>210</sup>. Reitera-se ainda que nesta nota do jornal, o juiz *ao mesmo tempo escreveu aos índios deste município, aconselhando que vivam em paz até que o S.P.I. tome providencias*.

Esse artigo foi publicado em 12 de maio de 1940, antecedendo a comitiva que foi organizada para dirigir-se até a aldeia Pinhalzinho no dia primeiro de junho de 1940, levando a reforçar a urgência percebida por Antonio Selistre de Campos na fundação do PI:

#### Visita aos Índios

Depois de prévia combinação, seguiram hontem de automóvel até Chapecósinho, os Sr.s Drs. Antonio Selistre de Campos, Juiz de Direito da Comarca, José Pedro Mendes de Almeida,

---

<sup>208</sup> Id.

<sup>209</sup> Jornal **A Voz de Chapecó**. Chapecósinho. 07 de julho de 1940. Acervo CEOM, Chapecó/SC.

<sup>210</sup> Inspetor Regional do SPI, responsável pela Inspeção Regional 7, no período de 1931/1940 e, também no período de 1941/1950. In: LIMA, op. cit., p. 341.

Promotor Publico, Tenentes Eloi Mendes, Prefeito Municipal, e Duarte Pedra Pires, Delegado Especial, com destino ao toldo denominado Pinhalzinho.

Creemos ser pela primeira vez na vida chapecoense que os silvícolas recebem a visita das mais altas autoridades do Monicípio, demonstração eloqüente que as ditas autoridades vem tomando interesse por melhores dias dos ditos silvícolas<sup>211</sup>.

A presença do PI a ser instalado pelo SPI, estava longe de significar a solução dos problemas presentes no cotidiano dos Kaingáng pelas ações futuras de Wismar da Costa Lima, posterior encarregado a chefiar o PI Chapecó, bem como pela situação econômica que o SPI enfrentava na redução de verbas recebidas do governo. José Bezerra Cavalcanti registrou que o SPI não contava com o suporte do governo. Em 1930 as verbas foram reduzidas em 60% subindo para 63% no ano de 1932. Estas reduções refletiram-se nos anos seguintes<sup>212</sup>.

#### 2.4. Posto Indígena Chapecó/Posto Indígena Dr. Selistre de Campos

Segundo D'Angelis, em 1940, o SPI instala o PI Xapecó, situado na sede da TI, a aldeia Jacu<sup>213</sup>. Porém, a partir das fontes manuseadas, os indícios apontam para sua efetivação no ano de 1941<sup>214</sup>, inicialmente chamando-se PI Chapecó<sup>215</sup> e posteriormente, PI Dr. Selistre de Campos<sup>216</sup>, voltando a chamar-se PI Xapecó, desta vez com X, após o SPI ter sido substituído pela FUNAI em 1967.

A primeira sede do PI, segundo Santos, ficava na aldeia Pinhalzinho<sup>217</sup>, e sua localização foi assim descrita:

O PI Dr. Selistre de Campos localiza-se no município de Xanxerê, na zona oeste do Estado de Santa Catarina. A área da reserva onde se situa o PI tem atualmente 151 km<sup>2</sup>, aproximadamente.(...) A sede do PI está distante cerca de 30 km da cidade de Xanxerê<sup>218</sup>.

---

<sup>211</sup> Jornal **A Voz de Chapecó**. Visita aos Índios. 02 de junho de 1940. Acervo CEOM, Chapecó/SC.

<sup>212</sup> LIMA, op. cit., p. 259.

<sup>213</sup> D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. **História do Toldo Imbú. O Cacique Condá, os Índios do Xapecó (SC) e as terras do Imbú**. Projeto Barragens – UFSC/CNPQ. Acervo Nepi/UFSC.1993, p. 40.

<sup>214</sup> SANTOS, **A integração do índio ...**, p. 46.

<sup>215</sup> Ibid., p. 47.

<sup>216</sup> Ibid., p. 10.

<sup>217</sup> Ibid., p. 60.

<sup>218</sup> Ibid., p. 59.

Cabe esclarecer que Posto Indígena é distinto de Terra Indígena. Segundo Silvio Coelho dos Santos, *os postos indígenas são unidades executivas da política indigenista desenvolvida pelos órgãos de proteção e assistência ao silvícola*<sup>219</sup>. Sendo assim, tais postos tinham a função de colocar em prática o que era determinado pelos órgãos central e regional de proteção<sup>220</sup>. Enquanto Terra Indígena, conceito apresentado no capítulo 1, é a área de terras habitadas pelos indígenas *em caráter permanente*, onde desenvolvem *suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições*<sup>221</sup>.

Vários foram os encarregados<sup>222</sup> do SPI no Oeste Catarinense no período em que Antonio Selistre de Campos redigia seus artigos (1939/1957). As mudanças dos encarregados, na maioria das vezes, aconteciam devido a ocorrências de irregularidades por parte do encarregado do posto<sup>223</sup>. Em outras ocasiões, paradoxalmente, pelo fato do encarregado ter realizado suas tarefas com dedicação. Este é o caso de Francisco Siqueira Fortes<sup>224</sup>, o segundo encarregado a administrar o PI Chapecó, assumindo o cargo por indicação de Antonio Selistre de Campos, que, segundo D'Angelis, por orientação do juiz, *organizou roças e criações para sustento dos alunos da escola e para os índios mais idosos*<sup>225</sup>.

D'Angelis, no desenvolvimento de suas pesquisas com os Kaingáng, destacou carta onde o senhor Francisco Siqueira Fortes expõe os motivos que o levaram a solicitar exoneração de seu cargo:

... porque eu protestei contra os atos escandalosos do Diretor do Serviço de Proteção aos Índios. Eu como um simples encarregado do Posto, fui contra a retirada dos índios da área e posse, entregando ao Berthier sem posse, sem documento, na área de posse dos índios<sup>226</sup>.

---

<sup>219</sup> Ibid., p. 10.

<sup>220</sup> Id.

<sup>221</sup> **Constituição da República Federativa do Brasil**, op. cit., Artigo 231, p. 132 e 133.

<sup>222</sup> Leodônio de Quadros (1941), Francisco Fortes (1942/1948), Wismar Lima (1948/1950), Nereu Costa (1950/1964). In: SANTOS, **A integração do índio...**, p. 73.

<sup>223</sup> Os encarregados dos postos não desenvolviam uma política destinada a integrar o índio à sociedade regional, sendo estas atitudes um reflexo das limitações do SPI. In: SANTOS. **A Integração do índio...**, p. 49.

<sup>224</sup> Francisco Siqueira Fortes foi Juiz de Paz em Faxinal dos Guedes por treze anos. In: D'ANGELIS, Wilmar da Rocha, FÓKÂÊ, Vicente Fernandes. **Toldo Imbú. Série Documento. UNOESC, Campus Chapecó, Setor de Editoração**, 1994, p. 40.

<sup>225</sup> Id.

<sup>226</sup> Ibid., p. 106.

Outros encarregados do PI assumiram atitudes diferentes da de Francisco Siqueira Fortes. Dentre eles estava Wismar da Costa Lima (1948/1950), cujos procedimentos adotados buscavam inviabilizar a sobrevivência da comunidade indígena em suas próprias terras.

Em 22 de agosto de 1948, na terceira página do jornal, sob o título *Serviço dos Índios*, era divulgada a solicitação de exoneração de Francisco Siqueira Fortes, e que em seu *logar foi designado o Sr. Wismar Costa Lima, (...) e está com a sua Exma família residindo no Toldo Jacu, que é sede do aludido Posto Indígena*<sup>227</sup>.

Sete meses após Wismar da Costa Lima ter assumido como encarregado do PI Chapecó, suas ações já se faziam sentir entre os indígenas.

Os Kaingáng estiveram presentes na pauta das discussões da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina por mais de uma vez. Na sessão ordinária realizada em 24 de maio de 1949, o Deputado Cid Loures Ribas apresentava radiograma recebido do Prefeito Municipal de Chapecó no seguinte teor:

Deputado Dr. Cid Ribas  
Assembléia Estadual

Levo conhecimento vossência que Wilmar[sic] Costa Lima, encarregado posto serviço proteção Índios Toldo Chapecozinho acompanhado de três filhos prendeu e amarrou conduzindo dito posto a Gesuino Euclides Umbelino, transportado dali para Curitiba. Causa dessa violenta arbitrariedade foi ter falecido há mais ou menos dois anos um irmão de Gesuino chamado Aguiar deixando alguns haveres valor superior trinta contos réis , três filhos menores havendo se apropriado ditos bens motivo porque Gesuino comunicou fato autoridades locais, constituindo advogado para defender interesses ditos menores promover inventário judicial. Outros atos dito encarregado posto Chapecozinho tem provocado sérios descontentamentos humildes índios que desde ano passado vem sendo maltratados injustamente pelo aludido funcionário em cuja casa certa noite foram disparados alguns tiros arma de fogo donde resultou inquérito policial que não descobriu autores aludidos tiros. Peço vossência e apelo providencias afim libertar esse humilde patricio vitima dessa prepotência inqualificável. Cordiais saudações. Vicente Cunha. Prefeito Municipal<sup>228</sup>.

---

<sup>227</sup> Jornal **A Voz de Chapecó**. Serviço dos Índios. 22 de agosto de 1948. Acervo CEOM, Chapecó/SC.

<sup>228</sup> **Diário da Assembléia Legislativa**. Estado de Santa Catarina. Ano III. Florianópolis, 22 de julho de 1949, Número 19. 24ª Sessão Ordinária, Realizada em 24 de maio de 1949. Acervo Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Florianópolis/SC.

Após a leitura do radiograma, o Deputado Cid Loures Ribas propõe o envio de telegrama ao presidente do *Serviço Nacional de Proteção aos Índios* com a seguinte redação:

General Candido Mariano da Silva Rondon  
 Presidente S.N. P.I.<sup>229</sup>. Ministério Guerra – Rio  
 Esta Assembléia tomando conhecimento através comunicado Prefeito Município Chapecó que Wismar Costa Lima encarregado S.P.I. toldo Chapecósinho vg aquele município vg entre outras arbitrariedades cometidas contra selvicolas vg prendeu conservando amarrado Gesuino Euclides Umbelino fazendo conduzir este para Curitiba por ter mesmo denunciado às autoridades referido encarregado posto se apropriado indebitamente bens hereditários de menores pt Diante taes fatos esta Assembléia por proposta deputado chapecoense Cid Ribas vg apela alto espírito justiça Vossencia determine cessem imediatamente tais arbitrariedades e violências praticadas por aludido encarregado contra humildes índios aquele posto pt Atenciosas Saudações P. Ass. Em exercício<sup>230</sup>.

Em seguida, o deputado Waldemar Rupp (UDN) pede a palavra e se opõe, em nome da bancada que representava, ao envio de tal telegrama por julgar uma atitude precipitada e com possibilidade de estar baseada em inverdades. Solicita então a instauração de um inquérito policial para apurar as responsabilidades sobre o fato. Em seguida, o Presidente da casa toma a palavra e pede votação ao requerimento do Deputado Cid Loures Ribas, que teve apoio da maioria da casa, sendo aprovado. Apenas dois deputados se mostraram contra o envio da mensagem telegráfica.

A temática indígena se fez constante nas páginas do jornal da época. Na Edição Especial comemorativa ao 4º aniversário do reaparecimento d' *A Voz de Chapecó*, Antonio Selistre de Campos assina artigo com as iniciais S.C. cujo título é *A Tragédia do Índio*. Nele, Antonio Selistre de Campos faz retrospectiva do esbulho de terras que Alberto Berthier de Almeida pretendia fazer contra os Kaingáng, e ainda *em o próximo numero deste periódico, salvo força maior, pretendemos fornecer algumas informações*

---

<sup>229</sup> Retifica-se a sigla contida nesta fonte sendo o correto: CNPI e não SNPI. O Conselho Nacional de Proteção aos Índios/CNPI foi criado pelo decreto-lei nº 1794 de 22 de setembro de 1939. O objetivo do CNPI era estudar questões referentes à assistência e proteção dos indígenas, seus costumes e idiomas. Foi nomeado pelo presidente Vargas para o cargo de diretor, Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, além de representantes do Museu Nacional, do Serviço Florestal e de quatro membros de alta reputação. In: LIMA, A. Governo dos índios sob a gestão do SPI. In: CUNHA, Manuela Carneiro (Org.). **Legislação indigenista no século XIX**. São Paulo: Editora da USP: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1992, p. 168.

<sup>230</sup> **Diário da Assembléia Legislativa.....**, op. cit. passim.

ao ilustre deputado Waldemar Rupp a respeito da questão dos Índios de Chapecó, o que não fazemos hoje por falta de espaço<sup>231</sup>.

De fato, na edição seguinte sob o título *O discurso do Deputado Rupp*, sob as mesmas iniciais S.C., Antonio Selistre de Campos, publicamente, dá as devidas respostas às dúvidas levantadas pelo deputado na Assembléia Ordinária realizada em 24 de maio do mesmo ano.

O telegrama enviado pelo Prefeito ao Deputado Cid Loures Ribas, foi igualmente enviado ao Inspetor Chefe da Regional do SPI em Curitiba, e deste recebeu a seguinte resposta:

Curitiba, 24  
Vicente Cunha, Prefeito Chapecó  
Recebi vosso telegrama. Por estes dias seguirá funcionário para apurar fatos. Índio liberto se acha em minha residência.  
Chefe I. R. 7

As fontes apontam indícios de que Antonio Selistre de Campos não media esforços na mobilização de pessoas de suas relações para atuarem em prol dos Kaingáng da região.

Em 5 de junho, com o título *Serviço de Perseguição aos Índios*<sup>232</sup>, a matéria traz em seu conteúdo o desfecho do pronunciamento ocorrido na Assembléia. O Encarregado do Posto foi chamado à Curitiba e todos esperavam que ele não mais voltasse, mas, para surpresa, o *espantinho dos índios em Chapecó*, como foi chamado no artigo, retornou.

A agilidade das ações provavelmente foi resultado das repercussões do fato, e em 30 de maio do mesmo ano, o Prefeito recebia mais um telegrama de Curitiba, assinado por Dorival da Motta Cabral, que foi publicado na íntegra n' *A Voz de Chapecó* em 12 de junho de 1949, sob o título *Um telegrama sobre o caso dos Índios* com o seguinte teor, solucionando o problema ocorrido:

Curitiba, 30  
Vicente Cunha, Prefeito.  
Comunico propuz substituição Wismar, do posto, o que foi aceito; companhia[sic] funcionário conforme meu telegrama anterior, seguirá novo Encarregado e Índio Genuíno, que volverá seio família. Adianto-vos que tenho recebido reclamação

---

<sup>231</sup> Jornal *A Voz de Chapecó*. O caso dos Índios. Declaração de voto da bancada do Partido Trabalhista Brasileiro. 03 de julho de 1949. Acervo Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, Florianópolis/SC.

<sup>232</sup> Jornal *A Voz de Chapecó*. Serviço de Perseguição aos Índios. 05 de junho de 1949. Acervo CEOM, Chapecó/SC.



do Delegado de Polícia de Abelardo Luz contra dito e seu irmão.  
Chefe I. R. 7 <sup>233</sup>

O período em que Wismar da Costa Lima foi encarregado do PI Chapecó foi bastante conturbado, e por várias vezes os Kaingáng procuraram Antonio Selistre de Campos que, mesmo na condição de juiz aposentado, prestava seu auxílio costumeiro e acolhedor.

A partir da substituição de Wismar da Costa Lima, assume o cargo de encarregado do posto Nereu Moreira da Costa (1950/1964) *chapecoense nato, casado com a exma. Sra. D. Lourdes Moreira da Costa, professora normalista, a qual, segundo nos consta, irá reger a escola mantida pelo dito S.P.I. no aludido Posto*<sup>234</sup>.

No período em que Nereu Moreira da Costa foi encarregado do PI, teve sua atuação registrada nos artigos redigidos pelo jurista, que também coloca em questionamento a ação e/ou falta de ação dos diretores do SPI, os chamando para a responsabilidade de seus cargos e funções do órgão:

Não queremos fazer injúrias ao S.P.I e estamos convencidos que o atual Encarregado do posto Indígena de Chapecó, sr. Nereu Costa, procura cumprir o seu dever e conta com a solidariedade de muitos dos seus colegas.  
Isso só, porém, não basta, parece-nos que a ação do S.P.I., por sua direção suprema, tem o dever de se mostrar mais eficiente na defesa dos Índios.

E finaliza o artigo comparando fatos, ocorrências e se mostrando incansável em seus protestos a favor dos Kaingáng,

Veja-se a espoliação inqualificável que ocorreu no Estado do Paraná, por intervenção direta do governo paranaense com o Ministério da Agricultura, ou seja o Acordo Lupio-Carvalho, sem protesto algum, que nos conste, do S.P.I...  
Os Índios de Pinhalzinho devem e tem de ser amparados, defendidos e protegidos, caso contrario continuaremos reclamando e protestando, pelos tempos afora, seja lá contra quem for <sup>235</sup>.

---

<sup>233</sup> Jornal **A Voz de Chapecó**. Um telegrama sobre o caso dos Índios. 12 de junho de 1949. Acervo Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, Florianópolis/SC.

<sup>234</sup> Jornal **A Voz de Chapecó**. Posto dos Índios de Chapecozinho. 17 de julho de 1949. Acervo Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, Florianópolis/SC.

<sup>235</sup> Jornal **A Voz de Chapecó**. Em defesa dos Índios. 25 de setembro de 1949. Acervo CEOM, Chapecó/SC.

A reserva de terras concedida aos Kaingáng, hoje denominada TI Xapecó/SC, estava delimitada desde 1902, como referenciado anteriormente pelo Decreto nº. 7, assim o PI era, e é, uma unidade do SPI/FUNAI dentro da TI. Atualmente, ano base 2007, o PI localizado na aldeia Jacu, sede da TI Xapecó/SC, denomina-se PI Xapecó.

Santos esclarece que, no período em que operou o SPI (1910 a 1967), antes de ser substituído pela FUNAI (1967), atuavam sete Inspetorias Regionais/IR cujos postos eram a elas subordinados. Santa Catarina pertencia à Inspetoria Regional nº. 7, localizada em Curitiba/PR<sup>236</sup>.


As lembranças sobre o Posto já ter sido chamado Dr. Selistre de Campos, permanecem na memória dos indígenas mais velhos da comunidade, como já referenciado no capítulo 1. A aplicação generalizada de PI Dr. Selistre de Campos, Reserva Selistre de Campos, pode causar dúvidas em relação ao Posto ser o mesmo que TI, uma vez que na escritura pública da TI Xapecó, documento datado de 16 de outubro de 1965, lavrada no Cartório de Registro de Imóveis de Xanxerê, registrou-se a posse da terra dos Kaingáng, hoje chamada Terra Indígena Xapecó: “*situada no local denominado PI ‘Dr. Selistre de Campos’*”, conforme documento a seguir:

---

<sup>236</sup> SANTOS, A integração do índio..., p.42.

FIGURA 6 - Escritura Pública do Registro de Imóveis Comarca de Xanxerê - PI Dr. Selistre de Campos. Xanxerê, 16 de outubro de 1965

Fls. 58 *Scirea*  
Página N. 275 *Scirea*



**REP. DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL**  
**Registro de Imóveis**

Estado de Santa Catarina — Comarca de Xanxerê

*Romeu Scirea*

Tabelião e Oficial do Registro de Imóveis, Hipotecas e ônus da Comarca de Xanxerê, etc.

❧

*Maria R. Scirea*

Escritante Juramentada

❧

Certifico que às fls. 213 do livro n. 3 D foi transcrita hoje, sob nº 7.458, o Título Definitivo

do imóvel seguinte: consta: - UMA ÁREA de terras com 150.098.000 m<sup>2</sup>, com p por metro total de 95.235 metros lineares, situada no local denominado Postrodigema "Dr. Selistre de Campos", distrito e Município de Xanxerê, confrontado ao NORTE- Alberto Berthier de Almeida e outros, I.C.S. Pagnocelli & Alaganda Guarani, SUL- rio Chapecozinho, Emp. Colonizadora Lunardi e Madôira Industrial Xanxerê Ltdg., LESTE- Alberto Berthier de Almeida e Fazenda legre e OESTE- rio Chapeco, rio Chapecozinho e Emp. Colonizadora Lunardi, cujo título foi expedido em 2 de Outubro de 1.965, pelo IRASC, sendo:-


TRANSMITENTE:- INSTITUTO DE REFORMA AGRÁRIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

ADQUIRENTE:- SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS, representando a tribo "Caianguê"

Valor:- Cr\$ 500 (quinhentos cruzeiros)

CONDIÇÕES:- As do título.

ANTERIOR:- Não consta



*Romeu Scirea*

*Maria R. Scirea*

O referido é verdade e dou fé

Xanxerê, 16 de Outubro de 1965

Moço

112

Cota:

RECONHECER NO TABELIONATO **VEIGA**

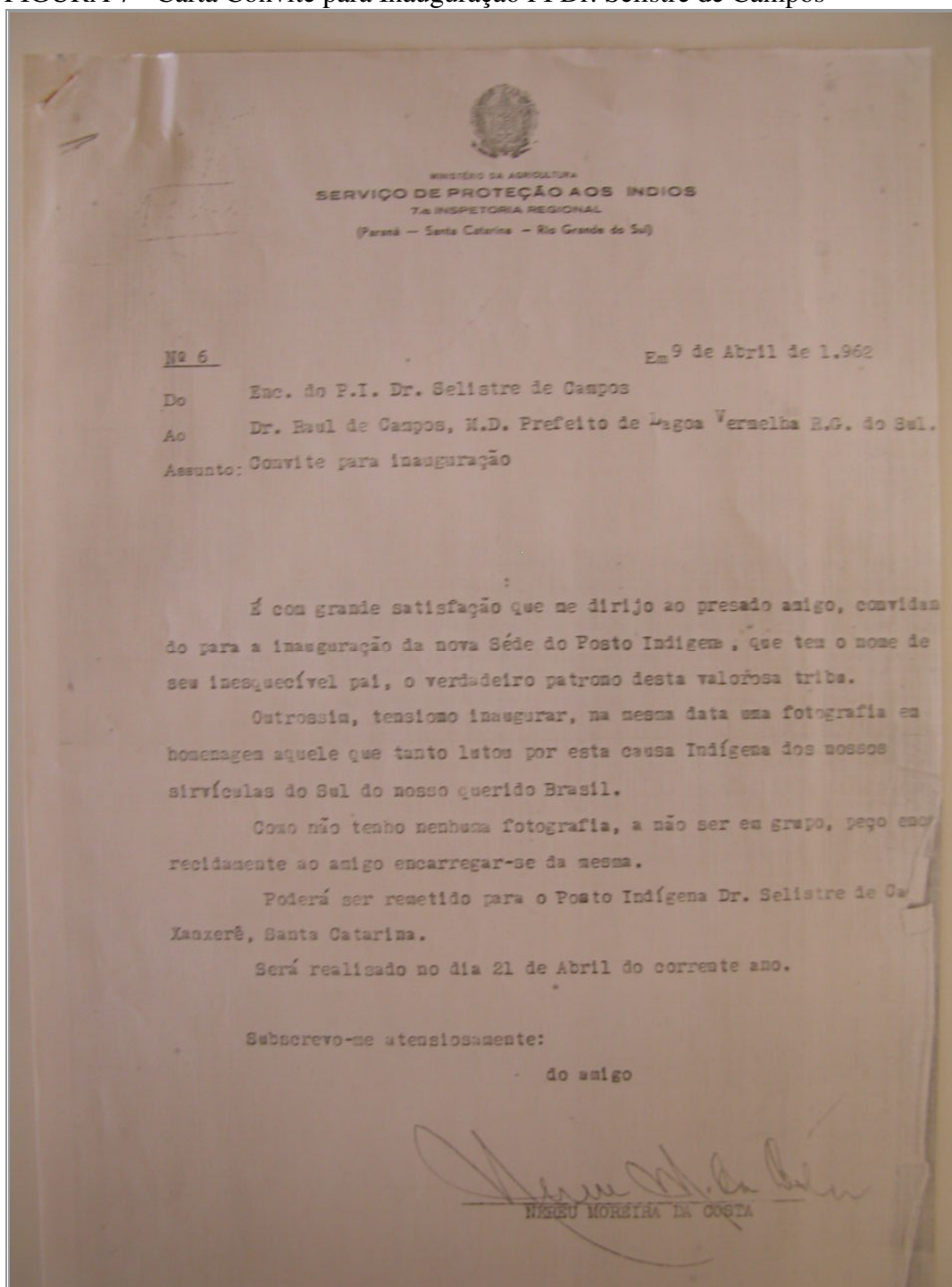
de XANXERÊ, 16 de Outubro de 1965

FIRMA

FONTE: CIMI, Chapecó/SC.

O Sr. Nereu Moreira da Costa, encarregado de chefiar o PI no período de 1950 a 1964, encaminhou correspondência ao Sr. Raul José de Campos, datada de 09 de abril de 1962, convidando-o para a inauguração da nova casa/sede do PI Dr. Selistre de Campos, que permanecia na aldeia Jacu. Segue o documento para análise:

FIGURA 7 - Carta Convite para Inauguração PI Dr. Selistre de Campos



FONTE: CEOM Chapecó/SC.



### Sobre a antiga casa/sede, Santos relata

que era uma casa de madeira, bem grande, que foi demolida e, propriamente dito, não criaram uma outra casa digamos assim, porque quando ela foi demolida a tendência do chefe do posto era morar numa casa independente, pra não misturar com o trabalho burocrático, ou morar até fora e ir diariamente ao PI num processo gradativo<sup>237</sup>.

Apesar do decorrido até aqui, encontrou-se nos documentos, divergências em relação ao ano das mudanças de nome de PI Chapecó para PI Dr. Selistre de Campos, não se localizando ainda a data em que passou a chamar-se PI Xaçepó, e a aplicação dessa denominação extensiva a toda a área indígena. Sobre esse assunto, Santos comenta sobre certa confusão na utilização de suas aplicações, apresentando distinção entre PI, Reserva Indígena e Terra Indígena:

PI era naturalmente o posto, o centro administrativo do SPI ou da Funai. Quando na comunidade regional se falava “são terras do posto”, tratava-se do posto, tudo isso incluía a chamada reserva, que é a terra indígena toda. Naquele momento reserva e posto se confundiam, vindo praticamente até os dias do presente quando criada a FUNAI, resolve mudar o nome dos postos<sup>238</sup>.

Santos informa ainda que a palavra *reserva* está ligada aos atos administrativos de final do século XIX, início do século XX, quando o governo do Paraná, ao *reservar* as terras para os Kaingáng, utilizou-se deste termo, o qual ainda é empregado presentemente, embora com menos frequência<sup>239</sup>.

Cabe ainda reiterada observação em relação ao exaustivo exame a respeito da datação nas alterações do nome do PI. A presente pesquisa pautou-se em documentos de época e em período eleito como recorte temporal (1939/1952), não se encontrando registros nem declaração sobre a denominação PI Dr. Selistre de Campos, anterior ao ano de 1957.

Em documento redigido pela Regional Sul do CIMI, datado de dezembro de 1977, elaborado *por ocasião da passagem dos 20 anos da Morte do Sr. Antonio Selistre de Campos*, encontra-se a seguinte redação:

---

<sup>237</sup> SANTOS, Sílvio Coelho dos. **Entrevista concedida à Ninarosa Mozzato da Silva Manfroi**, em 02 de julho de 2007, Florianópolis/SC.

<sup>238</sup> SANTOS, **Entrevista...**cit., 02 de julho de 2007.

<sup>239</sup> Id.

Após sua morte, em reconhecimento a sua dedicação à causa indígena, o próprio SPI conferiu seu nome a este PI, nome este que perdurou por mais de uma década, justamente os anos em que mais sofreram os Índios com os abusos do órgão oficial<sup>240</sup>.

A declaração acima leva à análise, até que outras fontes afirmem posição diversa, de que o PI, criado pelo SPI em 1941, recebeu inicialmente o nome de *PI Chapecozinho*, como consta grafado no jornal *A Voz de Chapecó*, datado de 8 de dezembro de 1957<sup>241</sup>, e todos os demais manuseados, cuja matéria foi redigida por ocasião do falecimento de Antonio Selistre de Campos. Logo, baseando-se nas fontes, o PI passou a chamar-se PI Dr. Selistre de Campos após a morte deste, conforme documento do CIMI, e permaneceu com esta denominação por mais de 10 anos.

Outra análise sobre as fontes reforça tal hipótese, pois, na matéria referente à passagem de sua morte, não consta que o PI levava seu nome, quando é mencionada a proteção que dispensava aos indígenas:

Democrata e humanitário fez-se conhecido como protetor e orientador dos selvicolas que ainda existem no PI do Chapecozinho, defendendo seus direitos, propagando pelo respeito a condição que lhes assegura a Constituição Federal<sup>242</sup>.

Provavelmente, tais divergências são advindas da generalização da fala empregada no cotidiano, relacionada à atenção que Antonio Selistre de Campos dispensava aos Kaingáng. Assim, pelo senso comum que se sobrepôs aos documentos, adotou-se o nome PI Dr. Selistre de Campos e, mais tarde, por ação de reconhecimento, o SPI regulariza a denominação por um breve espaço de tempo. Sobre estas apropriações de utilização de um grupo, Halbwachs relata que *a memória coletiva tira sua força e sua duração do fato de ter por suporte um conjunto de homens, não obstante eles são indivíduos que se lembram, enquanto membros do grupo*<sup>243</sup>. Para o grupo, o PI chamava-se Dr. Selistre de Campos, até pelo esforço empreendido e demonstrado por este em sua implantação. Ainda segundo Halbwachs, o ponto de vista muda conforme o lugar ocupado pelo observador ocasionando divergências, *todavia quando tentamos explicar*

---

<sup>240</sup> A Corda que Forcejava. In: **Selistre de Campos. Um Homem em Defesa...** et. seq.

<sup>241</sup> Jornal **A Voz de Chapecó**. Dr. Antonio Selistre de Campos. 08 de dezembro de 1957. Acervo CEOM, Chapecó/SC.

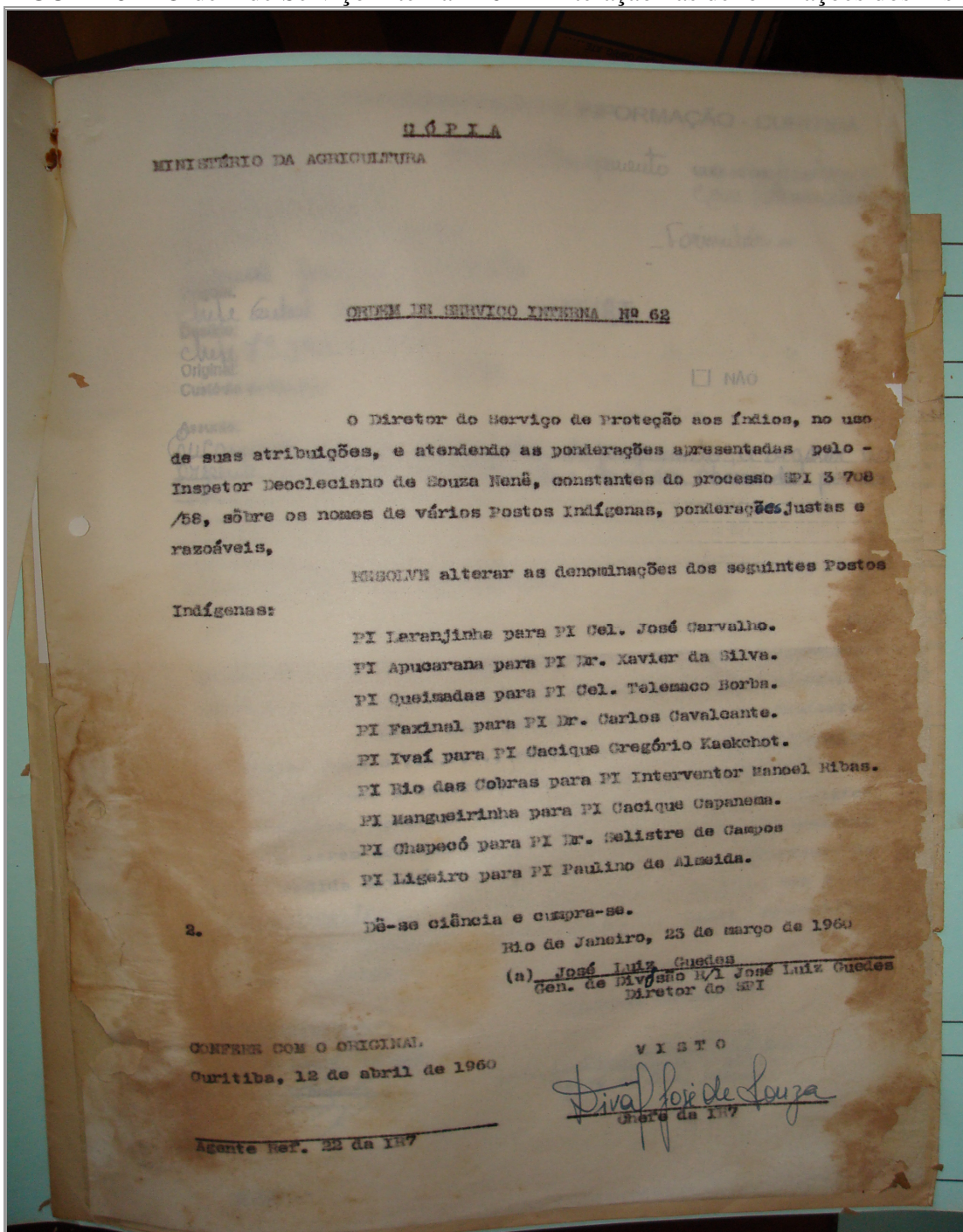
<sup>242</sup> Id.

<sup>243</sup> HALBWACHS, op. cit., p. 55.

essa diversidade, voltamos sempre a uma combinação de influências que são, todas, de natureza social<sup>244</sup>.

Ocorre que, após saída à campo ao acervo da FUNAI em Paranaguá/PR, localizou-se documento onde tais dúvidas são dirimidas, ao menos no que concerne a datação da nomeação PI Dr. Selistre de Campos:

FIGURA 8 – Ordem de Serviço Interna nº 62 – Alteração nas denominações dos PIs



FONTE: Acervo FUNAI, Paranaguá/PR.

<sup>244</sup> Id.

A fonte apresentada revela a data de 23 de março de 1960, processo *SPI 3 708/58*, quando a ordem de serviço interna foi assinada pelo Diretor do SPI, na época, o senhor José Luiz Guedes<sup>245</sup> que, após as ponderações do Inspetor Deocleciano de Souza Nenê, fez cumprir as alterações nominais de alguns PI, entre eles a do PI Chapecó passando a chamar-se PI Dr. Selistre de Campos.

Neste capítulo, percebeu-se a atuação do SPI, a precariedade financeira e as expectativas de Antonio Selistre de Campos na esperança de que, com a implantação do PI, os Kaingáng receberiam a atenção que julgava merecidas. No entanto, isto não ocorreu devido à nova fase de administração do SPI que não era mais a de Rondon, mas agora administrado por funcionários públicos qualificados, mas, em sua maioria, não comprometidos com a causa indígena.

No capítulo seguinte, a criação da primeira escola, a atenção com a saúde e a temática da terra serão abordadas, sendo que, do conjunto das três, o tema da terra foi o mais defendido e divulgado nos artigos de Antonio Selistre de Campos no que se refere à temática Kaingáng.

---

<sup>245</sup> Militar, no cargo de Coronel esteve na direção do SPI no período de 1957/1060. In: LIMA, op. cit., p. 239.



## Capítulo 3

### Os Temas Educação, Saúde e Terra nos Artigos Jornalísticos

O aspecto que marcou o período do Estado Novo (1937-1945) foi o governo centralizador que dissolveu o Congresso Nacional e os legislativos estadual e municipal, assumindo as responsabilidades dos Poderes Executivo e Legislativo, abrangendo setores da economia, saúde e educação.

Uma das iniciativas de Vargas no primeiro período de seu governo, nos inícios dos anos 30, foi a decisão da educação partir do centro para a periferia, sendo criado o Ministério da Educação e Saúde em novembro de 1930<sup>246</sup>. Além disso, a educação deveria considerar a adaptação das escolas às características regionais, o que levava a um plano educativo não uniforme<sup>247</sup>.

A simpatia que Antonio Selistre de Campos nutria pelo presidente Vargas foi demonstrada diversas vezes em artigos publicados no jornal *A Voz de Chapecó*. Com base nas fontes e nas entrevistas com o senhor Raul José de Campos, pode-se considerar a ação de implantar uma escola para os indígenas no ano de 1937, bem como a preocupação com a saúde dos Kaingáng, uma forma de contribuir com o projeto desenvolvimentista e nacionalista de Vargas, que estavam voltados para atender as características de cada região.

Em 1936, foi aprovado por Vargas o Decreto nº. 736, que deu novo regulamento às atividades do SPI, incluindo-se intenções de *nacionalizar* os indígenas. Destaca-se o item “b” do Artigo 1º: *pôr em execução medidas e ensinamentos para a nacionalização dos selvícolas, com o objetivo de sua incorporação à sociedade brasileira*<sup>248</sup>.

Igualmente na década de 30, o SPI iniciou a implantação de diversas escolas em comunidades indígenas<sup>249</sup>, estando esse ensino voltado para *a integração à sociedade*

---

<sup>246</sup>FAUSTO, op. cit., p. 331-337.

<sup>247</sup>Ibid., p. 340.

<sup>248</sup>**Decreto nº. 736, de 06 de abril de 1936.** Acervo FUNAI, Paranaguá/PR.

<sup>249</sup>MAIA, Delta Maria de Souza. Educação Wapixana: ontem e hoje. Comunicação apresentada no IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Ensino de História. In: NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe (Org.). **Coletânea de Artigos Inéditos** (in memorian). Florianópolis, 2007. Material inédito ainda não publicado, p. 3.

*nacional, através de um processo de substituição gradativamente da sua cultura pela cultura dita civilizada*<sup>250</sup>.

A Legislação Indigenista apresenta diagnóstico em relação à modalidade de ensino indígena considerando-se o contexto histórico referido:

No Brasil, desde o século XVI, a oferta de programas de educação escolar às comunidades indígenas esteve pautada pela catequização, civilização e integração forçada dos índios à sociedade nacional. Dos missionários jesuítas aos positivistas do Serviço de Proteção aos Índios, do ensino catequético ao ensino bilíngüe, a tônica foi uma só: negar a diferença, assimilar os índios, fazer com que eles se transformassem em algo diferente do que eram. Nesse processo, a instituição da escola entre grupos indígenas serviu de instrumento de imposição de valores alheios e negação de identidades e culturas diferenciadas<sup>251</sup>.

Recentemente, as escolas, no ambiente de grupos indígenas, passaram por novos significados, representando um meio para *assegurar o acesso a conhecimentos gerais sem precisar negar as especificidades culturais e a identidade grupal*<sup>252</sup>. O que se percebe na atualidade, quando nas pesquisas de campo à TI Xaçupé/SC, é a *conquista da cidadania*<sup>253</sup> por meio da educação, em que os professores indígenas são também, alunos universitários. O acesso ao conhecimento geral, na conjugação da valorização da própria cultura em suas especificidades, tem contribuído para essa conquista.

Neste capítulo, poderá se acompanhar, por meio do jornal *A Voz de Chapecó*, as notícias que foram veiculadas sobre a escola e o professor indígena que ministrava as aulas para seus pares, e observar o diferencial em relação aos processos implantados pelo Governo Vargas, SPI e missionários, em que o sistema de educação era conduzido por não-indígenas<sup>254</sup>.

---

<sup>250</sup> TAUKANE, Darlene. **A história da educação escolar entre os Kurâ-Bakairi**. Cuiabá: Ed. do autor, 1999, p. 111,113.

<sup>251</sup> MAGALHÃES, Edvard Dias (Org.). **Legislação indigenista brasileira e normas correlatas**. Brasília: FUNAI/DEDOC, 2002, p. 217.

<sup>252</sup> Id.

<sup>253</sup> Uma alusão ao Projeto, **Kaingáng: na conquista da cidadania**, de autoria de Ana Lúcia Vulfe Nötzold.

<sup>254</sup> A responsabilidade da educação indígena passou da FUNAI para o Ministério da Educação/MEC por meio do Decreto nº 26 de 04 de fevereiro de 1991, e deste, para as secretarias estaduais de educação, que na opinião de Magalhães, *criou-se uma situação de acefalia no processo de gerenciamento global da assistência educacional dos povos indígenas. O ensino diferenciado exige das instituições e órgãos responsáveis a definição de novas dinâmicas, concepções e mecanismos, tanto para que estas escolas sejam de fato incorporadas e beneficiadas por sua inclusão no sistema oficial, quanto para que sejam respeitadas em suas particularidades*. In: MAGALHÃES, op. cit., p. 218, 219 e 225.

Do mesmo modo que o tema de terras, o da educação também foi pauta na Assembléia Legislativa no pleito de conseguir a aposentadoria para o professor indígena Felicíssimo Belino.

Nesse mesmo jornal, encontram-se o empenho e a preocupação também com a saúde. Antonio Selistre de Campos deixou publicadas, as visitas do Dr. César Sartori, médico que se deslocava de Lages/SC à Chapecó/SC para tratar da saúde dos indígenas.

No entanto, as publicações não significaram mudanças imediatas ou equalização de ações ou a redução do preconceito para com os Kaingáng, devido a posicionamentos voltados aos interesses que envolveram especialmente a questão de terras no período da colonização do Oeste Catarinense. As fontes demonstram que Antonio Selistre de Campos conquistou aliados à causa indígena, mas também opositores que se manifestaram contra os Kaingáng.

Os temas da educação, da saúde e da terra foram abordados por Antonio Selistre de Campos em seus artigos, sendo preocupação constante nas comunidades indígenas. Delta Maria de Souza Maia, no conteúdo de sua tese em História Cultural, contemplando a temática indígena, apresenta o *tripé: terra, saúde e educação*. Este tripé é considerado, refletido e proposto por Maia na seguinte perspectiva:

O nosso paralelo é colocarmos as vias de acesso da terra, educação e saúde, as bases da organização política e social dos povos do lavrado em especial os Wapixana e Makuxi, para as suas sobrevivências na manutenção de seus patrimônios culturais e de suas vidas, a saúde é um bem indissociável da vida humana complementada pelas emoções e manifestações das estruturas mentais, em outras palavras, o intelecto elos também inseparáveis da vida humana, seja nas suas versões formais e informais a educação, nessa perspectiva é que lançamos o trinômio terra, saúde e educação como as bases da sustentação da organização social e política indígena, esses elos na formação de uma corrente positiva de identificação política, se aproxima do conjunto da etnicidade dos Makuxi, Wapixana e outros povos<sup>255</sup>.

Segundo a pesquisadora que desenvolveu estudos sobre a própria etnia, os Wapixana da Aldeia Serra da Moça, da Terra Indígena Raposa Serra do Sol em Roraima/RR, este tripé passa a fortalecer-se com *a formação dos primeiros professores*

---

<sup>255</sup> MAIA, Delta Maria de Souza. A União como opção: de tradicionais adversários a atuais aliados, Wapixana e Makuxi na luta pelos direitos de cidadania dos povos indígenas em Roraima – 1900/1988. NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe (Org.). **Capítulos Tese Inéditos** (in memoriam). Material inédito ainda não publicado. Florianópolis, Julho/2007, Capítulo III, p. 26 e 27.

*indígenas,(...) que irá caminhar paralelamente a reconquista da terra, (...) sendo a escola uma instituição não mais alienante e sim uma via formadora do processo da educação formal e informal em favor dos indígenas (...)*<sup>256</sup>.

Referindo-se à saúde, Maia relata que, através da convivência *não amistosa, ora ou outra conflituosa*, o não-indígena foi acabando com *os processos preventivos e curativos da medicina indígena tradicional*, o que causou, com o passar do tempo e até hoje é sentido, a prática da adoção, por parte dos indígenas, da medicina tradicional ocidental, que, segundo Maia, gerou *uma relação de dependência*<sup>257</sup>.

A proposta dos estudos de Maia é fortalecer este tripé complementado pela saúde, uma vez que os indígenas *Makuxi, Wapixana e de outras etnias sentem a necessidade da revitalização urgente da sua medicina tradicional, a memória oral está recheada deste assunto*. No pilar proposto por Maia, a saúde com base na medicina indígena tradicional é *um dos pilares da organização indígena*, devido ao seu *conhecimento bio diverso, (...) temos também os seus médicos, que podem ser identificados no curandeiro e na figura mítica e poderosa do pajé*<sup>258</sup>.

No desenvolvimento das entrevistas em história oral na TI Xaçecó/SC, os depoimentos das senhoras Divaldina Luiz Jacinto (1945-), moradora da aldeia Pinhalzinho, e Matilde Koito (1953-), moradora da aldeia Jacu, confirmam o exposto por Maia de que a *memória oral está recheada deste assunto*. A Dona Divaldina Luiz Jacinto, conhecida como Dona Diva, é quem diagnostica a utilização e aplicação das ervas medicinais, juntamente com a Dona Matilde, curandeiras. Estas indígenas, que colaboraram com seus relatos orais, confirmam que, hoje, a mata está escassa das ervas, sendo difícil achar algumas delas, o que tem levado ao cultivo das ervas em hortas<sup>259</sup>.

Nos artigos redigidos por Antonio Selistre de Campos, encontram-se registros que compõem a história dos Kaingáng, em que se constata o empenho para assegurar o direito à terra e ao desenvolvimento, tanto da educação, quanto da saúde. Empenho este que transformou, num primeiro momento, a cultura indígena devido à implantação de um plano de governo desenvolvimentista aplicado através da “Marcha para o Oeste”, no governo Vargas.

---

<sup>256</sup> Ibid., p. 25.

<sup>257</sup> Id.

<sup>258</sup> Ibid., p. 25 e 26.

<sup>259</sup> JACINTO, Divaldina Luiz. **Entrevista concedida à Ninarosa Mozzato da Silva Manfroi** em 20 de junho de 2006, Terra Indígena Xaçecó/SC. KOITO, Matilde. **Entrevista concedida à Ninarosa Mozzato da Silva Manfroi** em 24 de abril de 2007, Terra Indígena Xaçecó/SC.

Na atualidade, percebe-se, nas pesquisas de campo à TI Xaçecó e nas entrevistas realizadas, entre outras ações, o processo de revitalização da cultura indígena evidenciado pelos Kaingáng, na tentativa da retomada da prática da sua medicina tradicional, com o manejo das plantas medicinais aplicada à saúde indígena.

Na educação, apresentam trajetória onde se pode dizer que a maior conquista está na composição do quadro de docentes da Escola Indígena de Educação Básica Cacique Vanhkrê<sup>260</sup>, localizada na aldeia Jacu, em sua quase totalidade com professores indígenas que acumulam o papel de alunos universitários. Quanto à terra, a escritura já se encontra lavrada em cartório desde 1965, mas segue numa constância de tentar reaver a extensão inicial estipulada no Decreto nº 7, já exposto anteriormente.

Dentre os três temas, identifica-se na saúde a necessidade premente sinalizada pelos Kaingáng em sintonia com o tripé apontado por Maia, na revitalização de sua medicina indígena tradicional.

Esses assuntos são elementos da explanação que se fará no decorrer deste terceiro capítulo.

### 3.1. A criação da primeira escola para os Kaingáng

Halbwachs comenta sobre como os registros históricos chegam até o presente, uma vez que, na maioria das vezes que se estuda o passado, não se é testemunha dos acontecimentos nele ocorridos, pois *não me foi possível ser testemunha do próprio acontecimento; atendo-me aqui às palavras que ouvi ou li, sinais reproduzidos através do tempo, que são tudo o que me chega desse passado*<sup>261</sup>. Assim, as fontes primárias e secundárias, sejam elas escritas ou orais, são de fundamental importância para acessar

---

<sup>260</sup> A partir de 1975, a comunidade indígena em idade escolar, que, desde 1960, recebia escolarização de 1ª a 4ª série na Escola Estadual São Pedro – localizada na Aldeia Água Branca – TI Xaçecó –, passou a ser atendida na Escola Isolada Federal Posto Indígena Xaçecó. Em 1984, passa a chamar-se Escola Isolada Federal Vitorino Kondá, situada na aldeia Jacu. Por meio da portaria E488/88 de 30 de dezembro de 1988, a escola passa a atender também ao ensino de 5ª a 8ª série, passando de Escola Isolada para Escola Básica Federal Vitorino Kondá. Em 1994, pela Portaria 221/94, teve seu nome alterado para Escola Básica Vitorino Kondá. Em 1997, novamente, seu nome foi alterado para Colégio Estadual Vitorino Kondá. As alterações se deram na busca de ampliar o atendimento escolar à comunidade indígena. A Portaria E/014/SED de 27 de janeiro de 1998 autorizou o atendimento à 1ª série do ensino médio. No ano de 2000, foi pioneira no país, ao formar a primeira turma de ensino médio, em escola localizada em Terra Indígena. A partir de fevereiro/2000, por decisão coletiva, passou a denominar-se Escola Indígena de Educação Básica Cacique Vanhkrê, após a comunidade ter realizado estudo sobre a personalidade de Vitorino Kondá. In: NÖTZOLD, **Nosso vizinho...** p. 16-29.

<sup>261</sup> HALBWACHS, op. cit., p 59.

diferentes versões do passado e acompanhar o processo histórico no tempo em suas mudanças, atualizações, reelaboraões e retomadas.

Os documentos demonstram que Antonio Selistre de Campos sentia-se muito a vontade no relacionamento que mantinha com os indígenas e, da mesma forma, os indígenas sentiam-se com ele, pois diziam que *ele foi o único homem que atendeu o índio. Quando chegava o índio era mesma coisa que atender o filho dele*<sup>262</sup>.

Quando indicou Francisco Siqueira Fortes (1942/1948) para o cargo de encarregado do PI, em substituição à Leodônio Quadros (1942), mantinha correspondência com aquele registrando a preocupação com a saúde e com a educação. Em carta enviada, datada de primeiro de outubro de 1942, fez menção à preocupação com a educação: *Permita-me lembrar a conveniência de não cansar de insistir com os índios para não deixarem os Indiozinhos faltarem à escola e insistir com estes, os Indiozinhos, para que não falem*<sup>263</sup>.

O primeiro registro que chegou ao conhecimento desta pesquisadora fazendo menção à escola para os indígenas e a seu professor, Felicíssimo Belino, foi a publicação de uma pesquisa sobre os Kaingáng da TI Xaçecó, que registrava a existência da escola e do professor, cujos custos eram mantidos por Antonio Selistre de Campos. Tal informação auxiliou a pesquisa e proporcionou reflexão quando do manuseio do jornal *A Voz de Chapecó*.

O conhecimento inicial a respeito da existência dessa escola foi adquirido no registro efetuado por Nötzold, a partir do relato de história oral da então diretora da Escola Indígena de Educação Básica Cacique Vanhkrê, a professora Eliane Trevisan Cassol<sup>264</sup>:

Desde 1912 já havia professor que atendia as crianças da comunidade, o atendimento era realizado nas casas, sendo que em 1947 tiveram como professor Felicíssimo Belino, que era pago pelo Sr. Selistre de Campos, as aulas eram ministradas debaixo das árvores<sup>265</sup>.

---

<sup>262</sup> FAG-JÓ-TÁ. **Depoimentos**. In: **Selistre de Campos. Amigo e Defensor dos Índios de Xaçecó e suas Terras**. 1978. Equipe de Pastoral Indígena – Diocese de Chapecó. Acervo CIMI, Chapecó/SC.

<sup>263</sup> Por uma melhor assistência aos Índios. In: **Selistre de Campos. Um Homem...** et. seq.

<sup>264</sup> A professora Eliane Trevisan Cassol foi diretora da Escola no período de 1990 a 2003. A partir desse ano até a escrita desta dissertação (fev/2008), permanece como diretora da Escola a professora Anísia Fátima Belino.

<sup>265</sup> NÖTZOLD, **Nosso Vizinho...**, p. 21.

Pollak<sup>266</sup> discorre que as lembranças, muitas vezes, não estão relacionadas às datas em sua precisão, mas sim, a alguma ordem sensorial que marca o momento e fica registrada na memória de quem viveu o fato e depois, o transmitiu por meio da oralidade. É o que se percebe no relato de Cassol<sup>267</sup> em que a data diverge dos documentos escritos. Atribui-se o fato aos mecanismos de memória uma vez que, a escola representa ser algo antigo e por algum motivo, a data de 1912 foi escolhida pelos indígenas que, por meio da oralidade transmitiram dentro de sua comunidade.

Nötzold<sup>268</sup>, através da metodologia de história oral e Arruda<sup>269</sup>, na utilização de documentos, comungam da mesma menção quanto à existência dessa escola. O que se pretende, na apresentação do tema educação, são a sistematização e complementação das informações divulgadas e veiculadas no jornal *A Voz de Chapecó* e em documentos redigidos por Antonio Selistre de Campos.

Em um desses documentos, Antonio Selistre de Campos faz descrição dos Kaingáng informando que *são em número superior a quatrocentas almas e estão disseminados pelos toldos conhecidos pela designação de Jacu, Banhado Grande, Pinhalzinho e Chapecó*. Após, informa algumas características em que se encontravam, dizendo que *em sua quase totalidade são analfabetos, salvo um ou outro, que fora criado na casa de alguma família não índia, que os ensinara a ler ou algum índio vindo de algum dos toldos do Paraná*<sup>270</sup>.

No mesmo documento, menciona que conheceu apenas um índio, de nome *Pedro Luiz*, que sabia ler e escrever, e que ouviu falar de outro, *que lecionava primeiras letras na casa de Christiano dos Santos, morador no mesmo município*<sup>271</sup>.

Esses documentos são importantes para se acompanhar as condições cotidianas dos indígenas que foram registradas por Antonio Selistre de Campos, bem como a conjugação com o tempo presente e a dedicação ao estudo, em que enfrentaram as dificuldades relativas ao acesso à educação, sendo que hoje alguns deles estão na condição de alunos universitários. O documento ora citado compõe-se de 7 laudas, e em

<sup>266</sup> POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: Edições Vértice, vol. 2, n. 3, 1989, p. 11.

<sup>267</sup> CASSOL, Eliane Trevisan. **Entrevista concedida à Ana Lúcia Vulfe Nötzold**. Florianópolis, 12 de junho de 2000.

<sup>268</sup> Para maiores informações sobre a educação e o ensino diferenciado remete-se o leitor às pesquisas de NÖTZOLD, Ibid., totalidade do capítulo 1.

<sup>269</sup> ARRUDA, op. cit., p.44.

<sup>270</sup> CAMPOS, Antonio Selistre de. **Notas**. Documento Manuscrito, sem data. Acervo CIMI, Chapecó/SC.

<sup>271</sup> Id.

sua primeira página informa que *esses humildes silvícolas vivem em extrema pobreza, não tem escolas, embora haja aproximadamente talvez 70 ou 80 crianças em idade escolar e nunca os poderes públicos se preocuparam em construir estradas para a zona que habitam*<sup>272</sup>. Posteriormente, a escola criada por Antonio Selistre de Campos passou por processo de municipalização, conforme divulgado em cinco de março de 1950 no jornal *A Voz de Chapecó*:

#### Índios

Os Índios Caingangos de Chapecó, antes que o S.P.I. estendesse sua ação até os seus toldos, com os próprios recursos e trabalhos pessoais, construíram uma casa para escola, modesta embora, mas fizeram, funcionando as aulas, com um professor particular, depois transformada em escola municipal, até que finalmente foi criada uma escola do serviço federal. Fazem roças, plantações e trabalham na extração de herba mate<sup>273</sup>.

A escola, embora modesta como mencionado no artigo, foi construída pelos próprios indígenas e Antonio Selistre de Campos registrou em fotografia enviando-a ao filho Raul José de Campos com o seguinte manuscrito: *Escola dos Índios, fundada e mantida por mim. Pela marcenaria, não honra o fundador, vale, porém, a intenção. 15-Fev 1939*. Na fotografia apresentada a seguir, observa-se ao lado direito do quadro, o professor Felicíssimo Belino ladeado por seus alunos.

---

<sup>272</sup> Id.

<sup>273</sup> Jornal *A Voz de Chapecó*. Índios. 05 de março de 1950. Acervo CEOM, Chapecó/SC.



FIGURA 9 – Escola dos Índios. Verso da fotografia. Manuscrito datado de 15 de fevereiro de 1939

Ao Sr. Sr. Sr.  
 Raul José de Castro  
 Escola dos Índios, fundada  
 e mantida por mim. Pela  
 gratidão, não houve  
 o fundador, vale, porém,  
 15 - Fev. 1939

FONTE: CEOM, Chapecó/SC.

FIGURA 10 – Escola dos Índios



FONTE: CEOM, Chapecó/SC.

No mesmo artigo publicado no jornal *A Voz de Chapecó* com o título *Índios*, Antonio Selistre de Campos se refere ao preconceito, vinculando esse tema à educação e à escola. O preconceito foi a matriz que permeou todo o artigo, inspirado a partir de matéria publicada no jornal *Diário de Notícias*, de Porto Alegre, datado de 8 de outubro de 1949. Na escrita, deixa registrada sua indignação à falta de interesse e conhecimento de alguns autores de artigos, publicados em meios de comunicação com circulação abrangente, pela influência que exercem na opinião pública:

É Lamentável que jornalistas, ou pessoas que fazem parte da imprensa brasileira, se abalancem a escrever em jornaes de vasta circulação sobre os nossos Índios, sem terem estudado, lido alguma cousa ou ao menos manifestado algum interesse em conhecer o que significou, e ainda hoje representa, esse importante fator na constituição da nacionalidade brasileira<sup>274</sup>.

<sup>274</sup> Id.

Nesse trecho inicial, o autor refere-se à formação da identidade nacional, sendo esta considerada por Marilena Chauí como *ideologia do “caráter nacional brasileiro”, a nação é formada pela mistura de três raças – índios, negros e brancos – e a sociedade mestiça desconhece o preconceito racial*<sup>275</sup>. Será? Fica o questionamento para reflexão. Chauí ainda faz o contraste, o contraponto da formação da identidade, em que *a “identidade nacional” pressupõe a relação com o diferente*<sup>276</sup>.

O exercício da identidade, segundo Stuart Hall não é imutável, mas constantemente se apresenta em mecanismo de mudança e transformação, construído a partir das diferenças. Sendo assim, a formação da identidade está ligada não só ao passado, mas à interação com os acontecimentos do presente, em que os recursos influenciam não no que nós somos, mas no que nos tornamos<sup>277</sup>.

Dando seqüência ao artigo, o juiz ressalta as diferenças, inclusive entre os indígenas, peculiares às suas etnias:

Erra o reporter, de início, quando, citando Fernando de Azevedo com dados extraídos de seu livro – A Cultura Brasileira, referentes a característicos fisionômicos de uma ou outra tribo, procura generaliza-los a todos os Índios brasileiros, contrariando a realidade, como se sabe, e até na escola primaria se aprende, que havia diferenças pronunciadíssimas de agrupamentos raciaes, com tipos completamente diferenciados, fisicamente e em variados graus de civilização, embora, incipiente<sup>278</sup>.

E no parágrafo seguinte, insere o tema do preconceito aos indígenas, o qual ainda permanece na sociedade não-indígena na atualidade, como uma decorrência histórica do contato, da dominação, e de algumas resistências no que diverge da cultura ocidental:

Depois diz o jornalista que os índios a quem falou, pediram, como não podiam deixar de o fazer, são suas palavras – dinheiro. Não só para fumar como para beber, por que é uma raça condenada pelo alcool, pela sífilis e pela desnatalidade. Esquece o jornalista, se é que algum dia soube, que esse vicio e molestia, os pobres Indios adquiriram após terem entrado em contacto com os civilizados<sup>279</sup>.

---

<sup>275</sup> CHAUI, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. 5ª impressão. Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, SP, 2004, p. 26.

<sup>276</sup> Ibid., p., 27.

<sup>277</sup> HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 107 a 109.

<sup>278</sup> Jornal **A Voz de Chapecó**. Índios. 05 de março de 1950. Acervo CEOM, Chapecó/SC.

<sup>279</sup> Id.

E finalizando o artigo, envia um parecer ao repórter:

Se o ilustre repórter dos Diarios Associados nos permitisse a liberdade e tivesse o desejo de fazer um juízo seguro sobre os Índios brasileiros, daqui lhe enviaremos o parecer, não queremos dizer conselho, de ler o Prefacio do General Rondon, ao livro Índios do Brasil, da autoria do coronel Lima Figueiredo, em 2ª edição da Livraria José Olímpio e a Viagem ao Brasil, de Jean de Lerry e nada mais<sup>280</sup>.

Em 7 de maio do mesmo ano, num artigo de primeira página do jornal *A Voz de Chapecó*, o qual vem sem assinatura, o autor lamenta que *a imprensa dos jornaes das capitaes dos Estados, quando se refere aos nossos Índios, o fazem em linguagem depreciativa, injuriosa e em regra, injusta*<sup>281</sup>. O autor refere-se à essa matéria publicada no jornal *Diário de Notícias*, e ainda à outra, veiculada no jornal *Correio do Povo*, ambos de Porto Alegre/RS. Nesse último jornal foi publicada *a fotografia de um pobre homem que costuma perambular pelas ruas da cidade gaúcha de Santo Ângelo, classificando-o como ébrio habitual e índio*.

Ao abordar o assunto, o autor do artigo do jornal *A Voz de Chapecó*, apresentou editorial dizendo que *queremos crer que tal procedimento não seja originado de ódio ou preconceito contra os humildes silvicolos brasileiros, e sim por displicencia ou indiferença por esse capital problema etnológico, qual seja o estudo dos Índios brasileiros*<sup>282</sup>, mencionando que em edições passadas do jornal *A Voz de Chapecó*,

A pequena tribo existente de Índios Caingang, à margem direita do rio Chapecosinho, neste município, no Toldo Jacu, contíguo ao denominado Banhado Grande, com os próprios recursos e trabalhos, construíram uma casa, embora de madeira, para funcionamento de uma escola e residência do professor, este também índio, no ano de 1937. Chama-se o dito professor Felicíssimo Belino e conta hoje mais de 70 anos de idade, tendo, o Governo Catarinense lhe prometido uma pensão de Cr\$ 300,00 mensaes<sup>283</sup>.

A ação contra o preconceito, tendo como referencial modificador a educação e a escola, estão presentes nesses artigos, bem como a chamada para a *indiferença* relativa ao estudo dos Índios brasileiros.

---

<sup>280</sup> Id.

<sup>281</sup> Jornal *A Voz de Chapecó*. Os Índios. 07 de maio de 1950. Acervo, CEOM, Chapecó/SC.

<sup>282</sup> Id.

<sup>283</sup> Id.

Os artigos publicados que mencionam o professor Felicíssimo Belino são anteriores a 1950. No ano de 1949, o jornal trazia um pequeno histórico sobre o referido professor e o trâmite de pleito para sua aposentadoria como consequência aos serviços prestados ao ensino:

Felicíssimo Belino

O nome acima, que serve de título a estas linhas, é o de um humilde brasileiro, que em sua mocidade exerceu a profissão de professor particular de primeiras letras.

No ano de 1937 foi criada uma escola municipal, no lugar denominado Toldo Banhado Grande, no distrito de Abelardo Luz, neste município.

Não havendo candidato ao preenchimento da dita escola, com quitação militar, pessoa habilitada.

Felicíssimo Belino, para atender à vontade dos Índios, moradores do dito Toldo, foi ali lecionar particularmente<sup>284</sup>.

No mesmo texto, ainda consta que o professor Felicíssimo Belino foi nomeado professor municipal durante o mandato do prefeito Sr. Pedro da Silva Maciel (1936/1939) em Chapecó:

Mais tarde, quando exercia o cargo de Prefeito Municipal o sr. Pedro da Silva Maciel, foi concedida uma subvenção mensal de cr\$ 50,00 (cincoenta cruzeiros), ao dito professor, que posteriormente viu recompensado seu esforço e dedicação ao ensino, com a nomeação de professor municipal<sup>285</sup>.

O acompanhamento da leitura permite conhecer o estado de saúde do professor e a dificuldade em relação à sua aposentadoria:

Passaram-se alguns anos e, ultimamente, no ano findo, tendo Felicíssimo Belino adoecido gravemente, não mais pode atender convenientemente ao ensino de seus alunos.

Em janeiro do corrente ano, continuando doente o humilde professor, mediante atestado médico, fornecido pelo Chefe do Posto de Saúde do Estado, em Chapecó conseguiu uma licença de seis meses, para tratamento de saúde<sup>286</sup>.

No jornal *A Voz de Chapecó*, datado de 20 de fevereiro de 1949, localizou-se a concessão de licença médica do professor Felicíssimo Belino:

---

<sup>284</sup> Jornal **A Voz de Chapecó**. Felicíssimo Belino. 30 de outubro de 1949. Acervo Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, Florianópolis/SC.

<sup>285</sup> Id.

<sup>286</sup> Id.

Prefeitura Municipal de Chapecó

Portaria de 4-2-1949

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei e nos termos do artº 155, letra a. combinado com o artº. 157, do Decreto-Lei nº. 700, de 28 de outubro de 1942, resolve:

**Conceder Licença**

A Felicíssimo Belino, ocupante do cargo de professor Municipal, padrão <G>, do Quadro Único do Município, com exercício na escola mista Municipal da localidade denominada <Banhado Grande>, no distrito de Abelardo Luz, neste Município, de 6 meses para tratamento de saúde, conforme atestado médico.

Prefeitura Municipal de Chapecó, 4 de Fevereiro de 1949.

Vicente Cunha

Prefeito Municipal

Norberto José Lunardelli

Fiscal Dist. Resp p. Secretario Municipal <sup>287</sup>

As fontes revelam que o professor Felicíssimo Belino, não obtendo melhora, solicitou prorrogação da licença de saúde a qual não foi ampliada:

... finda a mesma, não pode obter prorrogação.

Não melhorou, e, como solução para sua situação triste e precária, teve de pedir exoneração. Felicíssimo Belino é descendente de Índios Caingang, conta 78 anos de idade e está em extrema pobreza.<sup>288</sup>

Nesse trecho do artigo, encontram-se informações sobre as condições de pobreza e dificuldade no tratamento com a saúde. Aqui, identifica-se o lado positivo de existirem hoje dois postos de saúde na TI Xaçepó/SC (um na aldeia Jacu e outro na aldeia Pinhalzinho), o que, provavelmente, teria ajudado o professor Felicíssimo Belino.

O artigo longo, mas necessário na sua correlação dos temas abordados por Antonio Selistre de Campos, e as articulações em diferentes instâncias em prol dos Kaingáng, ultrapassando a esfera de circulação do jornal:

A conselho de um amigo dirigiu uma petição À Assembléia Estadual de Santa Catarina, solicitando uma pensão.

Parece-nos que será o caso de uma aposentadoria, mas o pobre homem não é mais professor, porque foi aconselhado a pedir exoneração de seu cargo e, na sua humildade, supondo não ter outro caminho a seguir, pediu e “obteve” sua demissão.

Será que o caso é insolúvel?<sup>289</sup>

<sup>287</sup> Jornal **A Voz de Chapecó**. Prefeitura Municipal de Chapecó. 20 de fevereiro de 1949. Acervo Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, Florianópolis/SC.

<sup>288</sup> Jornal **A Voz de Chapecó**. Felicíssimo Belino. 30 de outubro de 1949. Acervo Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, Florianópolis/SC.

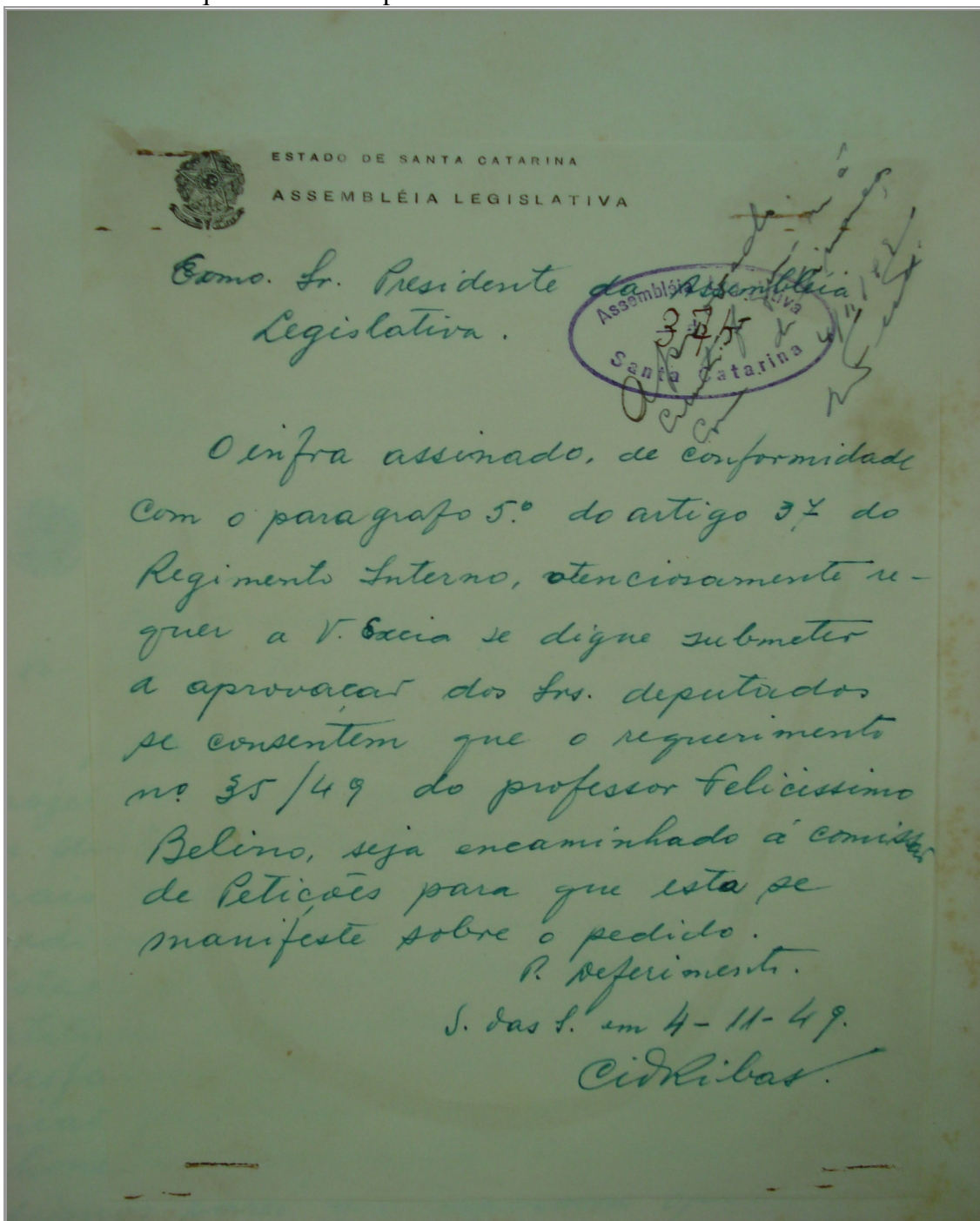
<sup>289</sup> Id.



Em documento datado de 4 de novembro de 1949, cinco dias após a matéria ter sido publicada no jornal, o deputado Cid Loures Ribas encaminhou requerimento solicitando a aprovação, por parte dos deputados, da aposentadoria de funcionário público do professor Felicíssimo Belino.

Observa-se no topo do documento, a seguir, que tal solicitação foi aprovada para encaminhamento no mesmo expediente.

FIGURA 11 - Requerimento de Aposentadoria do Professor Felicíssimo Belino



FONTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Florianópolis/SC.

Pela leitura que se fez dos documentos, entende-se que os Kaingáng receberam incentivo na valorização da educação desde a implantação da escola, refletindo atualmente no interior da aldeia na importância atribuída ao estudo.

Este fato se pode acompanhar pelo depoimento do Cacique Orides Belino (-2003), que foi cacique na TI Xapecó no período de 1999 a 2003, quando participou da abertura do Curso de Extensão em Auxiliar e Técnico em Enfermagem Kaingáng, em Aula Magna proferida em 2002 na Sala dos Conselhos da Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC, numa ação conjunta entre o LABHIN, a UFSC e o Curso de Enfermagem:

A pior coisa da vida é o preconceito, a discriminação. Ao longo da história fizeram que o povo indígena não conseguisse caminhar com as próprias pernas, mas tá aí uma demonstração de que nós estamos vivos. E isso demonstra que com a vontade, queremos um dia melhor. (...) Damos um passo e quebramos um preconceito mostrando a vontade, de que os índios têm suas qualidades.

Eu sempre lutei por isso professor Rodolfo<sup>290</sup>, que um dia eu chegava aqui, né, com luta, com garra, sem brigar. O tempo da briga foi o tempo da escravidão, do preconceito, da discriminação. Mataram muito meu povo por ser radical, por serem guerreiros, contra o meu povo.

Nós temos que guerrear hoje no papel, nós temos que guerrear na democracia, na inteligência,... E digo pro Sr., se eu cheguei aqui não foi com briga. Foi com muita dedicação, carinho e humanidade. Igualdade de pensamento. E pensava assim, um dia eu chego lá no prof. Rodolfo, que eu tenho certeza que vai abraçar a causa indígena<sup>291</sup>.

Por meio desse depoimento, pode-se fazer o exame da repercussão da primeira escola surgida dentro da aldeia, e daquilo que aprenderam do conhecimento não-indígena e que, com o passar do tempo, foi agregado à sabedoria indígena. Este aprendizado foi empregado fora da aldeia na defesa de seus direitos enquanto povo de cultura diferenciada. Dessa maneira, podem bem representar-se, defender-se e buscar direitos para a comunidade Kaingáng, abrangendo o benefício alcançado, ao mesmo tempo, para outras etnias indígenas.

A Constituição Federal de 1988 assegurou aos povos indígenas a implantação de currículos diferenciados com o objetivo de atender suas necessidades específicas. Além

---

<sup>290</sup> Rodolfo Pinto da Luz foi Reitor da UFSC nos períodos de 1984/1988 e 1996/2004.

<sup>291</sup> BELINO, Orides. **Aula Magna do Curso de Enfermagem Kaingáng**. Sala dos Conselhos. Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC. 15 de maio de 2002. Fita VHS nº 39. Duração 1:09''00'. Acervo Videoteca do LABHIN/UFSC.



disso, a Constituição do Estado de Santa Catarina de 1989, cumprindo a carta magna, assegurou às comunidades indígenas *processos próprios de aprendizagem*<sup>292</sup>.

Nötzold desenvolve pesquisas na área de educação indígena e relata que, a partir de 1989, *a ampliação da escolaridade básica foi pioneira no sul do país*, uma vez que ao terminarem a 4ª série do ensino fundamental nas escolas da TI Xapecó, os alunos, ou abandonavam os estudos, ou seguiam para centros maiores a fim de concluí-los<sup>293</sup>.

De 1989 aos tempos atuais, as lideranças e as famílias conseguiram o transporte escolar (sendo responsabilidade, da Secretaria do Estado da Educação e do Município de Xanxerê) entre as aldeias da TI Xapecó facilitando o acesso à educação e a continuidade dos estudos na Escola Indígena de Educação Básica Cacique Vanhkrê<sup>294</sup>.

Embora no nome da Escola conste *Educação Básica*, hoje a escola atende, além do ensino fundamental, também o ensino médio. *No final do ano 2000, a Escola formou a primeira turma de ensino médio em escola localizada em Terra Indígena, sendo pioneira no país*<sup>295</sup>.

Na análise de Nötzold, a Constituição Federal possibilitou o currículo diferenciado mas, foi por meio do Núcleo de Educação Indígena/NEI, que o currículo foi de fato viabilizado<sup>296</sup>.

Percebe-se no esclarecimento quanto a sua própria história e direitos, o meio pelo qual tem ocorrido a superação de obstáculos presentes na vida indígena, revelado na fala que foi proferida pelo Cacique Orides Belino direcionada aos componentes da mesa, na ocasião o Reitor da UFSC professor Rodolfo Pinto da Luz, representantes da FUNAI, representantes do Estado de Santa Catarina, aos seus pares indígenas e a todos os presentes na abertura dessa Aula Magna.

A experiência das pesquisas de campo – a pesquisa empírica – é insubstituível e complementar a todo e qualquer conhecimento proveniente tão só da teoria. Quando se está dentro da aldeia, observa-se que os indígenas não manifestam preconceito para com os não-indígenas. Provavelmente porque eles conhecem mais da cultura não-indígena do que o não-indígena da cultura indígena, fato evidenciado no processo de sobrevivência pelo qual eles têm passado, sendo forçados, pelas circunstâncias, a conhecer e se relacionar com culturas diferentes da deles.

---

<sup>292</sup> NÖTZOLD, *Nosso vizinho...*, p. 19-20.

<sup>293</sup> Ibid., p. 23.

<sup>294</sup> Ibid., p. 24.

<sup>295</sup> Ibid., p. 29.

<sup>296</sup> O NEI foi criado em 31/03/1995, junto à Secretaria de Estado da Educação e do Desporto de Santa Catarina, oficializado pela Portaria 4038/95/SED e ratificado pela Portaria E414/1996. Ibid., p. 30.

Passaram, e se adaptaram, por aprendizados, mudaram alguns hábitos decorrentes da escassez da matéria-prima na confecção de artesanatos, mas ainda conservam parte de suas tradições. Apesar das mudanças em seus hábitos, continuam a ser índios. Com tranquilidade e respeitando seu próprio tempo, vão fazendo suas conquistas, reivindicando seus direitos, porém aguerridos para demover obstáculos provenientes do preconceito de serem índios.

### 3.2. Dr. César Sartori: atendimento médico aos Kaingáng

Em 10 de março de 1941, sob o título Índios IV, Antonio Selistre de Campos assinava o artigo com o pseudônimo “S” informando sobre a visita do Dr. César Sartori e fornecendo pequena biografia do médico visitante:

#### Índios IV

Visitou os toldos de Jacu e Banhado Grande, dos índios deste município, na primeira quinzena do mez passado, o sr. Dr. César Sartori, medico residente em Lages. A razão de ser desta excursão do conceituado clinico italiano, que há mais de quarenta anos está residindo no Brasil, na cidade acima referida, onde é estimadíssimo e acatado pela população, dado o seu espírito humanitário e competência de cientista, é que o S. S. já visitou os índios de Goiás, Pará, Mato Grosso, Paraná e Rio G. do Sul<sup>297</sup>.

Lembra-se ao leitor que Antonio Selistre de Campos foi nomeado pelo governo catarinense para o cargo de inspetor escolar em Lages, no período de 1912 a 1913, junto ao Grupo Escolar Vidal Ramos, oportunidade em que provavelmente conheceu o médico, já que há 40 anos este residia no Brasil, na cidade de Lages, conforme a fonte apresentada.

Ainda na seqüência deste mesmo artigo, informou que o Dr. César Sartori emitiu correspondências ao

sr. Dr. Roquete Pinto, escritor antropologista, que se tem ocupado também da vida dos nossos índios, e ao sr. General Rondon, igualmente ao Presidente da República, sugerindo a criação de assistência medica permanente aos ditos indios brasileiros, para combater as moléstias endêmicas e epidêmicas, de que os mesmos vem sendo vitimas há quatrocentos anos, morrendo à mengua e penúria, baldos de todos os recursos<sup>298</sup>.

<sup>297</sup> Jornal *A Voz de Chapecó*. Índios IV. 10 de março de 1941. Acervo CEOM, Chapecó/SC.

<sup>298</sup> Id.

Pelo relato do artigo, é possível verificar aspectos da vida cotidiana nos jornais, em especial neste caso, a fragilidade da saúde indígena pós-contato. *É certo* como o próprio Antonio Selistre de Campos menciona, que em *Chapecó, que é cidade, sede de um município importante, até há dois anos atrás não havia medico nem farmacêutico*<sup>299</sup>.

Ainda em 1941, em artigo apresentado no capítulo 2 desta dissertação, sob o título Índios, Antonio Selistre de Campos fazia considerações a respeito da instalação do PI Chapecó. Retoma-se o artigo em sua parte final, onde trata sobre a saúde:

O aludido Posto precisa realizar imediatamente a sua finalidade, isto é, a proteção dos Índios.

É necessário que se consiga ao menos, periodicamente, a ida de um medico em visita aos toldos, para prestar alguma assistência aos índios, pois, a permanência efetiva de um clinico, como sugere, por espírito de humanidade, o Dr. César Sartori, de Lages, é um ideal quazi irrealizável.

Alguma cousa já temos, mais uma pouca de boa vontade, e o Posto entrará em seu regular funcionamento<sup>300</sup>.

Em 06 de abril de 1945, Antonio Selistre de Campos redige mais uma carta ao então encarregado do posto Francisco Siqueira Fortes a respeito do atendimento médico aos indígenas:

O prefeito municipal conseguiu do governador do Território (do Iguaçú) uma verba para gratificar um médico, que fosse morar em Xanxerê, para visitar todos os meses os Índios e atendê-los em suas moléstias, mas, até agora não apareceu médico formado que quisesse ir, mas espera-se que há de aparecer<sup>301</sup>.

Na edição de 20 de março de 1941, em artigo sem assinatura, sob o título *Dr. Sartori*, o autor menciona que o médico que se deslocou de Lages visitou o toldo dos índios e que agora, *vimos em mão do Dr. Juiz de direito desta comarca, diversas fotografias dos ditos índios na companhia daquele cientista, tiradas como recordação dessa visita*<sup>302</sup>.

Na pesquisa de campo desenvolvida, entre um acervo e outro, se pôde unir os fatos, por meio dos documentos, encontrando-se uma das fotos mencionadas na notícia acima, publicada no livro de Zedar Perfeito da Silva, quando da sua pesquisa e passagem

---

<sup>299</sup> Id.

<sup>300</sup> Jornal **A Voz de Chapecó**. Índios. 20 de abril de 1941. Páginas 1 e 4. Acervo CEOM, Chapecó/SC.

<sup>301</sup> Por uma Melhor Assistência aos Índios. In: **Selistre de Campos. Um Homem ....** et. seq.

<sup>302</sup> Jornal **A Voz de Chapecó**. Dr Sartori. 20 de abril de 1941. Acervo CEOM, Chapecó/SC.

por Chapecó, em que o referido autor menciona que a foto foi doada por Antonio Selistre de Campos:

Contávamos com um bom trabalho do dr. Selistre de Campos sobre os índios de Chapecó, S.S., além de profundo conhecedor da vida dos índios desta região, tem sido o seu grande protetor.

E dando seqüência ao texto, faz referência sobre a atuação do SPI:

Entretanto, parece-nos que para não ferir suscetibilidade, o ilustre magistrado não nos enviou o prometido trabalho. É voz corrente que o Serviço de Proteção aos Índios de Chapecó deixa muito a desejar.

Por gentileza do dr. Selistre de Campos, fixamos estes flagrantes dos índios Caingang, de Chapecó<sup>303</sup>.

No citado *flagrante*, pode-se observar o Dr. César Sartori ladeado pelos indígenas aos quais, mesmo que esporadicamente, prestava assistência médica:

---

<sup>303</sup> SILVA, Zedar Perfeito da. Op. cit, p. 331, 334.

FIGURA 12 – Os Índios de Chapecó

Dr. Sartori entre os índios do Toldo Banhado<sup>304</sup>.

---

<sup>304</sup> Ibid., p. 331.

Em 1948, três anos após a veiculação da matéria mencionando que não surgiu médico que quisesse ir morar em Xanxerê para atender os indígenas, Antonio Selistre de Campos publica mais um artigo relatando a respeito da precariedade do atendimento à saúde, bem como sobre duas mortes de indígenas idosos conhecidos seus:

Os Índios estão morrendo

Além dessas duas mortes, de índios nossos conhecidos, temos noticia de haverem ocorrido outros óbitos, não só de homens, como também de mulheres e crianças. Desnecessario é dizer: faleceram esses, e outros vão morrendo, sem assistencia medica<sup>305</sup>.

Na seqüência, apresenta o contato que manteve com o diretor do SPI sobre a saúde dos indígenas, levando ao conhecimento dos leitores do jornal a resposta do diretor:

Não faz muito tempo subimos ao alto dos nossos tamancos e perguntámos a um ilustre Diretor do S.P.I. se haveria possibilidade de prestar assistencia medica aos índios...

“Ah!” Respondeu o ilustre funcionario do S.P.I. – “Infelizmente a esse problema ainda não pudemos dar solução”<sup>306</sup>.

Ainda segue opinando que,

Nosso pensamento é que poderia ser destinada uma parcela minima, de qualquer verba, para que alguns poucos dos milhares de medicos funcionarios publicos, de Departamentos de Saude, no Sul, Centro o Norte do País, com gratificação especial, visitassem os toldos dos índios, pelo nosso querido País afora, ao menos em tempos desses surtos epidemicos.

Os pobres índios estão morrendo à mingua, disse-nos o nosso informante, mas o bom Deus sempre fornece um consolo aos infelizes. O mal que os vai vitimando, dizem, é a febre, uma especie de tifo<sup>307</sup>.

*A febre, uma espécie de tifo* referida por Antonio Selistre de Campos, foi uma doença contraída pós-contato, para a qual os indígenas não tinham adquirido imunidade, necessitando do atendimento médico do não-indígena. E se tal atendimento não vinha dos órgãos oficiais e da medicina convencional, o acolhimento vinha pela medicina

---

<sup>305</sup> Jornal **A Voz de Chapecó**. Os Índios estão morrendo. 19 de dezembro de 1948. Acervo CEOM, Chapecó/SC.

<sup>306</sup> Id.

<sup>307</sup> Id.

tradicional das ervas, conhecida e praticada pelos indígenas, e por alguns não-indígenas, como demonstra a fonte, a exemplo do curandeiro Ricardo:

Nessa emergencia dolorosa de sofrimento e desamparo, o conforto aos morituros surge na pessoa de um humilde curandeiro, o Ricardo, preto velho, analfabeto, mais pobre do que os índios, que se vão extinguindo, na indigencia, morador em pleno sertão, algumas leguas longe dos enfermos, fatalmente condenados á morte, mas, aos quaes, nesse transe irremediavel, lhes vem trazer a solidariedade de ser humano, nessa ultima esperança de medicação ilusória<sup>308</sup>.

A expressão, utilizada por Antonio Selistre de Campos sobre a *medicação ilusória*, está relacionada à cultura médica ocidental do não-indígena, voltada para a utilização e aplicação dos medicamentos farmacológicos, e o *curandeiro Ricardo*, vinha atender à tradição da medicação conhecida e praticada pelos indígenas na utilização de ervas medicinais, juntamente ao contato com o mundo imaterial através dos pajés e curandeiros.

Nötzold registra que, *graças ao domínio sobre as plantas, estes habitantes conheceram também outras de suas propriedades, como as plantas curativas, as alucinógenas e as venenosas (utilizadas para a caça e a pesca) e baseando-se nestas propriedades, aperfeiçoaram o seu sistema de saúde*<sup>309</sup>.

Não se encontrou nos artigos de Antonio Selistre de Campos nenhuma menção a utilização de ervas medicinais por parte dos indígenas, provavelmente pela descrença do juiz nesta medicação.

Devido às suspensões do jornal por censura policial, existe um hiato de informações entre os anos de 1946 a meados de 1948. Somente na edição de quatorze de maio de 1950, encontrou-se apontamentos referente à saúde dos indígenas. Porém, neste período expressivo sem tais notícias, o assunto não foi esquecido por Antonio Selistre de Campos, mas foi esquecido pelo SPI que não tomou providências quanto a assistência médica efetiva à comunidade indígena.

A nota, dividida em duas partes, com textos nas páginas 1 e 4, foi publicada na edição de 14 de maio de 1950. Trazia em seu texto a informação de que

---

<sup>308</sup> Id.

<sup>309</sup> NÖTZOLD, *Nosso vizinho...*, p. 51.

no corrente ano ocorreram entre as creanças índias dos Toldos Banhado Grande e Jacu, onde existe o Posto Indígena de Chapecó, do Serviço de Proteção dos Índios, neste município, inúmeros casos de coqueluche, ou tosse comprida, dos quaes nove foram fataes<sup>310</sup>.

Na nota encontrou-se a informação que alguns índios adultos morreram por falta de assistência hospitalar. Neste tempo, os médicos Drs. Carlos Kvitko e Jacir Melxer de Xanxerê procuraram prestar assistência aos indígenas sem muitos resultados devido à falta de medicamentos. Em função dessa carência, foram *solicitadas providencias á Inspeoria do S.P.I. de Curitiba, foi respondido não ser possível atender por falta de verba*<sup>311</sup>.

O SPI passava há certo tempo por privações financeiras que, além de mencionadas pelo Inspetor do SPI, vinham sendo anunciadas pelo jornal em artigos anteriores. Em artigo assinado com as iniciais “S”, Antonio Selistre de Campos faz um breve histórico desde a criação do SPI em 1910, comparando as condições financeiras iniciais com as relatadas por ele naquele momento do ano de 1941:

Verbas foram votadas pelos orçamentos Públicos visando sempre e cada vez mais realizar, e melhorar, o Serviço de Proteção aos Índios.

Não eram grandes as quantias obtidas mas pouco a pouco e em zig zags foram aumentando as dotações até o ano de 1930, em que atingiu a 3.880:000\$000.

O serviço não era ideal, mas, muita cousa já fôra feita em prol dos pobres e míseros índios.

No ano imediato, 1931, a verba destinada ao S.P.I. passou a ser 1.560:000\$.

Desnecessário é dizer que desmoronou toda a organização, indo, como foi, águas abaixo, quase todo o trabalho de 20 anos.

No ano passado já escrevemos nestas colunas a este respeito e de novo nos ocupamos do mesmo assunto, porque entendemos que serão bem empregados todos os esforços que lhe sejam dedicados<sup>312</sup>.

A saúde, com o passar do tempo, apresentou modificações que podem ser observadas dentro da aldeia pela estrutura física atual. Hoje existe um posto de saúde na aldeia/sede Jacu e outro na aldeia Pinhalzinho que são atendidos por enfermeiras que se

---

<sup>310</sup> Jornal **A Voz de Chapecó**. Falta de Assistencia. 14 de maio de 1950. Acervo Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, Florianópolis/SC.

<sup>311</sup> Id.

<sup>312</sup> Jornal **A Voz de Chapecó**. Índios II. 20 de abril de 1941. Acervo Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, Florianópolis/SC.



deslocam de Xanxerê para as aldeias, diariamente, em carro da Fundação Nacional de Saúde/Funasa<sup>313</sup>. O senhor Aldonir Jacinto (1967-), conhecido por todos e apresentando-se como *Tuca*, é sobrinho da Dona Divaldina Luiz Jacinto e responsável pela locomoção desses profissionais. Em entrevista de história oral, nos conta a importância do atendimento da saúde dentro da terra indígena embora, em se tratando de males advindos de infecção, entre o medicamento da farmácia e o da tradição indígena, prefere *as ervas por que o mal não retorna e o remédio da farmácia tem um porém, porque certas horas é até bom nem usar porque prejudica mais até, no meu ponto de vista, e a erva de raiz não, né*<sup>314</sup>.

Percebe-se o quadro de fragilidade em relação à saúde indígena: de um lado a instalação do posto de saúde na TI proporcionando a facilidade no atendimento médico e farmacêutico, e de outro, que esses medicamentos vêm substituindo gradativamente a utilização das ervas medicinais, principalmente entre os indígenas mais jovens.

O professor Dalgir Pacífico Ránkán diz ter aprendido com seu pai algumas aplicações das ervas medicinais, a exemplo da dor de bexiga, utiliza a erva de tucano, *que neste mato aqui, ainda tem bastante. Quanto ao preparo, diz ser fácil só tira ela e cozinha com uns trinta minuto mais ou menos, né, daí tira pra esfriar e depois toma depois da alimentação, ou antes né. Pra dor de bexiga é um remedião. Este é o benefício*<sup>315</sup>.

Na comparação do passado com o presente, no relato oral da Dona Matilde Koito<sup>316</sup>, observa-se a adaptação à realidade na sua atuação como curandeira:

---

<sup>313</sup> A partir de 1999 o Ministério da Saúde, por meio da Funasa assumiu a estruturação do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena/SASI, articulado com o Sistema Único de Saúde/SUS. O sistema veio a atender as diretrizes estabelecidas pela Constituição Federal. Disponível em: Funasa. **Saúde Indígena**. <http://www.funasa.gov.br/> Acesso em 15 de dezembro de 2007.

<sup>314</sup> JACINTO, Aldonir. **Entrevista concedida à Ninarosa Mozzato da Silva Manfroi** em 24 de abril de 2007, Terra Indígena Xapecó/SC.

<sup>315</sup> RÁNKÁN, Dalgir Pacífico. **Entrevista...** cit., 23 de abril de 2007, Terra Indígena Xapecó/SC.

<sup>316</sup> Dona Matilde Koito é filha do senhor Vicente Fókaê (1914-2006), que foi pajé e um dos rezadores do Kiki. O Kiki é um ritual de culto aos mortos, celebrado por três rezadores da aldeia. Para tanto, precisava haver mortos das duas metades exógamias Kamé e Kairú. O parente de uma das metades é que encomendava o ritual. Desde 2004 esta prática não ocorre mais por faltarem os rezadores, que eram os homens mais velhos da comunidade indígena. Até então, este ritual era somente praticado na Terra Indígena Xapecó/ SC. A respeito do ritual do Kiki ver NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe. **O ciclo de vida Kaingáng** (Org.) Florianópolis: Imprensa Universitária da UFSC, 2004, cap. 5. CREPEAU, Robert R. A Prática do xamanismo entre os kaingang do Brasil Meridional: uma breve comparação com o xamanismo Bororo, p. 113-129. In: **Horizontes antropológicos**. Porto Alegre :Ufrgs, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. v. 8, n. 18. Dez. 2002.

Quem herdou mais dos rituais do pai, fui eu. A gente já nasce com um dom, então né eu tenho o dom assim, de trabalhar com as ervas medicinais, né. Então como eu disse, antigamente eles diziam benze, agora nós entendemos como oração. Eu vejo quando é pra acontecer as coisa, né, como se fosse Kujã. Mas só que não é os bichinho que me contam, já é Deus que me fala. Já é diferente, que agora já não existe mais aqueles bichinho, já não tem mato, né. A coisa mudou também, né. Não existe mais nem os bichinho de antigamente. Daí as coisa muda, né <sup>317</sup>.

A Dona Matilde Koito ainda faz uma diferenciação entre Pajé e Kujã e a relação com o mundo dos animais:

O pajé lida com o Kiki e ervas medicinais, benzeduras. Já o Kujã eles tinham um guia deles né, era um bichinho as vez era um tigre, gato do mato. O Kujã deles era um bichinho que vinha avisa eles quando ia acontecer alguma coisa. E o Pajé já era mais de dar remédio <sup>318</sup>.

Para Dona Matilde o tratamento com as ervas medicinais, dentro da aldeia, está ficando esquecido,

a maioria estão esquecendo, eles já querem mais..., por exemplo, uma gripe né. Se começa a gripe a gente da um chá ele melhora, né. Mas não, eles já não esperam, né. Eles vão lá no posto de saúde, já pegam antibiótico, daí a gripe já começa a fica..., já resseca, né. E os branco de fora já tão acreditando mais nas ervas medicinais <sup>319</sup>.

Dona Matilde Koito avalia que está havendo um reconhecimento por parte do não-indígena das práticas culturais indígenas, pois a chamam para o município de Abelardo Luz duas vezes por mês, indo também às localidades de Xanxerê e Varjão para atender às solicitações dos não-indígenas para o tratamento com as ervas medicinais. Ao prestar o atendimento, ela leva as ervas e prepara na casa da pessoa, ficando na residência em média de três a sete dias conforme a enfermidade.

Para a Dona Divaldina Luiz Jacinto,

na época do pinhão, nossa farinha era o pinhão, fruta mel, nós andava bem de saúde ninguém sofria. Nós vivia no mato colhendo fruta. Hoje os mais novo já não escutam tanto os mais velhos. Se eu morrer, né, conforme, né, quem que vai explicar pros novo? Por isso que eu disse, tem que ponha na memória pra

---

<sup>317</sup> KOITO, Matilde. **Entrevista concedida à Ninarosa Mozzato da Silva Manfroi** em 20 de junho de 2006, Terra Indígena Xapecó/SC.

<sup>318</sup> Id.

<sup>319</sup> KOITO, Matilde. **Entrevista concedida à Ninarosa Mozzato da Silva Manfroi** em 24 de abril de 2007, Terra Indígena Xapecó/SC.

eles vê, segurá! Um dia eu não vô dura toda vida. Tomara mesmo que eu vô fica que nem a mãe, que morreu com 105 ano<sup>320</sup>.

Ao precisar de uma consulta médica conta que o profissional perguntou para ela:

Porque que vocês tão agora atrás do nosso remédio branco? Eu disse brigado, ocê me toca esse aqui, e levantei, sabe. Daí eu disse, tá! Agora nós tamo, vocês..., eu disse médico, vocês tem que cuida mais nós do que vocês, disse. Por que? ele disse. Porque por causa de vocês nós tamo doente. Por causa do que? Não temo nada de come, não tem peixe, não temo mel, termino o nosso mato. Onde que nós vamo junta pra planta? Agora eu vejo, índio, esse ano, três índio com operação de pedra no rim. Nunca um índio sofre disso. É a comida. Nós tamo comendo comida de branco<sup>321</sup>.

Com as alterações na alimentação e o contato com o não-indígena, as doenças se modificaram e as ervas já não ajudam tanto quanto no passado. Dona Diva agradece o atendimento médico e odontológico recebidos, mas, sente saudades do passado.

Nas pesquisa de campo à TI Xaçecó, os indígenas demonstram a importância da utilização das ervas medicinais e, ao mesmo tempo, certa preocupação com os mais novos pela facilidade com que utilizam os medicamentos farmacológicos.

A Dona Matilde conserva o anseio de passar os ensinamentos do preparo das ervas para atendimento de primeiros socorros, principalmente para as mulheres, por estarem num convívio mais próximo com os filhos, procurando manter a transmissão dos ensinamentos, pela tradição oral.

### 3.3. Terra: o tema em questão

Halbwachs afirma que *tudo se entrelaça, e não podemos prever no momento quais serão as repercussões de um acontecimento, e mesmo em que regiões do espaço se propagarão*<sup>322</sup>. É o que se pode analisar nas repercussões dos artigos de Antonio Selistre de Campos, que ecoaram além dos limites da cidade de Chapecó, apesar das dificuldades de comunicação para a época.

---

<sup>320</sup> JACINTO, Divaldina Luiz. **Entrevista concedida à Ninarosa Mozzato da Silva Manfroi** em 20 de junho de 2006, Terra Indígena Xaçecó/SC.

<sup>321</sup> Id.

<sup>322</sup> HALBWACHS, op. cit., p. 111.

Essas repercussões fazem parte de um mesmo contexto, desencadeado em acontecimentos distintos que se completam nas diversidades de opinião, sejam expressas nos jornais, sejam discutidas entre os deputados na Assembléia Legislativa.

O conjunto da pressão exercida publicamente para a instalação de um PI e a defesa das terras dos Kaingáng, insistentemente abordada, resultou na efetivação do registro público lavrado em cartório no ano de 1965, documento já apresentado.

Além da publicação dos artigos, Antonio Selistre de Campos redigia e enviava *cartas relatórios* para as autoridades da época, a fim de mantê-los informados, e igualmente deixar claro que alguém estava supervisionando as empreendidas a favor ou contra os indígenas.

Após sua aposentadoria em 1947, Antonio Selistre de Campos começa a atuar no cenário sócio-político com maior exposição, assinando seu nome completo. No ano de 1951 envia relatórios ao Deputado Paulo Marques; em 1953 ao Governador de Santa Catarina, Irineu Bornhausen, e em 1957 ao Presidente da República Sr. Juscelino Kubistschek de Oliveira<sup>323</sup>. Todos eles denunciando conflitos de terras entre os não-indígenas e os Kaingáng.

Tais relatórios, na contextualização desta pesquisa, demonstram o empenho de Antonio Selistre de Campos na defesa das terras dos Kaingáng, uma vez que a terra é o local de origem no mito de nascimento deste povo<sup>324</sup>. Transcrevemos abaixo fragmento da carta relatório enviada ao Presidente da República em 1957:

Respeitoso solicito se digna desculpar-me da intromissão em assuntos, que a primeira vista, parece escapar a minha atribuição, pela situação em que me encontro, de humilde magistrado aposentado. Acontece, porém que ao tempo em que estive na atividade e exercício da magistratura, nesta comarca, fui chamado a intervir contra a prática de uma injustiça, prestes a ser consumada, e que fracassou, há quase vinte anos (20) passados, ou seja, no princípio do ano de 1934. E DESDE ENTÃO A LUTA DOS HUMILDES ÍNDIOS DE CHAPECÓ, COM A CONSEQUENTE PERDA DE GRANDE PARTE DE TERRAS DEVOLUTAS DO ESTADO<sup>325</sup>.

---

<sup>323</sup> Documentos acervo CEOM, Chapecó/SC.

<sup>324</sup> Para saber mais sobre o mito de origem do povo Kaingáng, consultar obra citada: NÖTZOLD & MANFROI (organizadoras). **Ouvir Memórias Contar Histórias...** passim.

<sup>325</sup> CAMPOS, Antonio Selistre de. **Relatório enviado ao Presidente da República em 1957**. Acervo CEOM, Chapecó/SC.

A adoção da Lei de Terras, a partir de 1850, deu ao Estado imperial o controle sobre as terras devolutas, uma vez que, no regime anterior de concessão de sesmarias<sup>326</sup>, as terras eram passadas de forma livre e desordenada ao patrimônio particular<sup>327</sup>. Porém, a Lei de 1850 não acabou com as práticas da passagem das terras devolutas para o domínio privado.

Silva comenta que, *com a passagem das terras devolutas para o domínio dos estados, na Constituição de 1891, levou-se para o âmbito estadual a decisão a respeito das duas políticas: terra e mão-de-obra*. Daí a resposta do governador do Estado do Paraná em atendimento ao pedido do Cacique Vanhkrê, originando o Decreto nº 7 em 1902, sobre a terra hoje ocupada pelos Kaingáng entre os rios Chapecó e Chapecozinho, uma vez que um dos dispositivos da Lei de Terras era de que o governo reservaria terras devolutas para a *colonização indígena*<sup>328</sup>. Nesse estudo, o enfoque recai sobre a terra e não sobre a mão-de-obra<sup>329</sup>.

A temática da terra foi o tema com o qual Antonio Selistre de Campos mais se ocupou, redigindo e publicando artigos até o ano de 1957. Esse tema foi pauta na sessão ordinária da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Ata de nº. 134, em 4 de novembro de 1948, publicada regularmente como resenha dos trabalhos no Jornal *O Estado* de Florianópolis, edição nº. 10.384 em 5 de novembro do mesmo ano. Na primeira página do jornal, observa-se no título da resenha a defesa aos Kaingáng:

NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA. Indicação dos sr. Orty Machado. – **O sr. Cide Ribas defende os Índios Coroados.** – Moção de aplausos ao sr. Alfredo Campos. – O sr. Armando Calil e o porto de Laguna. – emendas apresentadas ao projeto de orçamento, pelo sr. Estivallet Pires. – outras notas.<sup>330</sup> (sem grifos no original)

Na ocasião, o deputado Cid Ribas, representante do município de Chapecó, apresentava o problema mencionado nos artigos de Antonio Selistre de Campos sobre a ameaça de posse da terra ocupada pelos Kaingáng às margens do Rio Chapecó. Na

---

<sup>326</sup> Sistema criado em Portugal no final do século XIV. Visava acabar com terras ociosas tornando-as cultiváveis sob pena de perda de domínio. Ao sistema ser trazido para o Brasil, não deu conta frente a extensão geográfica do Brasil, diferentemente de Portugal. In: SILVA, **Terras devolutas...**, p. 37.

<sup>327</sup> Ibid., p. 334.

<sup>328</sup> Ibid., p. 143.

<sup>329</sup> A respeito da mão-de-obra, remete-se o leitor à obra já citada de SILVA, Lígia Osório. **Terras devolutas e latifúndio: efeitos da Lei de 1850**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.

<sup>330</sup> Jornal **O ESTADO**. Na Assembléia Legislativa. 05 de novembro de 1948. Acervo Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, Florianópolis/SC.

deliberação da sessão, foi requerido e aprovado o envio de telegramas ao Ministro da Guerra<sup>331</sup>, a quem o SPI estava subordinado, e ao Inspetor Regional do SPI em Curitiba. O teor dos protestos solicitava que não fosse permitida a efetivação de medidas constantes em acordo firmado entre o SPI e o advogado contratado por Alberto Berthier de Almeida, que reivindicava as terras ocupadas pelos indígenas.

Nota-se que esse empreendimento, movido por Alberto Berthier de Almeida e pelas ações de Antonio Selistre de Campos, persiste desde o ano de 1933/34, como mencionado pelo próprio juiz na carta enviada ao Presidente da República. Lembramos ao leitor que alguns artigos de Antonio Selistre de Campos foram publicados no jornal Diário da Manhã, na cidade de Passo Fundo/RS, onde residia o senhor Alberto Berthier de Almeida.

Dentre os artigos determinantes para o tema das terras ser pauta na Assembléia de 4 de novembro de 1948, destaca-se o intitulado *O SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS PASSA A SER DE PERSEGUIÇÃO AOS INDIOS DE CHAPECÓSINHO*. Ressalta-se que essa matéria foi assinada sob as iniciais *A. S. Campos*.

O título em caixa alta, na primeira página do jornal de 24 de outubro de 1948, trazia pequena retrospectiva da ocupação de terra dos Kaingáng pautado pelo Decreto nº. 7 de 1902, que reservava a área aos indígenas; o requerimento de Alberto Berthier de Almeida solicitando medição administrativa das terras ocupadas pelos Kaingáng *desde tempos imemoriais* requerendo título de propriedade e a atuação do SPI, que ao invés de defender os direitos indígenas, passou a defender suposto direito do madeireiro de Passo Fundo. Antonio Selistre de Campos, na época registrava publicamente por meio do jornal que o

S.P.I. significa: Serviço de Perseguição aos Índios, mas fiquem todos certos: isto não será impunemente, queremos dizer, será com o nosso protesto, pela imprensa e por todos os meios que estejam ao nosso alcance.

Essa preblenda[sic] é uma espoliação aos pobres índios e um assalto ao Patrimônio Nacional.

O sr. A. Berthier recebeu uma procuração em causa própria de indivíduos que não tinham direito algum.

Esse cidadão quer fundamentar o suposto direito dos taes cidadãos em uma escritura de hipoteca, feita em Guarapuava, no

---

<sup>331</sup> Inicialmente subordinado ao Ministério da Agricultura, pelo Decreto 24700, de 12 de julho de 1933, o SPI é transferido do Ministério do Trabalho para o Ministério da Guerra por entendimento do governo que o indígena enquanto habitante das fronteiras, deveria ser educado para o resguardo da nacionalidade e das fronteiras brasileiras, posteriormente retornando ao Ministério da Agricultura em 1940. LIMA, op. cit., p. 230 a 285.

ano de 1859, a Joaquim Jose Gonçalves e que não foi executada<sup>332</sup>.

Na edição seguinte, do dia 31 de outubro, o assunto sob o título *S. P. I. SIGNIFICA/SERVIÇO DE PERSEGUIÇÃO AOS INDIOS*, dá seqüência ao fato, e o tema foi publicado não só no jornal *A Voz de Chapecó*, mas também no *O Imparcial, Jornal do Povo* de Chapecó/SC e no jornal *O Estado* de Florianópolis/SC. Neste último jornal, foram publicados sequencialmente, mais de 18 artigos sobre o tema das terras.

Na edição d'*A Voz de Chapecó* de 14 de novembro de 1948 foram publicadas, duas matérias sobre o assunto da Assembléia: na página 2, no topo, à esquerda, a matéria *Defesa Dos Indios De Chapecó* com a transcrição dos telegramas enviados ao General Ministro da Guerra no Rio de Janeiro/RJ e ao Inspetor Regional do SPI em Curitiba/PR. A outra, sob o título *O S.P.I. e os Indios Caingangs de Chapecó*, localizada no topo da última página, registrou a manifestação do vereador João Batista Zeca, da Câmara de Vereadores local, a favor dos indígenas. Ambas as matérias foram editadas sem assinatura, porém a primeira vem com a seguinte conclusão: *Vê-se assim que não somos os únicos a erguer nossa voz em defesa dos humildes Índios de Chapecó. Em outro lugar desse periódico na edição de hoje, noticiamos a atitude da Câmara dos srs. Vereadores locais*<sup>333</sup>. Pela análise desta última redação, conclui-se que esses artigos, também foram escritos por Antonio Selistre de Campos.

Em 28 de novembro, *A Voz de Chapecó* publicou pequena nota intitulada *SERVIÇO DOS INDIOS*, relatando que os jornais *Diário da Manhã* de Passo Fundo/RS e *A Voz da Serra* de Erechim/RS, datados ambos de 14 de novembro de 1948, publicaram na íntegra o editorial sobre o *Serviço de Proteção ou Perseguição aos Índios de Chapecósinho*.

Segue o artigo publicado em primeira página, para visualização e interação do leitor, com o tema que envolveu a temática da terra e o SPI<sup>334</sup>:

---

<sup>332</sup> Jornal *A Voz de Chapecó*. O Serviço de Proteção aos Índios passa a ser de Perseguição aos Índios de Chapecósinho. 24 de outubro de 1948. Acervo CEOM, Chapecó/SC.

<sup>333</sup> Jornal *A Voz de Chapecó*. Defesa dos Índios de Chapecó. 14 de novembro de 1948. Acervo CEOM, Chapecó/SC.

<sup>334</sup> Pela importância do artigo, optou-se em apresentá-lo na íntegra.



FIGURA 13 - O Serviço de Proteção aos Indios passa a ser de PERSEGUIÇÃO aos Indios de Chapecósinho

# O Serviço de Proteção aos Indios passa a ser de PERSEGUIÇÃO aos Indios de Chapecósinho

Tantas e taes cousas se nos tem deparado a vida e acontecimentos humanos que supunhamos não mais existirem sáprasas para nós. Engratamos-nos redondamente.

O Serviço de Proteção aos Indios, que ha quasi 40 anos vem atuando no País, passou agora a ser — Serviço de Perseguição aos Indios.

Ha muito tempo não temos noticia do S. Ex.<sup>o</sup>, o sr. General Candido Mariano da Silva Rondon. Que dirá S. Ex.<sup>o</sup>?

Mas, nas estasas governamentais deve haver autoridades justas e dominadas por espirito de humanidade.

Não acreditamos que a ignorancia, a venalidade, a falta de criterio, ou de bom senso, e ambigüo e má fé, seja a regra geral.

Deixemos de divagações e entremos no assunto.

O governo do Estado do Paraná, no ano de 1902, quando esta zona estava sob sua jurisdicção, reservou, por Decreto, uma area de terras no angulo formado pelos rios Chapecó e Chapecósinho, para habitação, uso e covo dos Indios Coroados, que ai se achavam localizados desde tempos imemoriaes.

Vinte anos depois o sr. A. Berthier, de accordo com o sr. E. Lemos, obtem uma procuração em causa propria, de caballos desconhecidos, e requer medição administrativa, quando ditas terras já tinham passado para a jurisdicção catarinense.

O Dr. Procurador Geral do Estado, hoje Desembargador aposentado, Americo Nunes, em fundamentado parecer, opinou que a medição não devia ser aprovada, mas, o Governador, em rapido despacho de poucas linhas, aprovou a medição.

Isto foi no ano de 1927.

Por motivo que ignoramos o interessado não requereu o titulo de propriedade.

As terras tinham pouco valor, a industria da madeira estava em crise e alguns anos passaram, mas, este panorama pouco depois transformouse: uma colonia de 10 alqueiros, que valia 2.000 cruzados, hoje custa 15.000, um milhão de m<sup>2</sup>, custa Cr\$80.000,00; um pinheiro, que se comprava por tres ou quatro cruzeiros, hoje custa 80.

Dai justifica-se o esforço do sr. A. Berthier em obter o titulo de propriedade do qual por muito tempo desinteressou-se, e afinal conseguiu atastar todos os obstaculos, inclusive as objeções que o S.P.I. fazia por intermedio dos antigos Diretores, Coronel Cunha Vasconcelos, Dr. João Maria de Paula e funcionarios do S.P.I. Paulo de Almeida, e sempre reiteradamente ofereciam.

Hoje S.P.I. significa: Serviço de Perseguição aos Indios, mas ficaram todos certos: isto não a o será impasse, e, quem nos dizer, será com o nosso protesto, pela imprensa e por todos os meios que estejam ao nosso alcance.

Essa prebenda é uma espolição aos pobres indios e um assalto ao Patrimonio Nacional.

O sr. A. Berthier recebeu uma procuração em causa propria de individuos que não tinham direito algum.

Esse cidadão quer fundamentar o suposto direito dos taes cidadãos em uma escritura de hipoteca, feita em Guarapuava, no ano de 1893, a Joaquim José Gonçalves e que não foi executada.

Não existe o registro exigido pelo Regulamento de 1854 referente ás terras nacionais.

Ditas terras nunca foram inventariadas, nunca foi pago imposto de transmissão de propriedade.

Diversas dezenas de individuos assinaram a aluidá procuração em causa propria, porém não consta um unico documento publico de qualquer inventario ou arrolamento, nem de parentesco de qualquer deles com o tal credor hipotecario.

Agora o S.P.I. manda entregar as terras ao sr. Berthier.

São 82.000.000 de metros quadrados, representando um valor de mais de dez milhões de cruzados, pelo grande pinhal que nas mesmas terras existe.

O S.P.I. manda os Indios se mudarem para outras terras, o proprio S.P.I. vai mudar o posto, beneficiarias e casas e esgolas que lá construiu.

E' necessario possuir-se uma calma de Santo para escravar-se sobre este assunto com serenidade. Continuaremos.

Da humildade do recente destes sertões, com o devido respeito, levamos este brado de alarma a S. Exa. o sr. General Eurico Gaspar Dutra, equitativo Presidente da Republica.

A consumação da empreitada em marcha constituirá mancha indeleavel na historia de qualquer governo digno e honrado, como vem sendo o de S. Exa. para honra e gloria do nome brasileiro.

Não tenha S. Exa. duvida alguma a este respeito.

A. S. Campos

---

## A VOZ DE CHAPECÓ

Diretor Responsavel: Dr. CID LOURES RIBAS — Diretor Gerente: OLINHO ZIMERMANN

ANO VII | Chapecó, Santa Catarina, 24 de Outubro de 1943 | Gerencia e Officina: Rua Brasil | Nº 206

---

# ACIDENTE DE AVIAÇÃO

Terça-feira ultima, dia 19 do corrente, sobrevoou por esta cidade um avião, como que procurando lugar para aterrissar.

Efectivamente assim era, tanto que o piloto foi obrigado a fazer uma descida forçada, na estrada geral, distante quatro quilômetros desta cidade.

Ao pensar sobre o solo uma das azas esbarrou sobre um toco de madeira, ficando o aparelho bastante danificado.

O avião era de propriedade do sr. Braulio Barbosa Ferraz, de S. Paulo, e dirigido pelo piloto civil Mario Barbosa Ferraz, filho do proprietario, e trazia como companheiros de viagem os srs. Dural Machado Filho e Rui Machado de Almeida.

A causa do desastre foi a pane na alimentação do combustivel de um dos tanques.

Um dos passageiros sofreu ligeira escoriação na testa.

Tinham partido, pela manhã, de Assunção, capital do Paraguai e se dirigiam a Montevideo.

O piloto e seus companheiros, após terem pernoitado no Hotel Sander, desta cidade, viajaram no dia seguinte para São Paulo, tendo feito desmontar o avião, transportando-o de caminhão para Erechim, no visinho Estado do Rio Grande do Sul.

Deviamos estar comemorando mais um aniversario do descobrimento da America. Embora seja essa uma das efemérides de maior significação para os povos do Novo Continente, há muito que, no Brasil perdeu esse caráter, para ficar quasi completamente esquecida. Coisa semelhante ao que acontece com a data do descobrimento de nossa Patria. Nos hoje preferimos comemorar um 29 de outubro, que lembra um acontecimento politico, a relemorarmos as viagens de Colombo e de Cabral, com descobrimentos que a Historia ainda não explicou devidamente. São as transformações de Mentalidade que todos os povos experimentam e que muitas vezes cometem verdadeiros crimes, como esse de relegar ao plano do esquecimento o 12 de outubro. Si o velho Colombo ainda fosse vivo certamente que os festejos em sua honra seriam grandiosos. Mas já está morto há séculos... E' melhor mesmo prestar reverência ao general Góis!...

A.A.

---

## SEMANA DA CREENÇA

### A CONFERENCIA DO DR. RUBENS RAUEN

De accordo com o programa organizado para comemoração da Semana da Creença, no dia 11, foi o Grupo Escolar Marechal Bormann, desta cidade, aberto á visitação das autoridades e paes dos alunos.

As dez horas teve inicio uma festinha escolar, com a concentração dos alunos de um e outro sexo no pátio central.

Os escolares cantaram o Hino á Bandeira, tendo tambem sido recitados monologos, poesias e numero de canto, tomando parte os seguintes alunos: Zenaidé Canali, Victoria Rodrigues, Iracy Gonzaga, Juaci Carbonera, Plinio Ferrari, Lourdes Cavallheiro, Doralina Bressola, Zolmiria B. Silva, Levi e Janai Garcia, Lira Martins, Iglaci Franceschi, Vilmar Pinto, Vilma Ferrari, Valdecir Campos, e Zera Cardoso.

Um grupo de alunos da 3.<sup>a</sup> serie seculou uma aula sob o titulo: A lição de historia, tendo sido muito aplaudido.

Em seguida o sr. dr. Rubens Rauen, convidado previamente pela comissão organizadora da comemoração da Semana da Creença, proferiu ponderada conferencia, sob o tema "Mortalidade Infantil".

De inicio disse que o tema é de profundidade e vastidão incalculavel, por isso falaria resumidamente e a ele somente se referiria, deixando ao seu collega dr. Celso Rauen dissertar na proxima conferencia sobre "Alimentação infantil".

Passou depois a referir observações de sua clinica particular, conchindo que de 100 crianças nascidas em Chapecó, morrem 30, sendo certo que na cidade o numero de obitos infantil é menor do que no interior do municipio, porque o fator principal da mortalidade infantil é a ignorancia, e o nivel cultural dos centros urbanos é melhor do que o do interior.

Fez um apelo a todos a que congregassem seus esforços, autoridades e povo, para disseminar instrução ás mães de familia para que as crianças nascidas sadias não morram por ignorancia ou falta de dedicação e cuidado das mães, o que seria tarefa de facil execução.

As causas principais da mortalidade infantil podem ser divididas em tres ordens:

- 1.<sup>o</sup>) doenças hereditarias e congenitas;
- 2.<sup>o</sup>) doenças infecciosas e suas complicações;
- 3.<sup>o</sup>) erros alimentares.

As doenças hereditarias são as que a criança traz dos pais por herança congenita, as que a criança adquire durante a gestação, cujas principais, entre nós são: sífilis, tuberculose e alcoolismo.

O conferencista desenvolveu, com grande proficiência, a exposição sobre essas causas da mortalidade infantil e passou a explicitar as molestias infecciosas e suas complicações, deixando a parte referente a — erros alimentares, a ser exposta pelo Dr. Rauen.

Proseguindo depois o Dr. Rubens Rauen em sua conferencia explicou as causas da mortalidade infantil e terminou dando conselhos como devem proceder todos aqueles que são responsáveis pela vida e criação das crianças.

Ao terminar a assistencia saudou o conferencista com prolongadas palmas.

Continuaremos no proximo numero.

---

## HOSPEDE

Esteve nesta cidade, o sr. João Batista Machado Vieira, Presidente da Madeireira Santo Antonio Ltda., de Caxias, do Rio Grande do Sul, e proprietario de Serrarias neste municipio.

---

## IMPRESSOS ?

Tip. MINERVA

FONTE: Acervo CEOM, Chapecó/SC.



Por meio das fontes apresentadas até o momento, pode-se analisar que Antonio Selistre de Campos conquistou aliados para a questão dos Kaingáng, mas também opositores que se manifestaram em defesa de supostos direitos.

Percebeu-se nas repercussões, não somente dos artigos, mas também das atitudes de Antonio Selistre de Campos, um efeito catalisador positivo levando aos Kaingáng, na busca e encontro de seu apoio, maior segurança e valorização no interior do grupo. Assim, *são as repercussões, e não o acontecimento, que penetram a memória de um povo que as suporta, e somente a partir do momento em que elas o atingem*<sup>335</sup>.

Conforme a narrativa do senhor Floriano Belino, numa das ocasiões em que procurou Antonio Selistre de Campos, foi para defesa das terras dos Kaingáng, o qual não negou seu auxílio, mesmo já estando aposentado,

o juiz se aposento e o lugar fico pra otro dai ele morava perto do foro assim, quarque uma coisa que o índio, que ele sempre vinha visita o índio, porque uma coisa errada o índio ia lá né, ele ia lá falava com o outro e ele arrumava. Na ocasião o cacique era o tal Pica-pau e o chefe do SPI Nereu Costa estava entregando as terra...vão fazê tudo de novo pros índio... e ele queria manda eu pro Mato Grosso e que ia me prende. Eu me aprontei e levei um índio junto comigo, o João Modesto. Aí fomo em Chapecó, peguemo só um ônibus que passava, a estrada era ruim, e se fomo pra Chapecó. Chegemo lá, e no outro dia fomo na casa do Dr. Selistre, ele já me conhecia e pedimo socorro aí que o negócio tava feio. Aí o Dotor converso comigo e disse vô leva vocês lá no Foro. Ele era manco assim e ai me apresento pro Dotor Juiz, daí ele ta pedindo socorro aí, você prepara um documento especial pra ele pra nada acontece, ninguém vai senta a mão<sup>336</sup>.

O ônibus referido pelo senhor Floriano Belino atende à necessidade de acesso ao transporte coletivo e à comunicação com as localidades próximas. Trata-se de uma realidade da época, ainda atual, apesar das más condições das estradas. A TI Xaçepó é cortada por duas estradas principais<sup>337</sup> que ligam os municípios vizinhos, sendo que o transporte de ônibus atendia, e ainda atende, à comunidade, fazendo linha nesses trechos

---

<sup>335</sup> HALBWACHS, op. cit., p. 111.

<sup>336</sup> BELINO, Floriano. **Entrevista concedida à Ninarosa Mozzato da Silva Manfroi**. Terra Indígena Xaçepó/SC, 20 de junho de 2006.

<sup>337</sup> A SC 480 asfaltada, atravessa a extremidade norte da TI Xaçepó em um trecho de 5Km ligando os municípios de Bom Jesus e Ipuaçú. A outra estrada que liga Bom Jesus a Entre Rios, não é asfaltada com trânsito menos intenso atravessando a área indígena numa extensão de 9Km. In: FERNANDES, Ricardo Cid. **Impactos da UHE Quebra-Queixo sobre a TI Xaçepó – Laudo Antropológico**. Florianópolis, fev. 2001. Acervo NEPI/UFSC.

facilitando o acesso às cidades próximas (Xanxerê, Chapecó, Abelardo Luz, Quilombo, São Domingos, Bom Jesus, Lageado Grande, Marema ...).

Nereu Costa, mencionado pelo senhor Floriano Belino como sendo chefe do SPI, tinha o cargo de encarregado do PI Chapecosinho, desempenhando suas funções no período de 1949/50 a 1964<sup>338</sup>.

O episódio narrado pelo senhor Floriano Belino o enche de orgulho, pois antecedeu o período em que foi cacique da TI Xapecó/SC.

Ao ver o seu povo ameaçado no direito a permanecer na terra, buscou ajuda ao modo de seus parentes Kaingáng no ano de 1934. Esse episódio foi registrado por Wilmar D'Angelis<sup>339</sup> como sendo o primeiro contato entre os Kaingáng e o juiz Antonio Selistre de Campos. Na ocasião, Pedro Pica-pau, mencionado pelo senhor Floriano Belino era uma das autoridades indígenas que participou de uma reunião em Xanxerê, promovida pelo SPI, convocada pelo agente Guimorvan Winkler<sup>340</sup> em 1933, a fim de tratar sobre a medição das terras dos Kaingáng em favor de Alberto Berthier de Almeida, para desalojar os indígenas. As terras e as florestas de araucárias começavam a ganhar valor no Oeste Catarinense na década de 1940<sup>341</sup>.

Este mesmo episódio foi publicado no jornal *A Voz de Chapecó* e, na versão de Antonio Selistre de Campos, a convocação partiu do Engenheiro do Ministério do Trabalho Carneiro Diniz. Tais informações foram registradas por Antonio Selistre de Campos em artigo publicado de primeira página, no dia 20 de março de 1941, o qual se transcreve parcialmente:

#### INDIOS V

Em virtude de uma série de reclamações por algumas pessoas, que se julgavam prejudicadas a respeito de terra ocupadas pelos índios, em Dezembro de 1933, veio a este município o Engenheiro Carneiro Diniz, do Ministério do Trabalho.

Na segunda quinzena daquele dito mês e ano, realizou-se em Xanxerê, uma audiência, convocada pelo Engenheiro Diniz e para a qual foram chamados 25 índios dos mais influentes, nos quatro toldos situados entre os rios Chapecó e Chapecosinho.

Representando os elementos contrários aos interesses dos índios compareceram os senhores Epaminondas Ribas, por si e como representante do sr. Euclides Melo, o sr. Bertier Almeida, que,

---

<sup>338</sup> SANTOS. *A Integração do Índio...*, p. 73.

<sup>339</sup> D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. Para uma história dos índios do oeste catarinense. In: *Cadernos...* op. cit., p. 321.

<sup>340</sup> Id.

<sup>341</sup> Id.

naquele tempo, era Prefeito Municipal, o sr. Antonio Rebolho, por parte do General Fidencio de Melo e Talvez outros<sup>342</sup>.

Na época referida no artigo, o senhor Alberto Berthier de Almeida foi prefeito de Chapecó, nomeado pelo Interventor Federal Interino do Estado, coronel Luiz Carlos de Moraes, em 15 de setembro de 1932, permanecendo no cargo até abril de 1934<sup>343</sup>. Supõe-se que era um conhecedor das riquezas da região, por isso seu interesse econômico; madeireiro, extrativista.

No artigo, é relatado que falou em nome de seus subordinados, *o índio Crispim Chaves, que naquele tempo era o cacique, o qual disse que a medição das suas terras devia ser pela antiga linha e que para isso os índios fariam a mudança dos toldos. Imagine-se!...*<sup>344</sup>

Após a concordância de todos os presentes, ficou estabelecido prazo até 24 de fevereiro de 1934 para a mudança, ocorre que,

faltando dez dias para findar o prazo marcado, dois índios dos elementos populares, isto é, que não tinham feito parte daqueles 25 acima mencionados, vieram falar ao Juiz de Direito e perguntarem se eram obrigados a se mudar, conforme os chefes tinham prometido, acrescentando que os índios, em geral, com exceção daqueles que estiveram na audiência, eram contrários à mudança<sup>345</sup>.

O juiz ouviu as considerações dos indígenas que explicaram terem no local dos toldos, suas *moradias, ou ranchos, e arvoredos, embora humildes e reduzidos, terrenos de pastagens para suas criações,... hervaes trabalhados onde colhiam alguma herva*. Justificaram ainda que, para fora das linhas da antiga medição, *nada dessas utilidades havia*<sup>346</sup>.

A par do ocorrido, o juiz, após explicar a situação jurídica, *disse-lhes que os índios não eram obrigados a se mudarem com os seus toldos dos logares onde se achavam*.

---

<sup>342</sup> Jornal **A Voz de Chapecó**. Índios V. 20 de março de 1941. Assinado S. Acervo Biblioteca Publica do Estado de Santa Catarina, Florianópolis/SC.

<sup>343</sup> HASS, Mônica. **Os partidos políticos e a elite chapecoense. Um estudo de poder local – 1945 a 1965**. Florianópolis, 1993, 361f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, p. 80.

<sup>344</sup> Jornal **A Voz de Chapecó**. Índios V. 20 de março de 1941. Assinado S. Acervo Biblioteca Publica do Estado de Santa Catarina, Florianópolis/SC.

<sup>345</sup> Id.

<sup>346</sup> Id.

Ainda enfatiza no artigo que,

Como se vê acima, isso ocorreu antes da Constituição Federal de 1934, que garantiu a posse das terras dos silvícolas. Ao ouvirem a resposta do Juiz, disseram os índios: <Ah! Então nós não se muda.> Regressando às suas tabas, fizeram assembléia da tribo e depuseram as suas autoridades, aclamando outras. Seguiram-se depois mil outros acontecimentos que longe iria a sua enumeração<sup>347</sup>.

Essa ocorrência somente foi trazida à público por Antonio Selistre de Campos, devido à morte de um dos caciques que participou do movimento de permanência dos índios em suas terras:

Um dos dois índios, que vieram falar ao Dr. Juiz de Direito, foi esse João Albino, recentemente assassinado, conforme notícia que publicamos em outro lugar deste periódico, o qual então ficou como simples tenente, vindo um ou dois anos após ser aclamado Major, ou Cacique<sup>348</sup>.

O apoio à defesa e permanência dos indígenas em suas terras foi constantemente debatido por Antonio Selistre de Campos, e esclarecia que não se tratava, embora pudesse parecer, que *taes cousas poderiam assumir feição de lamuria, enternecimento, caridade, nada disso, porém, nos interessa, o que pleiteamos em defesa dos Índios é que se observe, que se cumpra, que se obedeça à lei e ao direito*. Este artigo, publicado na primeira página, o qual se transcreve parcialmente, esclarece os leitores do jornal que:

#### EM DEFESA DOS INDIOS

Fraca defesa é a que fazemos, disto sabemos, mas havemos de prosseguir.

A Constituição Federal garante a posse de terras dos silvícolas (art. 216), e no Pinhalzinho existem talvez cem famílias de Índios Caingangs, ali estabelecidos, por seus antepassados, deste tempos imemoriais<sup>349</sup>.

Como se pôde observar, o jornal de edição semanal não se privava de, com frequência, em números seguidos, estar publicando e noticiando sobre o cotidiano dos Kaingáng.

---

<sup>347</sup> Id.

<sup>348</sup> Id.

<sup>349</sup> Jornal **A Voz de Chapecó**. Em defesa dos Índios. 25 de setembro de 1949. Assinado S.C. Acervo Biblioteca Publica do Estado de Santa Catarina, Florianópolis/SC.

Da análise das fontes levantadas até o presente momento, foi possível perceber que, na maioria das vezes, os Kaingáng tiveram sua voz representada por diferentes porta-vozes, engajados pelo senso de *justiça e humanidade*.

Provavelmente a representatividade de que estava investido o juiz Antonio Selistre de Campos muito facilitou agregar aliados à causa indígena, como também observou-se que havia opositores que estavam a defender os supostos direitos de Alberto Berthier de Almeida. Em vários artigos, Antonio Selistre de Campos provava por documentos a ilegitimidade do pedido de Alberto Berthier de Almeida. Tanto ilegítimo que não conseguiu efetivar o esbulho das terras dos Kaingáng.

## ARGUMENTOS PARCIALMENTE CONCLUSIVOS

Esta pesquisa dedicou-se à análise e repercussões dos artigos de Antonio Selistre de Campos, editados no jornal *A Voz de Chapecó*, entre os anos de 1939 e 1952. Conjugou-se fontes escritas e orais e os resultados gradativos do empenho de Antonio Selistre de Campos, a exemplo do Título de Propriedade da Terra Indígena Xapecó, registrado em Cartório no ano de 1965, constando nesse documento seu nome como referência da localização da Terra Indígena Xapecó: *situada no local denominado Posto Indígena Dr. Selistre de Campos, Distrito e Município de Xanxerê*.

Buscou-se mostrar, com pesquisa alicerçada na metodologia da etno-história, na memória, na história oral e história do tempo presente, que os artigos publicados sobre fatos ocorridos e denunciados pelo jurista não passaram despercebidos, e ainda se mantêm vivos na memória dos mais velhos da comunidade, embora, por diversas vezes, ele mesmo tenha dito que não teria a certeza de ser ouvido em sua fraca voz: *Fraca defesa é a que fazemos, disto sabemos, mas havemos de prosseguir*<sup>350</sup>.

Seu empenho aplicado na defesa dos Kaingáng registrou o processo, no entanto, pouco o atenuou. Os registros deixados por Antonio Selistre de Campos prestaram sua função social, por conterem narrativas de denúncia pública ao abordar problemas relativos à educação, à saúde e à terra, numa perspectiva de melhorar a condição de vida dos Kaingáng do Oeste Catarinense. Porém, percebe-se que algumas situações do passado se repetem na atualidade, embora em outra intensidade, mas ainda ligadas aos temas de educação, saúde e terra não só dos Kaingáng, mas dos povos indígenas em geral.

No manuseio das fontes algumas dificuldades foram encontradas; uma delas foi a separação desses temas contidos nos artigos – para melhor contextualização – pois, não raras vezes, os temas perfazem um mesmo texto. Daí conclui-se que Antonio Selistre de Campos via o indígena como um todo, considerando-se o tripé proposto por Maia “a educação, a saúde e a terra” como necessidades básicas e garantias ao seu desenvolvimento cultural e étnico.

No posicionamento do jurista frente à causa indígena, encontra-se o paradoxo da profissão que facilitou inserir na comunidade da época o conhecimento de uma etnia

---

<sup>350</sup> Jornal *A Voz de Chapecó*. Em defesa dos Índios. 25 de setembro de 1949. Assinado S.C. Acervo Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, Florianópolis/SC.

diferenciada. Por outro lado, ele precisou ocultar-se temporariamente utilizando pseudônimos, o que não lhe tira o mérito de ter sido testemunha ocular de parte da história dos Kaingáng. Não ouviu contar, presenciou, participou, interagiu, como se pôde examinar através das fontes apresentadas no decorrer deste estudo.

Esta pesquisa se mostra significativa no sentido de somar ao que já existe registrado sobre a história do povo Kaingáng do Oeste de Santa Catarina. O intercâmbio dos documentos escritos e da oralidade, apontam um tempo vivido, bem como a transferência da memória para o papel, servindo àqueles que não tiveram a oportunidade de ouvir a história do grupo da voz dos mais velhos.

Dialogar com os relatos de memória indígena em conjugação com a memória escrita, permitiu acessar um passado rico que, muitas vezes, a cultura dominante ofuscou, mas não apagou. O registro dessas memórias significou reatar vínculos com o passado.

O professor Getúlio Narcizo, ao ser indagado sobre o acesso aos documentos que narram a história dos Kaingáng, a transmissão da tradição oral e a memória dos mais velhos, relata que

o registro que há na verdade nós não temos acesso, então, quando eu digo para a senhora que a nossa geração ficou fora, não é que nós não temos interesse, na verdade há interesse, o problema é que a deficiência tanto por parte dos nossos índios, que não conseguiram relatar, tipo os índios que viveram na época do Selistre de Campos, a grande maioria já não existe mais, ou aqueles que existem eles tem bem pouca lembrança, daí entre você buscar com eles e outros fatos já escritos, é o que se torna complicado para nós<sup>351</sup>.

Considera-se esta pesquisa parcialmente concluída, uma vez que trouxe muitas outras interrogações aos questionamentos iniciais, e, novos questionamentos com o manuseio e análise das fontes, sinalizando para a inesgotabilidade do tema e das fontes.

Entre esses questionamentos, alguns relacionam-se ao Jornal *A Voz de Chapecó*: Quem comprava o jornal? Quem eram seus assinantes? Qual o número de tiragem semanal? Como se dava sua distribuição? Por que deixou de circular? Se o jornal seguiu com suas publicações, mesmo que em curto espaço de tempo, como ficaram as notícias sobre os Kaingáng, após a morte de Antonio Selistre de Campos? Alguém teria assumido essa tarefa?

---

<sup>351</sup> NARSIZO, Getúlio. **Entrevista concedida à Ninarosa Mozzato da Silva Manfroi.** Terra Indígena Xaçapó/SC, 23 de abril de 2007.

Outra inquietação é relativa ao interesse da população na temática indígena: O quanto a população local estava interessada no assunto, pelo assunto em si, e não tão só pelo respeito ao jurista? Dos esforços empreendidos por Antonio Selistre de Campos em prol dos Kaingáng, o que ficou na memória da cidade de Chapecó além do Museu Dr. Selistre de Campos?

Quanto a Antonio Selistre de Campos, questiona-se o que o motivou a empreender tantas ações na defesa dos Kaingáng. Por certo não foi o fato de ser juiz, uma vez que após a sua aposentadoria seguiu publicando artigos, principalmente sobre a temática das terras.

Contudo, como definir Antonio Selistre de Campos? Um humanista? Um positivista? No desenvolvimento desta pesquisa não foram localizados indícios que apontassem para o positivismo. Após sua morte, no editorial de 08 de dezembro de 1957 do jornal *A Voz de Chapecó*, Antonio Selistre de Campos é definido como *democrata e humanitário*.

Da mesma forma, nos jornais que foram contemporâneos à *Voz de Chapecó*, não se localizaram notícias sobre os Kaingáng, a não ser algumas publicadas *a pedido* naqueles jornais.

Provavelmente algumas dessas inquietações poderiam ter sido amenizadas com entrevistas em história oral, no entanto, as pessoas indicadas para prestar depoimentos não se colocaram à disposição na colaboração de informações à pesquisa.

A importância em pesquisar a história dos Kaingáng a partir da personalidade de Antonio Selistre de Campos está sobretudo na sua dedicação a esse povo, cuja pesquisa proporcionou maior cobertura sobre a história da etnia, material que não pretende esgotar-se em si, mas contribuir para os estudos na área da etno-história.

Constatou-se no tripé apresentado – os Kaingáng, Antonio Selistre de Campos e o jornal *A Voz de Chapecó* – importante meio de acesso ao passado, seja na utilização das fontes escritas, seja na de fontes provenientes da tradição oral, registrando permanências, reelaborações e esquecimentos ao longo desse processo histórico.

Muito se aprendeu, no desenvolvimento deste estudo, com o somatório de informações enriquecendo o conhecimento pessoal. Aprendeu-se principalmente com a responsabilidade com o aspecto social para com o grupo indígena, proporcionado pelo contato com etnia diferenciada e ainda discriminada pela comunidade do entorno, da qual faz parte, e que, apesar dessa discriminação, se mantêm forte pelo brio próprio de ser, característica do povo Kaingáng.



## FONTES E BIBLIOGRAFIA

ARRUDA, Mara Paulina Wolff. **Antonio Selistre de Campos. “O Guardador da Cidade”**. Monografia apresentada ao Curso de Pós-graduação em História: Cidade, Cultura e Poder na Universidade Comunitária Regional de Chapecó, UNOCHAPECÓ, como requisito para obtenção do diploma de especialista em História, 2002.

ARRUDA, Mara Paulina Wolff. Apresentação. Antonio Selistre de Campos. O guardador da cidade. In: **A Voz de Chapecó: artigos de Antonio Selistre de Campos – 1939 a 1952**. Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (Org.). Chapecó: Argos, 2004.

**A Voz de Chapecó: artigos de Antonio Selistre de Campos – 1939 a 1952**. Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (Org.). Chapecó: Argos, 2004.

BALDUS, Herbert. **Ensaio de etnologia brasileira**. São Paulo: Ed. Companhia Nacional, 1937.

BASBAUM, Leôncio. **História sincera da República de 1930 a 1960**. 4ª ed. 1ª reimpressão. Vol. 3. São Paulo, Alfa-Omega, 1981.

BELLANI, Eli Maria. Balsas e balseiros no Rio Uruguai (1930-1950). In: **Cadernos do CEOM. CEOM: 20 anos de Memórias e Histórias no Oeste de Santa Catarina**. Edição Comemorativa. N.º 23. Chapecó: Argos, 2006.

\_\_\_\_\_. **Madeiras, balsas e balseiros no Rio Uruguai: o processo de colonização do velho município de Chapecó (1917/1950)**. Florianópolis, 1991, 307f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina.

BORBA, Telêmaco. Observações sobre os indígenas do Estado do Paraná. Revista do Museu Paulista, v. 6, São Paulo, 1904, p.54 apud. In: TOMASINO, Kimiye, MOTA, Lúcio Tadeu e NOELLI, Francisco Silva (Orgs.). **Novas contribuições aos estudos interdisciplinares dos Kaingáng**. Londrina: Eduel, 2004.

BURKE, Peter. **A arte da conversação**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual paulista, 1995.

\_\_\_\_\_. **Testemunha ocular: história e imagem**. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **História de Santa Catarina**. 4º ed. Florianópolis: Lunardelli, 1994.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues, 1903-1978. **João Maria: uma interpretação da campanha do contestado**. São Paulo: Ed. Nacional, 1960.

**Cadernos do Centro de Organização da Memória Sócio-Cultural do Oeste de Santa Catarina - CEOM**. Ano 4, N.º 6. Novembro/1989, Chapecó/SC.

**Cadernos do CEOM. CEOM: 20 anos de Memórias e Histórias no Oeste de Santa Catarina**. Edição Comemorativa. N.º 23. Chapecó: Argos, 2006.

CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/Edusp, 1988.

CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. **O Bravo Matutino (imprensa e ideologia no jornal “O Estado de São Paulo”)**. Editora Alfa - Omega, São Paulo, 1980.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. 5ª impressão. Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, SP, 2004.

**Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais de n.1, de 1992, a 32, de 2001, e pelas Emendas Constitucionais de Revisão de n.1 a 6, de 1994.17ª ed. Brasília, Câmara dos Deputados, 2001.

CREPEAU, Robert R. A Prática do xamanismo entre os kaingang do Brasil Meridional: uma breve comparação com o xamanismo Bororo. In: **Horizontes antropológicos**. Porto Alegre :Ufrgs, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. v. 8, n. 18 (dez. 2002).

CUNHA, Manuela Carneiro (Org.). **Legislação indigenista no século XIX**. São Paulo: Editora da USP: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1992.

D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. **História do Toldo Imbú. O Cacique Condá, os Índios do Xapecó (SC) e as terras do Imbú**. Projeto Barragens – UFSC/CNPQ, 1993.

\_\_\_\_\_. Para uma História dos Índios do Oeste Catarinense. **Cadernos do Centro de Organização da Memória Sócio-Cultural do Oeste de Santa Catarina - CEOM**. Ano 4, N.º 6, Novembro/1989, Chapecó/SC.

\_\_\_\_\_. Para uma história dos índios do oeste catarinense. In: **Cadernos do CEOM. CEOM: 20 anos de Memórias e Histórias no Oeste de Santa Catarina**. Edição Comemorativa. N.º 23. Chapecó: Argos, 2006.

D'ANGELIS, Wilmar da Rocha; FÓKÂE, Vicente Fernandes. **Toldo Imbú. Série Documento**. UNOESC, Campus Chapecó, Setor de Editoração, 1994.

d'ACAMPORA, Márcia. **A construção da imagem do inimigo: o papel dos jornais durante a Segunda Guerra Mundial em Florianópolis 1939/1945**. Florianópolis, 1992, 168f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina.

**Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: Edições Vértice, vol. 2, n. 3, 1989.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 11ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

FERNANDES, Ricardo Cid. **Impactos da UHE Quebra-Queixo sobre a Terra Indígena Xaçepó – Laudo Antropológico**. Florianópolis, fev 2001.

GAGLIARDI, José Mauro. **O indígena e a República**. São Paulo: HUCITEC: Editora da Universidade de São Paulo. Secretaria de Estado da Cultura, 1989.

GARFIELD, Seth. As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o Estado-Nação na Era Vargas. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, n 39, 2000.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (organizador). **Quem são, quanto são e onde estão os povos indígenas e suas escolas no Brasil?** Programa Parâmetros em Ação de Educação Escolar Indígena. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 2002.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

HASS, Mônica. **Os partidos políticos e a elite chapecoense. Um estudo de poder local – 1945 a 1965**. Florianópolis, 1993, 361f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina.

**Horizontes antropológicos**. Porto Alegre :Ufrgs, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. v. 8, n. 18 (dez. 2002).

LADEIRA, Maria Inês; MATTA, Priscila (Org.) **Terras Guarani no litoral: as matas que foram reveladas aos nossos avós=Ka'agüy oreramói kuéry ojou rive vaekue y**. São Paulo: CTI - Centro de Trabalho Indigenista, 2004.

LAGE, Nilson. Ideologia e técnica da notícia. 1979; Estrutura da notícia. 1985; Linguagem jornalística. 1986; BAHIA, Juarez. Jornal, história e técnica. Volumes I e II. 1990. In: d'ACAMPORA, Márcia. **A construção da imagem do inimigo: o papel dos jornais durante a Segunda Guerra Mundial em Florianópolis 1939/1945**. Florianópolis, 1992, 168f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5ª ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. **Um Grande Cerco de Paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil**. Petrópolis, Vozes, 1995.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. Governo dos índios sob a gestão do SPI. In: CUNHA, Manuela Carneiro (Org.). **Legislação indigenista no século XIX**. São Paulo: Editora da USP: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1992.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Organizadora). **Fontes Históricas**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2006.

MACHADO, Paulo Pinheiro. Lideranças do **Contestado**: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas: UNICAMP.

MAGALHÃES, Edvard Dias (Org.). **Legislação indigenista brasileira e normas correlatas**. Brasília: FUNAI/DEDOC, 2002.

MAIA, Delta Maria de Souza. A União como opção: de tradicionais adversários a atuais aliados, Wapixana e Makuxi na luta pelos direitos de cidadania dos povos indígenas em Roraima – 1900/1988. In: NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe (Org.). **Capítulos Tese Inéditos** (in memorian). Material inédito ainda não publicado. Florianópolis, Julho/2007.

\_\_\_\_\_. Educação Wapixana: ontem e hoje. Comunicação apresentada no IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Ensino de História. In: NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe (Org.). **Coletânea de Artigos Inéditos** (in memorian). Material inédito ainda não publicado. Florianópolis, 2007.

MEIHY, Jose Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. 5. ed. rev. e ampl. São Paulo: Loyola, 2005.

NASCIMENTO, Ernilda Souza do. **Há vida na história dos outros**. Chapecó: Argos, 2001.

NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe. A Trajetória da implantação do ensino diferenciado: o caso Kaingáng do Xapecoquinho. **VII Encontro Estadual de História - ANPUH**. História: experiências e desafios. Florianópolis, 28 a 31 de agosto de 2000. Não publicado.

\_\_\_\_\_. **Nosso vizinho Kaingáng**. Florianópolis: Imprensa Universitária da UFSC, 2003.

NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe (Org.). **O ciclo de vida Kaingáng**. Florianópolis: Imprensa Universitária da UFSC, 2004.

NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe; MANFROI, Ninarosa Mozzato da Silva. (Organizadoras). **Ouvir Memórias contar histórias: mitos e lendas Kaingáng**. Santa Maria: Pallotti, 2006.

PETROLI, Francimar Ilha da Silva. **Construindo a ordem e o progresso através do jornal A Voz de Chapecó (1939-1941)**. Monografia (Curso de História). 2005. 93 fl. Universidade Comunitária Regional de Chapecó – UNOCHAPECÓ. Chapecó/SC.

PIAZZA, Walter Fernando. **A colonização de Santa Catarina**. 2 ed. ver. aum. Florianópolis: Lunardelli, 1988.

PIAZZA, Walter Fernando; HÜBENER, Laura Machado. **Santa Catarina: história da gente**. Florianópolis: Ed. Lunardelli, 1983.

PINSKY, Carla Bassanezi (Organizadora). **Fontes Históricas**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2006.

POLI, Jaci. Caboclo: pioneirismo e marginalização. In: **Cadernos do CEOM. CEOM: 20 anos de Memórias e Histórias no Oeste de Santa Catarina**. Edição Comemorativa. Nº 23. Chapecó: Argos, 2006.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: Edições Vértice, vol. 2, n. 3, 1989.

PORRO, Antonio. **O povo das águas: ensaios de etno-história amazônica**. RJ:Vozes,1995.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na história Oral. In: **Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História**. Nº. 15, PUC – SP, Abril, 1997.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade. Seguindo de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

**Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História**. Nº. 15, PUC – SP, Abril, 1997.

**Revista Brasileira de História**. São Paulo, n 39, 2000.

RIBAS, Cid Loures. A Grafia de Chapecó com CH e não com X. Sala das Sessões, 9 de julho de 1947. In: SILVA, Zedar Perfeito da. **Oeste Catarinense**. Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert, Limitada, 1950.

\_\_\_\_\_. Sala das Comissões, 28 de novembro de 1948. In: SILVA, Zedar Perfeito da. **Oeste Catarinense**. Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert, Limitada, 1950.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

ROSSETO, Santo. Síntese histórica da região oeste. In: **Cadernos do CEOM. CEOM: 20 anos de Memórias e Histórias no Oeste de Santa Catarina**. Edição Comemorativa. Nº 23. Chapecó: Argos, 2006.

SANTOS, Silvio Coelho dos. **A Integração do Índio na Sociedade Regional. A Função dos Postos Indígenas em Santa Catarina**. Florianópolis: Imprensa Universitária da UFSC, 1970.

\_\_\_\_\_. **Ensaios Oportunos**. Florianópolis: Academia Catarinense de Letras e Nova Letra, 2007.

\_\_\_\_\_. **Índios e brancos no sul do Brasil: a dramática experiência dos Xokleng**. Porto Alegre: Movimento. Brasília, Minc/Pró-Memória/INL, 1987.

\_\_\_\_\_. **Nova história de Santa Catarina**. 5. ed. Ver. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004.

\_\_\_\_\_. **Os índios Xokleng: memória visual**. Florianópolis: Ed. da UFSC, Ed. da UNIVALI, 1997.

SANTOS, Silvio Coelho dos (Coordenador). **O Contestado na historiografia e na literatura**. Academia Catarinense de Letras. Coleção ACL nº 30, 2006.

SANTOS, Silvio Coelho dos. (Organizador, et al.) **Santa Catarina no século XX: ensaios e memória fotográfica**. Florianópolis: Ed. Da UFSC: FCC Edições, 2000.

SILVA, Marcos Antonio da. De onde veio essa gente que tem a cor da terra? In: NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe; MANFROI, Ninarosa Mozzato da Silva. (Organizadoras). **Ouvir Memórias contar histórias: mitos e lendas Kaingáng**. Santa Maria: Pallotti, 2006.

SILVA, Lígia Osorio. **Terras devolutas e latifúndio: efeitos da Lei de 1850**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SILVA, Zedar Perfeito da. **Oeste Catarinense**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1950.

Supremo Tribunal Federal. **Ação originária de reivindicação sobre limites territoriais entre os Estados do Paraná e Santa Catarina**. Memorial por parte do Paraná. Rio de Janeiro. Typ e Lith, de Olympio de Campos & C., 1902.

TAUKANE, Darlene. **A história da educação escolar entre os Kurâ-Bakairi**. Cuiabá: Ed. do autor, 1999.

TEDESCO, João Carlos. **Memória e Cultura. O coletivo, o individual, a oralidade e fragmentos de memórias de nonos**. 1ª ed. Porto Alegre: Edições EST, 2001.

THOMÉ, Nilson. Historiografia da Guerra do Contestado. In: SANTOS, Silvio Coelho dos (Coordenador). **O Contestado na historiografia e na literatura**. Academia Catarinense de Letras. Coleção ACL nº 30, 2006.

TOMASINO, Kimiye, MOTA, Lúcio Tadeu e NOELLI, Francisco Silva (Orgs.). **Novas contribuições aos estudos interdisciplinares dos Kaingáng**. Londrina: Eduel, 2004.

## DOCUMENTOS FOTOGRAFIAS

**Chapecó Década de 1940**. Acervo CEOM, Chapecó/SC.

**Escola dos Índios**. Acervo CEOM, Chapecó/SC.

**Escola dos Índios. Verso da fotografia. Manuscrito datado de 15 de fevereiro de 1939**. Acervo CEOM, Chapecó/SC.

**A Voz de Chapecó**. O Serviço de Proteção aos Índios passa a ser de Perseguição aos Índios de Chapecósinho. 24 de outubro de 1948. Fotografia digitalizada do original, por Ninarosa Mozzato da Silva Manfroi. Original do jornal, acervo CEOM, Chapecó/SC.

**Os Índios de Chapecó**. In: SILVA, Zedar Perfeito da. **Oeste Catarinense**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1950.



## DOCUMENTOS GRAVAÇÕES/ENTREVISTAS

BELINO, Floriano. **Entrevista concedida à Ninarosa Mozzato da Silva Manfroi**, em 20 de junho de 2006, Terra Indígena Xapecó/SC.

BELINO, Floriano. **Entrevista concedida à Ninarosa Mozzato da Silva Manfroi**, em 23 de abril de 2007, Terra Indígena Xapecó/SC.

CAMPOS, Raul José de. **Entrevista concedida a Ninarosa Mozzato da Silva Manfroi** em 06 de fevereiro de 2006, Porto Alegre/RS.

CAMPOS, Raul José de. **Entrevista concedida a Ninarosa Mozzato da Silva Manfroi** em 19 de julho de 2007, Porto Alegre/RS.

CASSOL, Eliane Trevisan. **Entrevista concedida à Ana Lúcia Vulfe Nötzold**. Florianópolis, 12 de junho de 2000.

JACINTO, Divaldina Luiz. **Entrevista concedida à Ninarosa Mozzato da Silva Manfroi** em 20 de junho de 2006, Terra Indígena Xapecó/SC.

JACINTO, Aldonir. **Entrevista concedida à Ninarosa Mozzato da Silva Manfroi** em 24 de abril de 2007, Terra Indígena Xapecó/SC.

JAGAGLÊ, Cezario Pacífico. **Entrevista concedida à Ninarosa Mozzato da Silva Manfroi** em 23 de abril de 2007, Terra Indígena Xapecó/SC.

JAGAGLÊ, Cezario Pacífico. **Entrevista concedida à Talita Daniel Salvaro** em 24 de abril de 2007, Terra Indígena Xapecó/SC.

KOITO, Matilde. **Entrevista concedida à Ninarosa Mozzato da Silva Manfroi** em 20 de junho de 2006, Terra Indígena Xapecó/SC.

KOITO, Matilde. **Entrevista concedida à Ninarosa Mozzato da Silva Manfroi** em 24 de abril de 2007, Terra Indígena Xapecó/SC.

NARSIZO, Getúlio. **Entrevista concedida à Ninarosa Mozzato da Silva Manfroi**, em 23 de abril de 2007, Terra Indígena Xapecó/SC.

RÁNKÁN Dalgir Pacífico. **Entrevista concedida à Ninarosa Mozzato da Silva Manfroi**, em 23 de abril de 2007, Terra Indígena Xaçepó/SC.

SANTOS, Sílvio Coelho dos. **Entrevista concedida à Ninarosa Mozzato da Silva Manfroi**, em 02 de julho de 2007, Florianópolis/SC.

## DOCUMENTOS GRAVAÇÕES/FILMOGRAFIA

BELINO, Orides. **Aula Magna do Curso de Enfermagem Kaingáng**. Sala dos Conselhos. UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina. 15 de maio de 2002. Fita VHS nº 39. Duração 1:09'00'. Acervo Videoteca do LABHIN/UFSC.

## DOCUMENTOS MANUSCRITOS/DATILOGRAFADOS

**Área dos Índios Coroados – Kaingáng – Governo do Estado do Paraná. Decreto N.º 7**. Palácio do Governo do Estado do Paraná, em 18 de Junho de 1902, 14º da República. Acervo LABHIN, Florianópolis/SC.

CAMPOS, Antonio Selistre de. **Notas**. Documento Manuscrito, sem data. Acervo CIMI, Chapecó/SC.

CAMPOS, Antonio Selistre de. **Relatório enviado ao Presidente da República em 1957**. Acervo CEOM, Chapecó/SC.

**Carta**. Acervo FUNAI, Paranaguá/PR.

**Carta Convite para Inauguração PI Dr. Selistre de Campos**. Acervo CEOM, Chapecó/SC.

**Cronologia**. Documento sem data. Acervo CEOM, Chapecó/SC.

**Data de Nomeação.** Documento sem data. Acervo CEOM, Chapecó/SC.  
**Decreto nº. 736, de 06 de abril de 1936.** Acervo FUNAI, Paranaguá/PR.

**Diário da Assembléia Legislativa.** Estado de Santa Catarina. Ano III. Florianópolis, 22 de julho de 1949, Número 19. 24ª Sessão Ordinária, Realizada em 24 de maio de 1949. Acervo Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Florianópolis/SC.

**Documento que coloca o cargo de Juiz Substituto em disponibilidade** datado de 20 de julho de 1947 autenticado em Cartório do Rio de Janeiro. Acervo CEOM, Chapecó/SC.

**Escola dos Índios. Verso da fotografia. Manuscrito datado de 15 de fevereiro de 1939.** Acervo CEOM, Chapecó/SC.

**Escritura Pública do Registro de Imóveis Comarca de Xanxerê – PI Dr. Selistre de Campos.** Xanxerê, 16 de outubro de 1965. Cópia acervo CIMI, Chapecó/SC.

**Gráfica Chapecoense Ltda.** Acervo CEOM, Chapecó/SC.

**Inventário de Correspondência do Coronel Vieira da Rosa.** Acervo: Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Florianópolis/SC. Cópia Acervo LABHIN, Florianópolis/SC.

**Ordem de Serviço Interna nº 62.** Acervo FUNAI, Paranaguá/PR.

**Requerimento de Aposentadoria do Professor Felicíssimo Belino.** Acervo Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Florianópolis/SC.

**Solicitação de aposentadoria.** Deocleciano de Souza Nenê. Documento Acervo FUNAI, Paranaguá/PR.

**Selistre de Campos. Amigo e Defensor dos Índios de Xaçepó e suas Terras.** 1978. Equipe de Pastoral Indígena – Diocese de Chapecó. Acervo CIMI, Chapecó/SC.

**Selistre de Campos. Um Homem em Defesa dos Índios.** Regional Sul do CIMI – por ocasião da passagem dos 20 anos da morte de Antonio Selistre de Campos. Dezembro de 1977. Acervo CIMI, Chapecó/SC.

## DOCUMENTOS MAPAS

**Estado de Santa Catarina 1907.** Atlas de Santa Catarina. Rio de Janeiro, Aerofoto Cruzeiro, 1986.

**Mapa de Santa Catarina e Localização da TI Xapecó.** Mapa de Domínio Público, adaptado por Marcos Antonio da Silva – Mestre em História Cultural pelo PPGH/UFSC.

**Mapa dos Toldos da Terra Indígena Xapecó, 1944.** Acervo CIMI, Chapecó/SC.

## INFOGRAFIA

FERREIRA, Marieta de Moraes. **História do tempo presente: desafios.** Petrópolis: Cultura Vozes, maio/jun., 2000, v. 94, n°. 3, p. 120. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/> Acesso em 25 de julho de 2006.

Funasa. **Saúde Indígena.** <http://www.funasa.gov.br/> Acesso em 15 de dezembro de 2007.

<http://www.socioambiental.org/pib/portugues/quonqua/qoqindex.shtm> Fonte: Instituto Sócio Ambiental, ano base: dezembro/2006. Acesso em 23 de março de 2007.

NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe. Olhar, escutar e trançar: o artesanato Kaingáng de cada dia. **IV Encontro Regional Sul de História Oral. Cultura, identidade e memórias.** UFSC, Florianópolis, 12 a 14 de novembro de 2007. Disponível em: <http://www.cfh.ufsc.br/abho4sul/anais.htm> Acesso em 20 de novembro de 2007.

**Portal Kaingáng.** Disponível em: [http://www.portalkaingang.org/index\\_aldeia\\_principal\\_1.htm](http://www.portalkaingang.org/index_aldeia_principal_1.htm) Acesso em 15 de dezembro de 2007.

Rodolfo Pinto da Luz, reitor da UFSC no período de 1996/2004. **UFSC inaugura Centro de Cultura e Eventos.** 07 de maio de 2004 In: <http://www.ufsc.br/> Acesso em 31 de julho de 2007.

WEBER, Cátia. Professoras Xokleng: identidade étnica na perspectiva intercultural e de gênero. Simpósio Temático: Gênero, raça, etnia e escolarização. **Anais do VII Seminário Internacional Fazendo Gênero**. 28, 29 e 30 de agosto de 2006, UFSC, Florianópolis/SC, p. 1. In: [http://www.fazendogenero7.ufsc.br/artigos/C/Catia\\_Weber\\_23.pdf](http://www.fazendogenero7.ufsc.br/artigos/C/Catia_Weber_23.pdf) Acesso em 31 de julho de 2007.

## JORNAIS

**A Notícia**. A instrução em Lages (Impressões de um forasteiro). 1º de Janeiro de 1914. Lages. Acervo Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, Florianópolis/SC.

**A Notícia**. Juiz de Direito. 10 de janeiro de 1914. Lages. Acervo Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, Florianópolis/SC.

**A Voz de Chapecó**. A Voz de Chapecó. 03 de maio de 1939. Acervo CEOM, Chapecó/SC.

**A Voz de Chapecó**. Nossa Ação. 03 de maio de 1939. Acervo CEOM, Chapecó/SC.

**A Voz de Chapecó**. Explicação. 11 de junho de 1939. Acervo CEOM, Chapecó/SC.

**A Voz de Chapecó**. Índios. 05 de novembro de 1939. Acervo CEOM, Chapecó/SC.

**A Voz de Chapecó**. Censura Policial. 28 de novembro de 1939. Acervo CEOM, Chapecó/SC.

**A Voz de Chapecó**. Índios. 10 de dezembro de 1939. Acervo CEOM, Chapecó/SC.

**A Voz de Chapecó**. Censura Policial. 11 de fevereiro de 1940. Acervo Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, Florianópolis/SC.

**A Voz de Chapecó**. Rumo ao Oeste. 11 de fevereiro de 1940. Acervo Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, Florianópolis/SC.

**A Voz de Chapecó.** Índios Coroados. 31 de março de 1940. Acervo CEOM, Chapecó/SC.

**A Voz de Chapecó.** Índios. 14 de abril de 1940. Acervo CEOM, Chapecó/SC.

**A Voz de Chapecó.** A Voz de Chapecó. 05 de maio de 1940. Acervo CEOM, Chapecó/SC.

**A Voz de Chapecó.** Índios. 12 de maio de 1940. Acervo CEOM, Chapecó/SC.

**A Voz de Chapecó.** Índios IV. 02 de junho de 1940. Acervo CEOM, Chapecó/SC.

**A Voz de Chapecó.** Visita aos Índios. 02 de junho de 1940. Acervo CEOM, Chapecó/SC.

**A Voz de Chapecó.** Chapecósinho. 07 de julho de 1940. Acervo CEOM, Chapecó/SC.

**A Voz de Chapecó.** Índios IV. 10 de março de 1941. Acervo CEOM, Chapecó/SC.

**A Voz de Chapecó.** Índios V. 20 de março de 1941. Assinado S. Acervo Biblioteca Publica do Estado de Santa Catarina, Florianópolis/SC.

**A Voz de Chapecó.** Dr. Getúlio. 20 de abril de 1941. Acervo CEOM, Chapecó/SC.

**A Voz de Chapecó.** Dr Sartori. 20 de abril de 1941. Acervo CEOM, Chapecó/SC.

**A Voz de Chapecó.** Índios. 20 de abril de 1941. Acervo CEOM, Chapecó/SC.

**A Voz de Chapecó.** Índios II. 20 de abril de 1941. Acervo Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, Florianópolis/SC.

**A Voz de Chapecó.** Ch ou X. 07 de julho de 1946; Chapecó. 14 de março de 1948; Chapecó com X? 21 de novembro de 1948; Chapecó com CH. 28 de novembro de 1948. Acervo CEOM, Chapecó/SC.

**A Voz de Chapecó.** A Voz de Chapecó. 29 de junho de 1947. Acervo CEOM, Chapecó/SC.

**A Voz de Chapecó.** Chapecó. 14 de março de 1948. Acervo CEOM, Chapecó/SC

**A Voz de Chapecó.** Serviço dos Índios. 22 de agosto de 1948. Acervo CEOM, Chapecó/SC.

**A Voz de Chapecó.** O Serviço de Proteção aos Índios passa a ser de Perseguição aos Índios de Chapecósinho. 24 de outubro de 1948. Acervo CEOM, Chapecó/SC.

**A Voz de Chapecó.** Defesa dos Índios de Chapecó. 14 de novembro de 1948. Acervo CEOM, Chapecó/SC.

**A Voz de Chapecó.** Serviço dos Índios. 28 de novembro de 1948. Acervo CEOM, Chapecó/SC.

**A Voz de Chapecó.** Os Índios estão morrendo. 19 de dezembro de 1948. Acervo CEOM, Chapecó/SC.

**A Voz de Chapecó.** Chapecó com X ou CH inicial. 30 de janeiro de 1949; e com o mesmo título as matérias dos dias 06, 13 e 27 de fevereiro de 1949; 06 e 27 de março de 1949. Acervo CEOM, Chapecó/SC.

**A Voz de Chapecó.** Prefeitura Municipal de Chapecó. 20 de fevereiro de 1949. Acervo Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, Florianópolis/SC.

**A Voz de Chapecó.** Serviço de Perseguição aos Índios. 05 de junho de 1949. Acervo CEOM, Chapecó/SC.

**A Voz de Chapecó.** Um telegrama sobre o caso dos Índios. 12 de junho de 1949. Acervo Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, Florianópolis/SC.

**A Voz de Chapecó.** Dr. Antonio S. Campos. 03 de julho de 1949. Acervo CEOM, Chapecó/SC.

**A Voz de Chapecó.** Posto de Saúde. Histórico. 03 de julho de 1949. Acervo CEOM, Chapecó/SC.

**A Voz de Chapecó.** O caso dos Índios. Declaração de voto da bancada do Partido Trabalhista Brasileiro. 03 de julho de 1949. Acervo Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, Florianópolis/SC.

**A Voz de Chapecó.** Posto dos Índios de Chapecozinho. 17 de julho de 1949. Acervo Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, Florianópolis/SC.

**A Voz de Chapecó.** Em defesa dos Índios. 25 de setembro de 1949. Acervo CEOM, Chapecó/SC.

**A Voz de Chapecó.** Felicíssimo Belino. 30 de outubro de 1949. Acervo Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, Florianópolis/SC.

**A Voz de Chapecó.** Índios. 05 de março de 1950. Acervo CEOM, Chapecó/SC.

**A Voz de Chapecó.** Os Índios. 07 de maio de 1950. Acervo CEOM, Chapecó/SC.

**A Voz de Chapecó.** Falta de Assistência. 14 de maio de 1950. Acervo Biblioteca pública do Estado de Santa Catarina, Florianópolis/SC.

**A Voz de Chapecó.** Pela Imprensa. O Imparcial. 04 de março de 1951. Acervo Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina. Florianópolis/SC.

**A Voz de Chapecó.** Dr. Antonio Selistre de Campos. 08 de dezembro de 1957. Acervo CEOM, Chapecó/SC.

**O ESTADO.** Na Assembléia Legislativa. 05 de novembro de 1948. Acervo Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, Florianópolis/SC.